

oficinadoinconfidência
revista de trabalho

oficinadoinconfidência
revista de trabalho



Oficina do Inconfidência | Ouro Preto-MG | Ano 3 | Nº 2 | p. 1-186 | dez.2003 | ISSN 1517-6029

OFICINA DO INCONFIDÊNCIA – REVISTA DE TRABALHO

ISSN 1517-6029

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Cultura
Gilberto Passos Gil Moreira

Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Maria Elisa Modesto Guimarães Costa

Diretor do Museu da Inconfidência
Rui Mourão

OFICINA DO INCONFIDÊNCIA: revista de trabalho. – ano 1, n. 0
(dez.) 1999. Ouro Preto: Museu da Inconfidência,
1999.

1. Museologia - Periódicos I. Museu da Inconfidência
(Ano 1, 1999; Ano 2, 2001; Ano 3, 2003).

CDD: 068
CDU: 069.1

Conselho editorial
Caio César Boschi
Fernando Correia Dias
Gilberto Velho
Ingred Beck
João Adolfo Hansen
Lélia Coelho Frota
Márcio Sampaio
Pedro Xexéu
Régis Duprat

Coordenação editorial
Carmem Sílvia Lemos

Capa: Relógio de algibeira que pertenceu a Joaquim José da Silva Xavier,
o Tiradentes, (apresenta a inscrição S. Elliot / London / nº 5503) e Autos da
Devassa da Inconfidência Mineira, 7º volume, fls. 93 e 93v.

Acervo: Museu da Inconfidência

Fotos da capa
Dimas Guedes

Projeto gráfico e capa
Paulo Schmidt

Revisão
Olga Maria Alves de Sousa

Museu da Inconfidência, Praça Tiradentes, 139
CEP: 35400-000 - Ouro Preto - MG - Brasil
Telefax: (31) 3551-1121 - (31) 3551-1378
E-mail: museuinc@feop.com.br

sumário

Apresentação Rui Mourão	7
O mito da Inconfidência Mineira e as <i>Cartas chilenas</i> Joaci Pereira Furtado	11
Tradição ou inovação nas leituras: Vila Rica – 1750-1800 Thábata Araújo de Alvarenga	25
Entre sedas e baetas: o vestuário das mulheres alforriadas de Vila Rica Cláudia Cristina Mol	65
Escravos do Reino: alforria e afinidade cultural em Mariana – 1718-1719 Renato Pinto Venâncio	83
Barroco e rococó em Minas Gerais Augusto Silva Telles	95
O significado da instrução pública na administração da Província de Minas Gerais no século XIX Márcio Eurélio Rios de Carvalho	121
Linguagens, tecnologias e processos museológicos Mário de Souza Chagas	147
As coisas da Casa e as coisas da Rua: musealizações e re-significações de objetos no contexto de comemorações euclidianas Regina Abreu Carmen Cecília Trovatto Maschietto	165
Sobre os autores	179

apresentação

Rui Mourão

Oficina do Inconfidência: Revista de Trabalho vem a público, neste número 2, discutindo problema crucial da historiografia contemporânea, que encontra correspondência e reflexo na museologia, campo onde adquire inegável visibilidade.

Joaci Pereira Furtado faz a desmontagem da percepção modificada que a Inconfidência Mineira e as *Cartas chilenas* foram ganhando dentro do tempo. O poema satírico particularmente, que acabou sendo considerado até “prefácio” ao movimento conspiratório de 1789, embora a obra não tivesse como destinação a audiência da massa de leitores do século XIX, mas de um “público restrito, de letras e abastados” e, em última instância, o próprio soberano luso, aquele em condições de conduzir “ao fim de um acertado Governo”, conforme a dedicatória de Critilo, o que descarta de saída a intenção revolucionária. Reconhecendo que hoje existe o consenso de que a história não é “a descrição celebrativa de fatos e personagens que constituíram a nacionalidade e a civilização”, Joaci admite que a simples inversão de pólos a este respeito “está distante daquilo que se discute em disciplinas universitárias e que se analisa em instituições de pesquisa”. A convicção de certa forma estabelecida, nessas áreas, é aquela de José Murilo de Carvalho, para quem “o herói nos diz menos sobre si mesmo do que sobre a sociedade que o produz”.

Um diálogo se estabelece entre esse ensaio, que abre a revista, e os dois que aparecem nas últimas páginas. Furtado argumenta, “somente uma leitura que devolva o poema (*Cartas chilenas*) a sua especificidade histórica, estranha e irredutível a qualquer outra, poderá tornar audível a voz

quicá gonzaguiana (...) que, longe de meramente retratar aquele passado, diz muito de como este enxergava a si mesmo”. Já Regina de Abreu e Carmen Cecília Trovatto Maschietto, estudando as celebrações musealizadas da Semana Euclidiana, na cidade paulista de Rio Pardo, procuram marcar a distinção entre documento original, objeto único, não reproduzível, testemunho de uma “verdade histórica”, e objeto reproduzível, transitório, que ainda assim mantenha “um vínculo estreito com o original”. Esse implicaria na noção de alegoria, que Walter Benjamin associou à visão de mundo barroca. Ela seria livre “para misturar elementos que a primeira vista poderiam parecer distantes entre si” e constitui “também o resultado de uma criação coletiva e um lugar de interação social”. As homenagens anuais ao autor de *Os sertões* englobam essa dupla possibilidade de evocação, para ser mais completa e mais expressiva.

Mário de Souza Chagas, ao definir questão de máxima importância museológica, observa que a linguagem, de modo geral, “é entendida como o uso, a seleção, a instituição e a combinação de sinais que possibilitam a comunicação entre os seres humanos”. Argumenta, porém, “a linguagem não é o dicionário” e “não se reduz ao campo das regras de sintaxe”. A língua não pode ser exaltada em detrimento da linguagem. O processo de comunicação não deve ser enclausurado pela língua. E conclui: “Em termos museológicos a supremacia da língua equivale à atribuição de valores essenciais ao patrimônio material e à consideração de que a preservação dos bens patrimoniais tem valor em si mesma”. E ainda: “a comunicação é o selo distintivo do humano”.

Ao lado dessas colocações relacionadas com a essência da problemática museológica, *Oficina do Inconfidência* apresenta artigo de Augusto Silva Telles, especialista em arquitetura brasileira que analisa as construções mais relevantes do período colonial em Minas Gerais e, ao trazer para os leitores outros ensaios de grande interesse, põe em destaque a importância da documentação das nossas cidades históricas, da qual o Museu da Inconfidência detém um dos mais significativos acervos. O texto de Tháбата Araújo de Alvarenga, sobre os livros que circularam em Vila Rica, e o de Cláudia Cristina Mol, sobre o vestuário das mulheres alforriadas, são resultado de pesquisas para dissertação de mestrado desenvolvidas, na sua totalidade, em nosso Arquivo Histórico. O de Renato Pinto Venâncio, que trata de alforria e afinidade cultural, e o de Márcio Eurélio Rios de Carvalho, abordando a instrução pública no século XIX no Estado, utilizaram respectivamente o arquivo do IPHAN em Mariana e documentos provinciais disponíveis no Arquivo Público Mineiro. São quatro trabalhos que, sem dúvida, vêm enriquecer a historiografia brasileira.

O mito da Inconfidência Mineira e as *Cartas chilenas*

Joaci Pereira Furtado

D. Pedro, o príncipe português que emancipou a colônia de seu país na América e que achou melhor ser Pedro I do Brasil que esperar para ser Pedro IV de Portugal;¹ José Bonifácio, o patriarca da Independência que defendeu a emancipação econômica brasileira e o projeto de uma conservadora monarquia vinculada à Coroa lusitana;² duque de Caxias, patrono do Exército brasileiro, líder das forças militares que barbaramente aniquilaram o Paraguai e sobrinho de Joaquim Silvério dos Reis;³

¹ Alencar, Francisco de; Garpi, Lúcia; Ribeiro, Marcus Venício. *História da sociedade brasileira*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1985, p. 97.

² Sobre a figura de Bonifácio, construída ao longo do tempo, ver: Costa, Emília Viotti da. José Bonifácio: mito e história. In: ____ *Da monarquia à república; momentos decisivos*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 55-118. Às p. 117-118 diz a autora: "A imagem do Patriarca da Independência, forjada no calor das lutas políticas, por ocasião da Independência, perpetuou-se na História. O caráter contraditório de seu programa, politicamente conservador mas avançado no nível econômico e social, possibilitou a sobrevivência da imagem de José Bonifácio, herói nacional, na medida em que na sociedade brasileira sobreviveram o liberalismo antidemocrático, a desconfiança em relação às soluções revolucionárias, a preferência pelas fórmulas reformistas e gradualistas, o receio à 'suja e caótica democracia', o ideal de integração nacional, e, ao mesmo tempo que o processo de modernização do país, os avanços do capitalismo vieram dar razão ao seu programa em favor do trabalho livre, da mecanização da lavoura, suas críticas ao latifúndio improdutivo, suas idéias em favor de uma Confederação Americana".

³ A informação consta em: Maxwell, Kenneth. *A devassa da devassa; a Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal (1750-1808)*. Trad. J. Maia. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1985, p. 269 (nota 105).

D. Isabel, a caucasiana princesa da única monarquia incrustada nos trópicos que emancipou os negros cativos às vésperas da República; Deodoro da Fonseca, o enfermo general monarquista — retratado por Henrique Bernadelli em pose napoleônica⁴ — que liderou o golpe militar republicano dando vivas ao imperador⁵ e depois foi para casa; Tiradentes, o herói nacional inventado pelos republicanos, aquele de quem Joaquim Norberto de Sousa Silva ironicamente diria, referindo-se ao comportamento supostamente beato do alferes no cadafalso: “Prenderam um patriota; executaram um frade!”.⁶ Essas e outras afirmações iconoclásticas, formuladas com maior ou menor sutileza, já são correntes em publicações didáticas e paradidáticas que pretendem substituir o panteão cívico brasileiro por entidades sociológicas — como “camadas populares”, “classes dominantes”, “desclassificados”, “estamentos”, “sociedade”, “Estado”, “burguesia”, “proletariado” — ou, de modo menos impessoal, por atores sociais exumados da vala comum em que a história oficial os esqueceu — a quitandeira, o alfaiate, o operário, a prostituta, o soldado, o quilombola, a mucama, o faiscador —, repercutindo tendências da historiografia dos últimos trinta anos. A consistência, a coerência e sobretudo o rigor pedagógico dos incontáveis textos escolares que assumem semelhante perspectiva — que freqüentemente parece ser apenas a hegemônica de determinado discurso historiográfico, agora induzida pelo Ministério da Educação através dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) — são aspectos que demandam demorada e complexa análise especializada. O que interessa reter aqui é essa operação de desmitificação de uma história que ocultaria a verdade, amenizando a cruel violência da colonização da América portuguesa, escamoteando o caráter autoritário e ultraconservador de processos políticos como o da Independência e o da instauração da República, suavizando o quadro de fortes tensões sociais que se desenhou no Brasil durante as três primeiras décadas do século XX, ocultando o caráter antidemocrático de fenômenos como o populismo ou até mesmo ensinando que o golpe militar de 1964 foi uma revolução. À “história dos vencedores”, pois, se contraporía a “história dos vencidos” — como diriam os adeptos desses novos conteúdos no estudo do passado brasileiro.

⁴ Carvalho, José Murilo de. *A formação das almas*; o imaginário da República do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 36 (uma reprodução do quadro encontra-se à p. 97).

⁵ Há, segundo José Murilo de Carvalho, uma “guerra de vivas” em 15 de novembro de 1889, com versões contraditórias: “Deodoro teria dado um viva ao imperador ao entrar no Quartel-General? Ao sair do Quartel? Benjamin Constant deu vivas à República para abafar o viva dado ao imperador por Deodoro? Teria este censurado os vivas à República dizendo que ainda era cedo ou que fossem deixados ao povo?”. Idem, *ibidem*.

⁶ Joaquim Norberto de Sousa Silva apud Carvalho, op. cit., p. 63.

Talvez seja evidente que a simples inversão de pólos, conforme propõe essa fórmula, está distante daquilo que se discute em disciplinas universitárias e que se analisa em instituições de pesquisa ou em trabalhos de pós-graduação. Se entre os historiadores é difícil obter um consenso sobre o que é história, hoje certamente será fácil convencê-los quanto ao que ela não é: a descrição celebrativa de fatos e personagens que constituíram a nacionalidade ou a civilização (branca, cristã, ocidental e europeizada). De fato, tal concepção e os produtos que ela gerou — ou gera — são objetos de teses, dissertações, monografias, ensaios e artigos que procuram vinculá-los à sua própria historicidade, demonstrando, por exemplo, que a figura do herói nacional decorre do fato de que

Todo regime político busca criar seu panteão cívico e salientar figuras que sirvam de imagem e modelo para os membros da comunidade. [...] Por ser parte real, parte construído, por ser fruto de um processo de elaboração coletiva, o herói nos diz menos sobre si mesmo do que sobre a sociedade que o produz.⁷

No ensino e nas diversas formas de apropriação social da história, portanto, impera outra lógica⁸ — por mais que se busquem fundamentos “científicos” ou se admitam versões a princípio “críticas”.⁹ Saber que, ao proclamar a Independência, o então príncipe D. Pedro estava montado numa mula — e não num imponente corcel branco —, que o duque de Caxias era sobrinho do principal traidor dos inconfidentes mineiros ou que Tiradentes teve a barba e os cabelos raspados antes de ser enforcado não tem qualquer relevância para aquilo que se entende academicamente por história — a não ser, por exemplo, como dados reveladores dos costumes ou das relações familiares na América portuguesa setecentista e no Brasil da primeira metade do século XIX. Mas são detalhes decisivos para a constituição da imagem de cada um desses heróis e, conseqüentemente, de referenciais que orientam a formação da identidade e do sentimento de nacionalidade, pois

⁷ Carvalho, *op. cit.*, p. 14.

⁸ Esta idéia e parte das reflexões que se seguem partiram de uma sugestão de Adrián Gurza Lavalle, doutor em ciência política pela USP e professor do Departamento de Ciência Política da PUC-SP.

⁹ “A criação de um mito de origem é fenômeno universal que se verifica não só em regimes políticos mas também em nações, povos, tribos, cidades. Com freqüência disfarçado de historiografia, ou talvez indissolúvelmente nela enredado, o mito de origem procura estabelecer uma versão dos fatos, real ou imaginada, que dará sentido e legitimidade à situação vencedora. No caso da criação de novos regimes, o mito estabelecerá a verdade da solução vencedora contra as forças do passado ou da oposição. Se não são abertamente distorcidos, os fatos adquirirão, na versão mitificada, dimensões apropriadas à transmissão da idéia de desejabilidade e de superioridade da nova situação. A mesma distorção sofrerão as personagens envolvidas”. Carvalho, *op. cit.*, p. 13-14.

Símbolos e mitos podem, por seu caráter difuso, por sua leitura menos codificada, tornar-se elementos poderosos de projeção de interesses, aspirações e medos coletivos. Na medida em que tenham êxito em atingir o imaginário, podem também plasmar visões de mundo e modelar condutas.¹⁰

Trata-se, pois, de um terreno que os historiadores podem quando muito pretender investigar e compreender — se é que dele não fazem parte —, mas jamais controlar. O vasto anedotário sobre célebres personagens históricos, a implacável depredação de monumentos públicos, as inúmeras paródias — muitas vezes obscenas — do *Hino nacional*, a indiferença popular pelas datas cívicas e a versão letrada dessa iconoclastia — como a *História do Brasil pelo método confuso*, de Fradique Mendes, o *Dicionário de bolso*, de Oswald de Andrade, ou o recente *História do Brasil*, de Sebastião Nunes — são episódios da “guerrilha cultural”¹¹ contra a representação da história brasileira continuamente repostas pelo Estado ou por instituições como a mídia e as igrejas que, apesar de derrotas localizadas, têm conquistado a adesão — ainda que contraditória ou desconfiada — de corações e mentes — mas sobretudo de corações,¹² seduzidos pelo discurso ufanista do país de dimensões continentais, com sua natureza exuberante e seu povo alegre, amistoso e pacífico, bastante adequado, pois, à imagem de mártir encarnada por Tiradentes (o revolucionário que nunca pegou em armas e que pacientemente morreu por uma liberdade que inclusive podia ser tardia), ao espectro paternalista de D. Pedro I (generosamente favorecendo os brasileiros com uma emancipação sem guerra civil ou fragmentação territorial), à figura ao mesmo tempo reformista e conciliadora de José Bonifácio (condutor de uma transição política “pelo alto”, tão recorrente na história brasileira), ao vulto hierático de Caxias (cujo amor incondicional pela pátria torna indiscutível o cumprimento do dever, mesmo que este seja uma guerra de extermínio), ao perfil angélico e maternal da princesa Isabel (cujo áureo gesto de 13 de maio de 1888 ofusca a flamejante campanha abolicionista e os levantes escravos que o precederam), ao retrato patriarcal de Deodoro concedendo ao Brasil uma tranqüila passagem da monarquia escravista à República dos barões de café.

¹⁰ Carvalho, op. cit., p. 10-11.

¹¹ A expressão é de Sebastião Nunes em entrevista à revista *Cult*.

¹² “É por meio do imaginário que se podem atingir não só a cabeça mas, de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo. É nele que as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro”. Carvalho, op. cit., p. 10.

Nesse quadro a Inconfidência Mineira ocupa posição de destaque, já que ela preenche todos os quesitos para se tornar um mito — aqui entendido “no sentido etimológico da narração pública de feitos lendários da comunidade (isto é, no sentido grego da palavra *mythos*)” e “também no sentido antropológico, no qual essa narrativa é a solução imaginária para tensões, conflitos e contradições que não encontram caminhos para serem resolvidos no nível da realidade”.¹³ Se a conjuração de Minas se confunde com a pessoa de Tiradentes, ela simultaneamente encerra uma série de singularidades que lhe garante a condição de um dos maiores repositórios de elementos apropriáveis pela invenção da memória e do caráter nacionais. As reuniões secretas na calada da noite, a invocação da elástica idéia de liberdade — “essa palavra / que o sonho humano alimenta: que não há ninguém que explique / e ninguém que não entenda”, como diz Cecília Meireles¹⁴ —, as esperanças depositadas no país esboçado por alguns conjurados, o desejo frustrado de emancipação, as desavenças pessoais, a traição — motivada por interesses mesquinhos — que decreta o infortúnio de todos, a fantasmagórica figura do embuçado, os lances ousados de certas prisões, a espionagem e a captura de Silva Xavier no Rio de Janeiro, o conturbado processo das devassas, a misteriosa morte de Cláudio Manuel da Costa, a atitude vicarial de Tiradentes, o jogo teatral das sentenças, a brutal e espetacular execução do alferes, o sofrimento de ex-inconfidentes no degredo, a morte de Alvarenga Peixoto exilado de sua Bárbara Heliadora, o fim do idílio de Gonzaga/Dirceu e Maria Joaquin/Marília — são apelos dramáticos recorrentes na historiografia, na ficção e na pintura produzidas sobre a conjura desde o romantismo. O quadro a óleo de João Maximiano Mafra retratando Gonzaga na prisão, por exemplo, pintado em 1843, é bastante representativo das imagens que o romantismo fez brotar das líras de *Marília de Dirceu*. Reconhecendo que o que retratara “fora todo ideado”,¹⁵ o próprio artista atesta a pureza de sua obra quanto ao que de fato ela não é: uma tentativa de reproduzir fielmente a aparência do escritor. Como notou Eduardo Frieiro, Mafra pinta um Gonzaga nada verídico — embora certamente então verossímil —, de camisa aberta no peito, botas de cano alto, o mesmo “perfil numismático de adolescente e a mesma expressão pensativa e melancólica de Lord Byron retratado por R. Westall”.¹⁶ O quadro, cuja reprodução orna a edição Laemmert de 1845 do livro, contém referências a líras da

¹³ Chauí, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000, p. 9.

¹⁴ Meireles, Cecília. *Romanceiro da Inconfidência*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 75.

¹⁵ João Maximiano Mafra apud Frieiro, Eduardo. *O diabo na livraria do cônego; como era Gonzaga? e outros temas mineiros*. 2. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981, p. 73.

¹⁶ Frieiro, op. cit., p. 72.

segunda parte de *Marília de Dirceu* nas quais a *persona* lírica do ex-ouvidor de Vila Rica descreve o ambiente lúgubre e a triste rotina de sua cela, como réu de lesa-majestade. Mas — queixa-se Frieiro — o retratista carrega nas feições juvenis do poeta, mostrando-o “com 24 anos em vez de 48 anos”; longos, negros e fartos cabelos derramam-se sobre seus ombros, apesar de a *persona* poética reconhecer, na “Lira IV” da segunda parte, que

Já, já me vai, Marília, branquejando
loiro cabelo, que circula a testa;
este mesmo, que alveja, vai caindo,
e pouco já me resta.¹⁷

Na realidade, Mafra nada mais fazia do que construir a imagem pictórica desse que talvez tenha sido o primeiro herói romântico brasileiro (ou luso-brasileiro) — sobre o qual não faltou até mesmo a lenda de um fim trágico, enlouquecido no exílio.¹⁸ Não por acaso, *Marília de Dirceu* é tida como a segunda obra literária mais lida em português no século XIX, com trinta e três edições entre 1792 e 1885,¹⁹ perdendo apenas para *Os Lusíadas*. Antes de Tiradentes era Gonzaga quem protagonizava a conjura na literatura. A ele coube o papel principal em *Gonzaga ou a Conjuração de Tiradentes*, romance de Antônio Ferreira de Sousa publicado em 1848, e na peça *Gonzaga ou a Revolução de Minas*, escrita por Castro Alves em 1866 e representada no mesmo ano em São Paulo, Salvador e Rio de Janeiro²⁰ — além da posição de líder que Joaquim Norberto de Sousa Silva lhe confere em sua *História da Conjuração Mineira*. É igualmente significativo que Púchkin tenha recriado uma lira gonzaguiana a partir da versão francesa em prosa, publicada em 1826,²¹ revelando que *Marília de Dirceu* não fascinou apenas os românticos brasileiros.

¹⁷ Gonzaga, Tomás Antônio. *Marília de Dirceu*. In: Costa, Cláudio Manuel da; Peixoto, Inácio José de Alvarenga; Gonzaga, Tomás Antônio. *A poesia dos inconfidentes*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996, p. 631.

¹⁸ Versão atestada na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, em 1846, pelo ex-inconfidente José de Resende Costa (filho) ao traduzir da *História do Brasil* de Robert Southey o capítulo sobre a conjuração mineira. O texto afirma, em nota, que Gonzaga “nos últimos anos de vida sofreu alguma alienação de espírito, provavelmente pelos desmanchos e prodigalidade da mulher, que o reduziu à maior pobreza”. José de Resende Costa (filho), in: Southey, Robert. *Conspiração em Minas Geraes no anno de 1788*. *Revista Trimestral do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brazil*, Rio de Janeiro, n. 44, p. 308, 1881.

¹⁹ Paranhos, Haroldo. *História do romantismo no Brasil*. São Paulo: Cultura Brasileira, 1937, v. 1, p. 202.

²⁰ Carvalho, op. cit., p. 60.

²¹ Schnaiderman, Boris. Púchkin, tradutor de Gonzaga. In: _____. *Projeções: Rússia, Brasil, Itália*. São Paulo: Perspectiva, 1978, p. 39.

Na historiografia relativa ao Brasil colônia, em geral, e à literatura brasileira, em particular, a apropriação de outro poema escrito em Minas e possivelmente contemporâneo da Inconfidência evidencia, de modo bastante contundente, como certa representação da história pode anteceder ou mesmo se sobrepôr à própria historicidade da fonte inventada como documento, conferindo a este valores de uso aquilatados por leituras interessadas. Trata-se das *Cartas chilenas*, sátira em decassílabos brancos atribuída a Tomás Antônio Gonzaga. Obra que chegou incompleta, anônima e em poucos manuscritos apógrafos já no início do século XIX, o poema é formado por 4.268 versos — incluídos aí os da “Epístola a Critilo” (que desempenha função semelhante à de um prefácio), tida como produção de Cláudio Manuel da Costa — distribuídos em “cartas” que um certo Critilo, escrevendo de Santiago, sede do governo da então capitania do Chile, remete ao amigo Doroteu, na Espanha, narrando os desmandos do governador Fanfarrão Minésio. A íntegra dos manuscritos — precedida por edições parciais em 1826 e 1845 — foi publicada pela primeira vez em 1863.

Na intensa polêmica em torno da autoria da sátira, travada entre historiadores e críticos de literatura durante pelo menos os cem anos que se seguiram à sua publicação, podem ser observados aspectos muito mais reveladores do horizonte de expectativas do leitor do que de significados intrínsecos ao poema. Assim, ao discutirem quem, afinal, escreveu as *Cartas chilenas*, os comentadores do poema universalizam um critério — o da “autoria” — que é particular, histórico, datável e circunscrito à concepção romântica de “autor” como instância última, singular, sincera, recôndita e por vezes sofredora do “eu” psicologicamente interpretável do poeta — mas completamente alheia ao artefato retórico em que se constitui esse poema possivelmente composto por Gonzaga. A própria obra oferece os indícios de que foi escrita conforme um modo de articulação discursiva não-psicológica de autopercepção de uma sociedade fundada na hierarquia de privilégios e ordenada por um Estado monárquico conduzido pelo poder absoluto do soberano, aplicando tópicos, disposições, ornamentos, verossímeis e decoros retóricos segundo regras como a repetição, a autoridade de modelos, a conservação do *status quo*, o domínio de e obediência a prescrições tanto por parte de quem escreve quanto de quem lê.²² Obras como as *Cartas chilenas* pertencem a um regime discursivo hoje completamente abolido que perdurou não só nas práticas letradas, mas também nas artes plásticas por aproximadamente dois mil anos,

²² Ou, como lembra João Adolfo Hansen, a propósito da sátira seiscentista, “nela se recicla uma cultura paradigmática, no dizer de Lotman, em que tudo está de alguma forma já dito e em que a inovação só é pensável como rearticulação de fórmulas da tradição”. Hansen, João Adolfo. *A sátira e o engenho*; Gregório de Matos e a Bahia do século XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 40.

sendo inicialmente sistematizado por Aristóteles, codificado em Roma sobretudo por Quintiliano e Cícero e reapropriado no Ocidente ao longo dos séculos seguintes — mas com particular ênfase a partir do chamado “Renascimento”. A noção de “autoria”, portanto, faz sentido nesse modo de ordenação discursiva apenas como *auctoritas*, isto é, “norma verossímil de discursos propostos como tradição escalonada em gêneros e formas retórico-poéticas específicas, concebidos em Roma como ‘clássicos’”.²³ No mundo em que as *Cartas chilenas* foram escritas — em que inexistiam o mercado capitalista de bens culturais, o conceito burguês de propriedade intelectual e, conseqüentemente, a idéia de direito autoral — o autor é uma entidade reconhecida por sua virtude técnica, pela qual possui e propicia autoridade. Seus exemplos devem ser imitados pela emulação, que conflitua com a noção de originalidade — posteriormente guindada a uma posição primordial pelo romantismo. Portanto, a qualidade do poeta anterior ao movimento romântico não era medida por sua criatividade, mas por seu apuro técnico ao imitar os clássicos do gênero em que escrevia. Não deve causar estranhamento, pois, se se encontrarem passagens inteiras das *Cartas chilenas* bastante parecidas com trechos de Horácio ou Juvenal, nos quais foram buscados lugares-comuns aplicados à murmuração local de Vila Rica para a constituição do enredo do poema. Uma consulta à *Instituição oratória* de Quintiliano demonstrará os modelos de invenção de personagens cômicos e técnicas de vituperação empregadas na sátira. Quanto ao anonimato da obra, trata-se de prática comum na época em função sobretudo da censura, já que a redação de “pasquins” era proibida por lei. Contudo, o fato de um poema trazer a assinatura de seu autor diz respeito ao prestígio que este, enquanto *auctoritas*, possa conferir à composição — e não à identidade psicológica do indivíduo. É o caso de Gregório de Matos, a quem foi atribuído grande número de poemas que, no entanto, provavelmente não pertencem à sua lavra mas à fama que ela adquiriu entre os séculos XVII e XVIII.

Munida, pois, do pressuposto romântico da autoria, a fortuna crítica das *Cartas chilenas* se debruça sobre o poema para identificar nele não só qual coração palpitaria sob o disfarce de Critilo — que foi principalmente Cláudio, Alvarenga e Antônio Diniz da Cruz e Silva, antes de o consenso se firmar em torno de Gonzaga —, mas também para ver refletidos em seus versos lances que precederiam a Inconfidência Mineira ou que até mesmo teriam feito parte dela, testemunhando o espírito revolucionário que pairaria sobre a consciência já brasileira dos conjurados. A idéia da vingança sobre o autor do poema, por exemplo, muito significativamente lançada por

²³ Hansen, João Adolfo. Autor. In: Jobim, José Luís (Org.). *Palavras da crítica; tendências e conceitos no estudo da literatura*. São Paulo: Imago, 1992, p. 23.

Camilo Castelo Branco, amolda-se ao perfil trágico que o romantismo vislumbra com simpatia nos insucessos da Inconfidência. Segundo o escritor português, a “composição poética” da sátira foi imputada a Cláudio Manuel da Costa pelos “governadores colonais” — embora o texto pertencesse a outro “conjurado”: Alvarenga. Reproduzindo em nota a íntegra da “Epístola a Critilo” — que atribui a Cláudio —, Castelo Branco a considera bastante representativa “do libelo que fermentou ódios, tão cruamente vingados depois, pelos sucessores do governo despótico de D. Luís da Cunha e Meneses”.²⁴ Ora, em primeiro lugar, não há qualquer evidência histórica de que as *Cartas chilenas* tenham chegado ao conhecimento de Cunha Meneses, governador da capitania de Minas Gerais de 1783 a 1788 — com quem Gonzaga manteve sérias divergências quando ouvidor de Vila Rica —, e muito menos de que ele tenha se vingado do hipotético autor da sátira, movido pelo ódio que os ataques do poema teriam lhe provocado. Em segundo lugar, Castelo Branco ignora o fato de que a obra não tinha como destinatário a massa de leitores que o século XIX já conhecia, mas certamente um público restrito, de letrados e abastados que dedicavam parte de seu ócio aristocrático à leitura (muitas vezes oral) de poesia — prova disso são os dois únicos manuscritos com treze “cartas” que restaram da sátira, ainda assim incompletos. Em terceiro lugar, os destinatários virtuais das *Cartas chilenas* — os “grandes de Portugal”, aos quais Critilo dedica a obra — são os governantes, em última instância o soberano luso,²⁵ pois são “aqueles, a quem se devem consagrar os escritos, que podem conduzir ao fim de um acertado Governo”.²⁶ Os ataques, por mais pessoais que possam parecer, não se esgotavam no efeito imediato que eventualmente causassem. Em quarto lugar, por fim, como adepto do romantismo que era, Castelo Branco desprezava o preceito retórico-poético que definia a sátira como veículo didático-moral que repunha o bom uso através da crítica ao abuso — tal como se verifica na obra satírica de Juvenal, por exemplo —, realizando uma leitura psicologizante da suposta e improvável reação do governador ao poeta que o teria insultado.

São também românticos os pressupostos que orientam as leituras das *Cartas chilenas* no sentido de perceberem em suas críticas uma forma de negação do presente com vistas a uma utopia revolucionária — ainda que esta esteja absolutamente ausente da perspectiva de Critilo. Semelhante postura propicia recepções em que o poema atribuído a Gonzaga surge como prefácio

²⁴ Castelo Branco, Camilo. *Historia da litteratura portugueza*. [s.n.t.], p. 248-249.

²⁵ Esse detalhe, decisivo, foi lembrado a este trabalho por Jorge Antonio Ruedas de la Serna, professor da Universidade Nacional Autónoma do México.

²⁶ Gonzaga, Tomás Antônio. *Cartas chilenas*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 33.

à Inconfidência Mineira;²⁷ clamor “contra o vilipêndio, o sacrifício e até o martírio de que era vítima o povo da sua terra”;²⁸ livro “precioso” ou, “mais que isso, imprescindível para entender a Conspiração de Tiradentes”;²⁹ ou até mesmo uma espécie de manifesto pré-abolicionista, que revela “o quadro doloroso do tempo e antecipa a luta que travariam mais tarde os poetas do movimento social romântico [...] em relação ao chamado anel de ferro da escravidão africana”,³⁰ embora o poema contenha passagens onde se repreenda a suspensão, pelo governador, da pena de morte imposta a “um negro, / Conforme as Leis do Reino bem julgado”³¹ ou se diga “que os açoites / Só se dão por desprezo nas espáduas; / Que açoites, Doroteu, em outra parte, / Só pertence aos Senhores, quando punem / Os caseiros delitos dos escravos”.³² Não há dúvida de que as *Cartas chilenas* estão repletas de cenas comoventes, em que a crueldade de Fanfarrão Minésio é ressaltada de tal modo que hoje pode parecer descabido ver esses assuntos tratados numa obra classificada como cômica. Ocorre, porém, que “cômico” era entendido então como tudo aquilo que fosse disforme, o que incluía os vícios — objeto preferencial das sátiras. Assim, o “retrato” de Minésio pintado por Critilo nos versos 74 a 109 de “Carta 1^a” obedece a convenções como as encontradas no capítulo dez do livro quinto da *Instituição oratória* de Quintiliano,³³ que previa a constituição de personagens cujas figuras traduziam em sua própria aparência o princípio aristotélico do disforme como moralmente mau (logo, só o belo é moralmente bom). Se “o habil poeta deve escolher para a sua imitação ações conducentes ao que se propoem”, dizia Manuel Inácio da Silva Alvarenga, à sátira caberiam os vícios “fortes”, objetos do doloroso riso sarcástico, pois como “quasi sempre o coração humano” é “regido pelas leis do sou [*sic*] amor proprio, é mais facil [...] ouvir a censura dos vicios, do que o louvor das virtudes alheas”.³⁴ É o caso das *Cartas chilenas*, uma vez que elas vituperam a tirania (que não era compreendida como o oposto de democracia),

²⁷ Franco, Caio de Melo. *O inconfidente Claudio Manoel da Costa; O parnaso obsequioso e as Cartas chilenas*. Rio de Janeiro: Schmidt, 1931, p. 131.

²⁸ Azevedo, José Afonso Mendonça de. *Cartas chilenas. Mensario do Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 16(3): 751-761, dez. 1941, p. 526-527.

²⁹ Mennucci, Sud. *À margem das Cartas chilenas*. São Paulo: [s.n.], 1942, p. 47-48.

³⁰ Oliveira, Martins de. *História da literatura mineira*. 2. ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1963, p. 107.

³¹ Gonzaga. *Cartas chilenas*, p. 72.

³² Gonzaga. *Cartas chilenas*, p. 93.

³³ Quintiliano. *Istituzione oratoria*. Trad. Elena D'Incerti Amadio. Milão: Mondadori, 1988, v. 2, p. 277-281.

³⁴ Alvarenga, Manuel Inácio da Silva. O desertor, poema heroi-comico. In: _____. *Obras completas de...* Rio de Janeiro: Garnier, 1864, p. 4-81.

a crueldade, a corrupção, a soberba, a luxúria, a vileza, a injustiça, a temeridade. Ao censurar o comportamento de Minésio, o satirista se vale de recursos que possam suscitar no leitor (ou no ouvinte) condutas que neguem os vícios satirizados. Afinal, como ensina Aristóteles,

As paixões são todos aqueles sentimentos que, causando mudança nas pessoas, fazem variar seus julgamentos, e são seguidos de tristeza e prazer, como a cólera, a piedade, o temor e todas as paixões análogas, assim como seus contrários.³⁵

Exatamente como Doroteu, na “Epístola a Critilo”, encena na abertura da sátira:

Dentro em minha alma
Que diversas paixões, que afetos vários
A um tempo se suscitam! Gelo, e tremo
Umás vezes de horror, de mágoa, e susto,
Outras vezes do riso apenas posso
Resistir aos impulsos: igualmente
Me sinto vacilar entre os combates
Da raiva, e do prazer. Mas ah! que disse!
Eu retrato a expressão, nem me subscrevo
Ao sufrágio daquele, que assim pensa
Alheio da razão, que me surpreende.³⁶

Portanto, a aparente ira do poeta e a crueza de determinados episódios que descreve resultam de artifícios retoricamente pensados, postos a serviço de valores morais e concepções políticas alheias e até contrárias à idéia iluminista de crítica das instituições e de revolução democrática. Se as *Cartas chilenas* censuram a má administração dos domínios coloniais de Sua Majestade Fidelíssima é porque elas têm muito clara qual a maneira mais justa de explorá-los. Anelando o retorno à normalidade interrompida por Fanfarrão, Critilo erige-se num “ferrenho defensor da política geral da Coroa e seu corpo de leis”, não pretendendo “em nenhuma hipótese alterar as linhas de dominação impostas à colônia pela Coroa”.³⁷ O máximo de mudanças que o panfleto

³⁵ Aristóteles. *Retórica das paixões*. Trad. Ísis Borges B. da Silveira. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 5.

³⁶ Gonzaga. *Cartas chilenas*, p. 37-38.

³⁷ Polito, Ronald. *A persistência das idéias e das formas*; um estudo sobre a obra de Tomás Antônio Gonzaga. 1990. p. 106. Dissertação (Mestrado) – Departamento de História da UFF, Niterói.

ressuma limita-se a uma certa justiça na cobrança de tributos, ao equilíbrio nos gastos públicos, à preocupação com a assistência social e sobretudo à conciliação entre nobreza e virtude nos que representam o soberano. Esta última reforma é certamente a mais inovadora que a sátira propõe — o que não significa que ela tenha bebido em fontes que não as idéias políticas tradicionais do cristianismo.³⁸

Somente uma leitura que devolva o poema à sua especificidade histórica, estranha e irreduzível a qualquer outra, poderá tornar audível a voz quiçá gonzaguiana que fala pelas *Cartas chilenas* — voz cintilante que, longe de meramente retratar aquele passado, diz muito de como este enxergava a si mesmo.

³⁸ Polito, op. cit., p. 252.

**Tradição ou inovação nas leituras:
Vila Rica – 1750-1800**

Thábata Araújo de Alvarenga

Na designação de Pierre Bourdieu a palavra leitura pode ser substituída por toda uma série de palavras que indicam toda espécie de consumo cultural. As particularidades desse consumo cultural levam o sociólogo francês a uma reflexão profissional acerca dos pressupostos normativos que rodeiam as abordagens que envolvem práticas culturais. A reflexão avança na medida em que o autor evoca a oposição medieval existente entre *auctor* e *lector*. Segundo Bourdieu:

O *auctor* é aquele que produz ele próprio e cuja produção é autorizada pela *auctoritas*, a de *auctor*, o filho de suas obras, célebre por suas obras. O *lector* é alguém muito diferente, é alguém cuja produção consiste em falar das obras dos outros.¹

Essa divisão, que, na sociedade contemporânea, corresponde àquela de escritor e crítico, é fundamental na compreensão do trabalho intelectual voltado às práticas da leitura, uma vez que todos os estudiosos que se dedicam ao tema estão na posição de *lectores*, e se arriscam a investir todo um conjunto de pressupostos inerentes à posição de *lector* em suas análises das leituras e

¹ Bourdieu, Pierre; Chartier, Roger. A leitura: uma prática cultural. In: Chartier, Roger (Org.). *As práticas da leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001, p. 232.

das práticas sociais que envolvem seus meios de acesso, seus usos, suas intensidades, suas razões e suas relações com o escrito.²

O fundamental nessa advertência reside no fato de que muitos historiadores tendem para uma “visão universalista do ato da leitura” e projetam, retrospectivamente, no estudo da evolução das práticas sociais que a envolvem, sua própria relação com os textos, transformando tal relação em a única historicamente possível.³ No entanto, as capacidades e as situações de leitura são historicamente variáveis e na medida em que historicizamos nossa relação com a leitura nos desembaraçamos dos pressupostos inconscientes.

Foi tentado evitar a posição universalizante de *lectores* que somos, que buscamos a historicidade das práticas sociais que envolveram os livros em Vila Rica, entre os anos de 1750 e 1800. A matéria-prima para essa pesquisa fomos buscá-la em Ouro Preto, em meio à documentação cartorial preservada pelo Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência – Casa Setecentista do Pilar. Pesquisamos a totalidade dos inventários pertencentes aos Cartórios de 1º e 2º Ofícios relativos ao termo de Vila Rica, que cobriam o período compreendido entre 1750 e 1800. Em meio a esse material, selecionamos os espólios que continham descrições de livros e, sobre eles, reconstruímos o universo relacional que envolvia homens e livros em Vila Rica na segunda metade do Setecentos.

A importância sociocultural da Capitania de Minas Gerais, no período, e a relevância particular de Vila Rica conduziram-nos na busca das práticas sociais que ali envolveram os livros e a leitura. A existência de núcleos urbanos bem consolidados, de uma máquina administrativa, de instituições civis e religiosas, e de manifestações culturais permeando a vida social, tornaram Vila Rica um ambiente proífico ao consumo cultural dos livros.

Esse artigo tem por finalidade detectar, a partir das relações de livros arroladas nos inventários de bens, em que medida o tradicional pensamento escolástico e a moderna filosofia iluminista influenciaram a composição das bibliotecas de Vila Rica. Para isso, apresentamos, inicialmente, a face ilustrada das bibliotecas setecentistas mineiras e, em seguida, indicamos a proeminência das obras tradicionalistas que circularam amplamente no cenário histórico de Vila Rica, aduzindo à sua importância naquela conjuntura social.

² Bourdier, Pierre; Chartier, Roger. A leitura: uma prática cultural. In: Chartier, Roger (Org.). *As práticas da leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001, p. 232.

³ Bourdier, Pierre; Chartier, Roger. A leitura: uma prática cultural. Chartier, Roger (Org.). *As práticas da leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001, p. 233.

A face ilustrada das leituras setecentistas mineiras

A vertente historiográfica que privilegia a reconstituição das bibliotecas particulares de Minas Gerais tem apontado, de maneira bastante ampla, a face ilustrada das leituras setecentistas. Essa tendência da história da leitura foi inaugurada, ainda na década de 1940, com o estudo de Eduardo Frieiro sobre a biblioteca pertencente ao Cônego e conjurado mineiro, Luís Viera da Silva.⁴ Pesquisando o auto de seqüestro dos bens do Cônego da Sé de Mariana, o autor faz uma análise de sua biblioteca particular — a maior dentre todas as dos Inconfidentes — com o objetivo de indagar o que lia, em fins daquele século, “o mais ilustrado dos brasileiros daquele tempo”.

O *frisson* em torno do conteúdo das estantes dos inconfidentes e de outros indivíduos pertencentes à elite intelectual luso-brasileira revelou a existência, em meio a esse núcleo social, de obras caras ao Iluminismo.⁵ Essas descobertas foram especialmente relevantes aos estudiosos da história das idéias, pois abriram caminho ou para as análises do conteúdo dos livros ou das idéias expressas por seus leitores ou da conexão existente entre os livros e os leitores.

Uma análise mais acurada dos trabalhos que se dedicam às bibliotecas mineiras setecentistas revela-nos que existe uma certa predileção dessa historiografia pela literatura iluminista e, em particular, pelos seus escritos revolucionários, como se a importância de um livro derivasse,

⁴ Frieiro, Eduardo. *O diabo na livraria do Cônego*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981.

⁵ Destacam-se as pesquisas de Burns, E. Bradford. O iluminismo em duas bibliotecas do Brasil Colônia. *Universitas*, Salvador, n. 8-9, jan./ago. 1971; Leite, Paulo Gomes. Contestação e revolução na biblioteca de Vieira Couto. *Revista de Minas Gerais*, Belo Horizonte, (27): 22-29, jul. 1990; Villalta, Luiz Carlos. O diabo na livraria dos inconfidentes. In: Novaes, Adauto (Org.). *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 380; Leite, Paulo Gomes. Revolução e heresia na biblioteca de um advogado de Mariana. *Acervo* – revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1-2, jan./dez. 1995; Villalta, Luiz Carlos. Os clérigos e os livros nas Minas Gerais da segunda metade do século XVIII. *Acervo* – revista do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, v. 8, n. 1-2, jan./dez. 1995; Villalta, Luiz Carlos. *Reformismo ilustrado, censura literária e os usos dos livros na América portuguesa*. 1999. Tese (Doutorado) – USP, São Paulo; Antunes, Álvaro Araújo. *Espelho de cem faces: o universo relacional do advogado setecentista José Pereira Ribeiro*. 1999. Dissertação (Mestrado) – Fafich/UFMG, Belo Horizonte; Furtado, Júnia Ferreira. *Sedição, heresia e rebelião nos trópicos: a biblioteca do naturalista José Vieira Couto*. Conferência apresentada no Colóquio Internacional “Política, Nação e Edição”. *Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX: O lugar dos impressos na construção da vida política*. Belo Horizonte: Fafich-UFMG, 2003.

tão somente, do fato dele ter veiculado idéias que contrariassem os poderes instituídos. Muitos estudos que particularizaram bibliotecas setecentistas mineiras o fizeram, sobretudo, porque seu acervo fermentava de maneira geral, o ideário das Luzes e, de forma particular, qualquer tipo de idéia revolucionária, mesmo que filiada ao pensamento tradicional.

Nossa reflexão não reduz as análises dos historiadores apenas ao estudo das leituras iluministas, pois eles também apresentam as obras mais tradicionais que conformaram o século XVIII. Além disso, precisamos considerar a importante contribuição desses trabalhos para a compreensão da inserção, no pensamento colonial mineiro setecentista, dos novos esquemas mentais fundados pelo Iluminismo. No entanto, queremos apontar o outro lado da moeda. Queremos dar proeminência a obras que circularam amplamente no período colonial, que tiveram importância naquela conjuntura social, mas que não sobreviveram à longa duração.

Contrariando o que até então vem sendo apontado pelos estudos historiográficos, referentes às Minas setecentistas, nosso trabalho pretende garantir aos autores obscuros e aos seus livros esquecidos um espaço na memória e na história social da leitura. Queremos oferecer-lhes a mesma primazia desfrutada pela literatura Iluminista e pelos demais livros que se tornaram clássicos e caíram no gosto do público. E as bibliotecas particulares existentes em Vila Rica, na segunda metade do século XVIII, analisadas nesta pesquisa, oferecem-nos a matéria-prima para esse projeto.

Leituras pragmáticas em Vila Rica

Em Vila Rica, na segunda metade do século XVIII, os livros que mais abundavam nas mãos dos leitores referiam-se às matérias religiosas e às questões pragmáticas, relacionadas à jurisprudência ou à medicina. Alguns títulos e autores tinham acentuada preferência entre os leitores e repetiam-se inúmeras vezes entre uma biblioteca e outra. Algumas vezes, os autores mais

populares entre o público leitor apresentavam mais de um título à sociedade, embora as diversas obras dadas à leitura não encontrassem a mesma receptividade.

Entre as obras mais populares que circularam em meio aos leitores de Vila Rica, relacionaremos, primeiramente, as que se remetiam às questões religiosas, para depois nos determos nos livros científicos e beletristas que encontraram respaldo em meio aos indivíduos que conservaram livros durante a vida.

Religião

Os escritos de caráter religioso foram importantes no sentido de assegurar a ortodoxia católica em meio à população cristã. Firmadores de uma conduta moral condizente com os preceitos católicos, esses livros possuíam importante caráter prático, à medida que instruíam os indivíduos na melhor forma de professar a fé e de cumprir os ritos religiosos. Podemos afirmar que, entre as obras do gênero, a grande campeã, na preferência dos leitores de Vila Rica, foi o livro do Frei João Franco, *Mestre da vida que ensina a viver, e morrer santamente*.⁶ Tal obra encontrava-se presente em doze das sessenta e duas bibliotecas inventariadas no termo de Vila Rica, perfazendo uma cifra de 19,4%, e constituía hábito de leitura de diversos grupos sociais, dos quais excluía-se apenas alguns núcleos mais letrados como os juristas e o professor de gramática latina, bem como os profissionais de saúde (boticários e cirurgiões), adeptos de outro tipo de leitura pragmática, mais de cunho científico. Este livro foi editado, pela primeira vez, no ano de 1731, e obteve sucessivas reedições ao longo do século XVIII. Os inventários de Vila Rica atestam sua presença desde o início da década de 1750, quando foi inventariado pela primeira vez, em 1752, até fins do século XVIII, em que foi objeto de espólio no ano de 1798.

O sucesso desta obra, certamente, não foi exclusivo à região das Minas Gerais. Seu consumo foi tão amplo na metrópole portuguesa que em um breve espaço de nove anos foram feitas oito

⁶ Lisboa, na Oficina Augustiniana, 1731, 8º; Lisboa, por Maurício Vicente de Almeida, 1732, 1735 e 1736, 8º; Lisboa, pelos herdeiros de Antônio Pedroso Galvão, 1741 e 1744. Machado, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, [s.d.]. (CD-ROM). v. 2, p. 663-664.

impressões e vendidos dezesseis mil exemplares, excetuando-se, obviamente, o grande número de livros que foram impressos e vendidos, sem o conhecimento do autor.⁷ Frei João Franco escreveu outras obras que não tiveram muita ressonância em Vila Rica. Dos doze tomos que constituíam sua coleção de *Sermões vários*, publicados em Lisboa, entre os anos de 1734 e 1741, em formatação *in quarto*, apenas um encontrava-se presente na biblioteca do Padre Manoel Ribeiro Soares, inventariada no ano de 1785.

Os *Missais*, imprescindíveis à esfera eclesiástica, também foram recorrentes em Vila Rica. Entretanto, não se concentraram apenas nas mãos dos clérigos, estando presentes em muitos oratórios domésticos de Vila Rica. Oito bibliotecas (12,9%) continham esse importante instrumento utilizado pelos clérigos na celebração católica. No entanto, apenas dois padres o possuíam,⁸ os demais estavam em mãos de indivíduos potentados: proprietários de terra, oficiais militares e funcionários do governo da Capitania de Minas Gerais.

Outras obras religiosas com boa receptividade entre os leitores de Vila Rica foram a *Mística cidade de Deus*, escrita pela madre agostiniana Maria de Jesus de Agreda,⁹ e o *Prontuário de teologia moral*, de Francisco Larraga.¹⁰ Esses livros, apesar de terem sido visados pela Real Mesa Censória, não deixaram de constar entre os acervos bibliográficos da população colonial e podiam ser encontrados em seis bibliotecas de Vila Rica, (9,7%).¹¹

A obra do Padre Juan Eusebio Nieremberg, *De la diferencia entre lo temporal y eterno*, além de ter saído em várias edições de Barcelona e Madrid, também foi publicada em Portugal, na segunda metade do século XVII, na língua castelhana.¹² Em Minas Gerais, assim como na metrópole portuguesa, esse livro alcançou boa acolhida e constituiu, em Vila Rica setecentista, objeto de leitura de cinco bibliotecas (8,1%). Essa mesma incidência é observada para os *breviários*, livros

⁷ Machado, Diogo Barbosa. *Biblioteca lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, [s.d.]. (CD-ROM). v. 2, p. 664.

⁸ Em Vila Rica, no período pesquisado, seis padres eram proprietários de bibliotecas.

⁹ Lisboa, na Oficina da Música, 1730. Obra identificada Na Biblioteca Nacional de Lisboa.

¹⁰ Lisboa, por Francisco Xavier de Andrade, 1723, 4º. Coimbra, por Antônio Simões Ferreira, 1735, 4º. Lisboa, por Antônio de Souza e Silva, 1739, 4º. Tanto Frei João Pacheco quanto Manoel da Silva de Moraes traduziram esta obra do castelhano para o português. Machado, Diogo Barbosa. *Biblioteca lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, [s.d.]. (CD-ROM). v. 2, p. 716 e v. 3, p. 377.

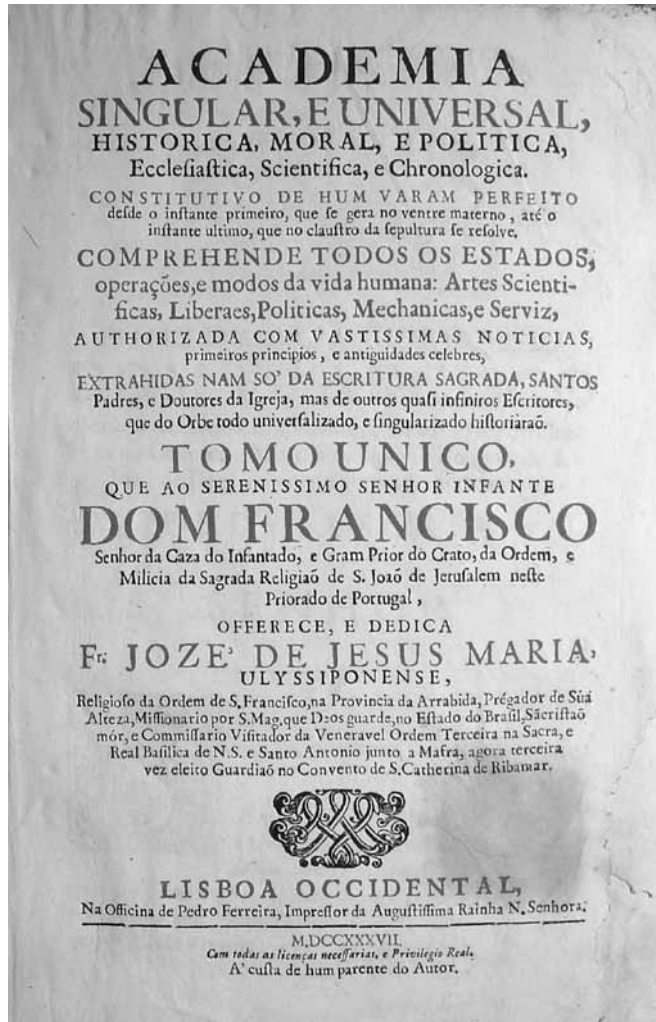
¹¹ Tanto suprimiram-se as edições impressas em Paris, no ano de 1717 e Madrid, no ano de 1724, da obra de Maria d'Agreda, quanto a edição impressa em Madrid, no ano de 1729, da obra de Francisco Larraga. "Catalogo dos livros defesos neste Reino, desde o dia da Criação da Real Mesa Censoria até ao presente". In: Marques, Maria Adelaide Salvador. *A Real Mesa Censória e a cultura nacional*. Coimbra: Editora da Universidade de Coimbra, [s.d.].

¹² Obra identificada na Biblioteca Nacional de Lisboa.

das leituras e orações cotidianas, prescrito pela Igreja Católica a sacerdotes e religiosos, que ali se limitaram, exclusivamente, à esfera eclesiástica, existindo em mãos de cinco padres pesquisados.

Essas cinco obras religiosas são as que mais se destacaram em Vila Rica pela incidência em que apareceram nas bibliotecas inventariadas. Além delas, um número grande de títulos repete-se ora em quatro ora em três bibliotecas e torna-se ainda mais numeroso quando surge em apenas duas. Para evitarmos uma exposição enfadonha, transcreveremos, de forma breve e direta, as obras religiosas que ocorriam com mais constância nas bibliotecas setecentistas de Vila Rica. Citaremos, primeiramente, aquelas que conseguimos identificar quanto ao nome do autor, local e data da impressão. Remeter-nos-emos, apenas, ao ano da primeira edição e, ao fim da identificação, indicaremos o número de vezes que ocorreram nas bibliotecas de Vila Rica. Os autores que ofereceram mais de um título à leitura também serão contemplados nessa exposição. Temos, portanto, as seguintes obras religiosas nas bibliotecas de Vila Rica.

1. *A mocidade enganada e desenganada*, Padre Manoel Consciência. Lisboa, 1728. (3)
2. *A velhice instruída e destruída*, Padre Manoel Consciência. Lisboa, 1742. (1)
3. *Academia singular e universal*, Frei José de Jesus Maria. Lisboa, 1737. (1)
4. *Alívio de tristes e consolação de queixosos*, Mateus Ribeiro. Lisboa, 1672. (2)
5. *Báculo pastoral*, Francisco Saraiva e Souza. Lisboa, 1624. (2)
6. *Breve aparelho e modo fácil para ajudar a bem morrer um cristão*, Padre Estevão de Castro. Lisboa, 1621. (2)
7. *Cartas espirituais*, Frei Antônio das Chagas. Lisboa, 1684. (1)
8. *Catecismo da diocese de Montpellier impressos por ordem do bispo Carlos Joaquim Colbert*. Lisboa, 1815 (houve edições anteriores). (3)
9. *Católico no templo exemplar e devoto*, Frei Manoel de Deus. Lisboa, 1730. (1)
10. *Crônica de Carmelitas Descalços*, Frei José de Jesus Maria. Lisboa, 1753. (1)
11. *David perseguido, e alvíos de lastimados*, Dom Cristovão Lozano. Madrid, 1740. (4)
12. *De la diferencia entro lo temporal y eterno*, Padre Juan Eusebio Nieremberg. Lisboa, 1653. (5)
13. *Descrição do tormentoso cabo da enganosa esperança*, Padre Nicolau Fernandes Colares. Lisboa, 1718. (4)



Academia singular e universal, de Frei José de Jesus Maria, 1737
Acervo da Biblioteca do Museu da Inconfidência

14. *Desengano de pecadores*, Alexandre Perier. Lisboa, 1735. (3)
15. *Desengano do mundo pelo mais enganado*, Frei Antônio das Chagas. Coimbra, 1743. (1)
16. *Diálogo sagrado sobre o Gênesis escrito pelo Doutor Paulo Medici*, traduzido do italiano para o português por Brás José Rebelo Leite. Lisboa, 1739. (2)
17. *Diretório cerimonial*, Amaro dos Anjos. Lisboa, 1717. (2)
18. *Domínio sobre a fortuna, e tribunal da razão em que se examinam as felicidades e se beatifica a vida*, Antônio de Souza de Macedo. Lisboa, 1682. (1)
19. *Eco das vozes saudosas*, Padre Antônio Vieira. Lisboa, 1736. (1)
20. *Epítome carmelitano*, Padre Leonardo de Souza. Lisboa, 1739. (3)
21. *Escada mística*, Frei Jerônimo de Belém. Lisboa, 1740. (1)
22. *Escola decurial de várias lições*, Frei Fradique Espínola. Lisboa, 1696. (2)
23. *Eva e Ave Maria triunfante*, Antônio de Souza de Macedo. Lisboa, 1676. (1)
24. *Exame de confesores*, Antônio Tavares. Lisboa, 1734. (2)
25. *Exercícios espirituais*, Padre Manoel Bernardes. Lisboa, 1686. (2)
26. *Flos Sanctorum*, Padre Diogo do Rosário. Lisboa, Coimbra, 1577. (2)
27. *Horas de Semana Santa*, Padre Francisco de Jesus Maria Sarmento. (4)
28. *Horas Marianas*, Padre Francisco de Jesus Maria Sarmento. Lisboa, 1820, 30^a edição. (3)
29. *Inocência prodigiosa*, Padre Manoel Consciência. Lisboa, 1721. (1)
30. *Medianeira da vida eterna Maria Santíssima Mãe de Deus*, Frei José Pereira de Santa Ana. Lisboa, s.d. (2)
31. *Meditações sobre os principais mistérios da Virgem Santíssima Senhora Nossa*, Padre Manoel Bernardes. Lisboa, 1706. (1)
32. *Mestre da vida que ensina a viver, e morrer santamente*, Frei João Franco. Lisboa, 1731. (12)
33. *Mística cidade de Deus*, Madre Maria de Jesus de Agreda. (6)
34. *Nova floresta*, Padre Manoel Bernardes. Lisboa, 1706. (1)
35. *Palestra da penitência*, Frei Jerônimo de Belém. Lisboa, 1736. (3)

36. *Paraíso seráfico plantado nos santos lugares da redenção*, Frei João Batista de Santo Antônio. Lisboa, 1734. (2)
37. *Pecador convertido ao caminho da verdade, instruído com documentos importantes para a observância da Lei de Deus*, Frei Manoel de Deus. Coimbra e Lisboa, 1728. (4)
38. *Prática do confessorário*, Jaime Corela. Lisboa, 1736. (3)
39. *Prontuário de teologia moral*, Francisco Larraga. Lisboa, 1723. (6)
40. *Ramalhete seráfico*, Frei José do Egito. Coimbra, 1716. (3)
41. *Ripanço ou ofício da Semana Santa em português*. Lisboa, s.d. (3)
42. *Sermões*, Frei José de Jesus Maria. Évora, 1736. (1)
43. *Sermões*, Padre Antônio Vieira. Lisboa, 1679-1710. (3)
44. *Sermões e práticas*, Padre Manoel Bernardes. Lisboa, 1711. (1)
45. *Sermões panegíricos e morais*, Padre Manoel Consciência. Lisboa, 1722. (2)
46. *Sermões vários*, Frei João Franco. Lisboa, 1734-1741. (1)
47. *Templo teológico especulativo, e prático*, Antônio Batista Viçoso. Lisboa, 1735. (1)
48. *Tesouro carmelitano*, Frei José de Jesus Maria. Lisboa, 1705. (2)
49. *Tesouro singular, e admirável excelência do sacrossanto sacrificio da missa da lei evangélica dividido em três partes*, de Antônio Batista Viçoso. Lisboa, 1731. (1)
50. *Xavier dormindo, e Xavier acordado*, Padre Antônio Vieira. Lisboa, 1694. (2)

No entanto, para as obras a seguir, que também aparecem com muita constância entre os livros espoliados, não dispusemos dos elementos básicos indispensáveis à sua identificação mais precisa. Limitamo-nos, pois, a transcrevê-las, tal como foram inventariadas.

1. *Breviário* (5)
2. *Bíblia sacra* (2)
3. *Bíblia sagrada e sua concordância* (2)
4. *Cadernos dos santos novos* (2)

5. *Cadernos dos santos novos lusitanos e espanhóis* (1)
6. *Concílio tridentino* (3)
7. *Concílio tridentino comentado* (2)
8. *Definições morais* (2)
9. *Diurno* (2)
10. *Graça das graças* (2)
11. *Horas Latinas* (1)
12. *Horas Peregrinas* (1)
13. *Horas Seráficas* (4)
14. *Manual de missa* (2)
15. *Missal* (8)

O rol de livros mencionado mostra-nos que a maior parte das obras de caráter religioso, consumidas pelos leitores de Vila Rica, veio à luz na primeira metade do século XVIII e, como não se dirigia a um público especializado, mas a uma camada mais ampla da população católica alfabetizada, esses livros estavam escritos em língua portuguesa e não em latim. Ali, não se vislumbra o consumo amplo dos tratados teológicos, das sagradas escrituras, dos escritos dos primeiros padres da igreja e das determinações dos concílios, primordiais à formação eclesiástica. A posse limitada de livros relacionados a essas matérias estava concentrada, em grande parte, nas mãos de membros do clero local. Como já dissemos anteriormente, o grande número de livros de devoção que se espalhavam em meio à população de Vila Rica possuíam caráter prático, uma vez que instruíam os devotos leitores no cumprimento dos rituais católicos.

Para termos uma idéia acerca das regras que norteavam a conduta religiosa dos indivíduos, tomemos a obra do Padre Mestre Antônio Tavares, *Exame de confessores ou breve tratado de teologia moral*.¹³ A obra, além de oferecer aos sacerdotes instruções sobre o modo de agir no confessional, apresenta uma sumária explicação acerca das três bulas da cruzada, de vivos, de defuntos e de composição. Além disso, apresenta um catálogo, contendo os casos reservados dos

¹³ Tavares, Antônio. *Exame de confessores ou breve tratado de teologia moral*. Lisboa, na oficina de Manoel Fernandes da Costa, impressor do Santo Ofício, 1734, 4º.

bispados do Reino de Portugal e suas conquistas, todas as proposições condenadas pelo Tribunal Eclesiástico, bem como uma lista dos principais casos que deviam ser denunciados ao Santo Ofício. Nesse sentido, a obra é um importante guia de conduta moral e religiosa, não apenas para os eclesiásticos, mas para a população em geral.

Os *Exercícios espirituais*, do Padre Manoel Bernardes, também procura conduzir o leitor no bom caminho da moral cristã.¹⁴ A obra contém as “meditações da via purgativa sobre a malícia do pecado, vaidade do mundo, misérias da vida humana”. Aos principiantes, o autor oferece ainda uma breve instrução do modo prático de exercitar-se na oração mental, bem como algumas respostas para as dúvidas que, porventura, assolarem os cristãos. Nesse sentido, o autor apresenta à população os meios necessários à purificação da alma e os instrui na melhor forma de conduzir a vida. Esta obra, pela elegância do estilo e eficácia da doutrina, recebeu a aprovação geral dos varões peritos na Teologia Mística e obteve a primazia sobre todas as demais escritas no mesmo gênero.¹⁵

Já as noções fornecidas pelas *Horas de Semana Santa*, do Frei Francisco de Jesus Maria Sarmiento, como o próprio subtítulo indica, deveriam ser *empregadas na lição, e meditação dos principais ofícios e sagrados mistérios desse santo tempo*.¹⁶ O livro nada mais é que um manual que orienta a prática religiosa dos cristãos nos dias da semana santa. No período que marca a paixão e morte de Jesus Cristo, os devotos eram conduzidos a “um jejum mais rigoroso, oração mais freqüente, retiro mais apertado, séria meditação sobre os mistérios, assistência contínua aos divinos ofícios, participação na penitência e eucaristia”.¹⁷ O livro mostra que a penitência levada a cabo durante a quaresma deveria se intensificar no período denominado semana santa.

Acreditamos que o teor dos livros de devoção que circularam no século XVIII não escapava muito a esse caráter normativo, que impunha regras e oferecia lições congruentes à ortodoxia católica. No entanto, torna-se interessante mencionar que, quando verificamos o *Catálogo dos livros defesos nesse Reino*, dado à luz pela Real Mesa Censória,¹⁸ detectamos que um número

¹⁴ Bernardes, Manoel. *Exercícios espirituais*. Lisboa, na Régia Oficina tipográfica, 1784 (quinta impressão), 2 v.

¹⁵ Machado, Diogo Barbosa. *Biblioteca lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, [s.d.]. (CD-ROM). v. 3, p. 195.

¹⁶ Sarmiento, Fr. Francisco de Jesus Maria. *Horas da Semana Santa, empregadas na lição, e meditação dos principais ofícios, e sagrados mistérios deste santo tempo*.

¹⁷ Silva, Maria Beatriz Nizza. *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1977, p. 93.

¹⁸ “Catálogo dos livros defesos neste Reino, desde o dia da Criação da Real Mesa Cençoria até ao presente”. In: Marques, Maria Adelaide Salvador. *A Real Mesa Censória e a cultura nacional*. Coimbra: Editora da Universidade de Coimbra, [s.d.].

significativo dessas obras devocionais aqui enumeradas estiveram sob o alvo da censura, apesar de sua inocência aparente e de sua relevante incidência nas bibliotecas coloniais de Vila Rica.

É notório que alguns desses livros foram visados, não apenas pelo seu conteúdo desviante, mas também pela filiação intelectual de seus escritores. Tanto as obras da tradicional escolástica jesuítica, quanto as referentes ao racionalismo moderno dos filósofos iluministas, estiveram sob a constante vigília dos aparatos censórios.

Nas bibliotecas de Vila Rica, mais que o pensamento moderno, foi a tradição que se debateu com os poderes instituídos. Dessa forma, os escolásticos Roberto Bellarmino, Hermmann Busembaum, Luís de Molina e Domingo de Soto, filiados à tradicional filosofia escolástica aristotélica e defensores das teorias corporativas de poder, estiveram sob o foco da censura.¹⁹ No entanto, sua incidência nas mãos dos proprietários de livros de Vila Rica reduziu-se expressamente ao núcleo mais letrado de um eclesiástico e outro canonista.

No entanto, existiram, com maior incidência, nas bibliotecas pesquisadas, outros intelectuais jesuítas que sofreram os embargos da censura. Nesse núcleo, enquadra-se o importante Padre Antônio Vieira da Companhia de Jesus, que teve o livro *Eco das vozes saudosas* não apenas suprimido pelo edital de 10 de junho de 1768, mas condenado a arder na fogueira. Da mesma forma, a *Prática* do Frei Jaime Corela, da mesma Companhia, foi visada pelo órgão censor e impedida de vir à luz em 7 de julho de 1770. Completa a perseguição aos jesuítas portugueses, a supressão do livro do Padre Manoel da Fonseca, “aluno da sagrada Companhia de Jesus da província do Brasil”, *Vida do Venerável Padre Belchior da Ponte da Companhia de Jesus da província do Brasil*, pelo edital de 10 de junho de 1771. O mesmo edital colocou fim à impressão da tradução do francês, editada em Lisboa no ano de 1765, da obra *Desengano dos pecadores*, do jesuíta Alexandre Perier.

Geralmente questões dogmáticas envolviam a censura a essas obras. O *Desengano dos pecadores*, por exemplo, cuja primeira tradução portuguesa data de 1735, era um livro de devoções, como tantos outros que circularam à época. No entanto, a veemência com que seu autor mostrava as descrições de tortura aos pecadores que caíam no inferno, e a inserção, no rol dos pecadores, dos indivíduos que infligiam castigos desumanos a seus cativos e dos que se beneficiavam com o trabalho dos escravos de ganho, certamente incomodou os poderes instituídos.²⁰

¹⁹ Villalta, Luiz Carlos. *1789-1808: o império luso-brasileiro e os Brasis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 14. (Virando Séculos).

²⁰ Araújo, Emanuel. *O teatro dos vícios: Transgressão e transigência na sociedade urbana colonial*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Edunb, 1993, p. 323.

Além desses autores citados, muitos outros estiveram sob a mira da Real Mesa Censória. Enumeraremos as obras e os autores que circularam em meio aos leitores de Vila Rica e faremos referência, quando possível, ao edital que proibiu a sua circulação.

1. *Desengano dos pecadores*, Alexandre Perier. Lisboa, 1765, in 4º. Suprimida pelo edital de 10 de junho de 1771.
2. *Eco das vozes saudosas*, Padre Antônio Vieira. Lisboa, 1757. Suprimida pelo edital de 10 de junho de 1768.
3. *Elogios sacros da vida do glorioso São Francisco de Paula*, atribuída a Felipe de Oliveira. Lisboa, 1759. Suprimida em 19 de dezembro de 1770.
4. *Medulla Theologiae*, Hermmann Buzembaum. Suprimida.
5. *Mestre da vida*, Frei João Franco, Lisboa, 1748, in 8º. Suprimida. A edição moderna de 1790 podia circular.
6. *Mística cidade de Deus*, Maria D'Agreda. Paris, 1717, 8 v., in 4º; Madrid, 1724, 8 v., in 12º. Suprimida.
7. *Palestra da penitência*, Frei Jerônimo de Belém. Lisboa, 1736. Suprimida.
8. *Prática do confessionário*, Frei Jaime Corela. Suprimida a 7 de julho de 1770.
9. *Prontuário de teologia moral*, Frei Francisco Larraga. Suprimida a edição de Madrid, 1729, in 4º.
10. *Ramalhete seráfico*, Frei José do Egito. Suprimida.
11. *Tesouro carmelitano*, Frei José de Jesus Maria. Lisboa, in 8º. Suprimida.
12. *Vida do venerável Padre Belchior de Pontes*, Padre Manoel da Fonseca. Lisboa, 1752, in 4º. Suprimida pelo edital de 10 de junho de 1771.

As referências do *Catálogo* da Real Mesa Censória indicam que a censura a muitas dessas obras não era tão rigorosa, já que se limitava a edições específicas que, depois de corrigidas e substituídas, podiam novamente circular em meio ao público leitor. No entanto, não nos podemos eximir de mencionar nesse trabalho que tais obras preocuparam os poderes eclesiásticos

e seculares e, mais importante do que isso, que seus conteúdos, antes de atingirem os leitores, precisaram adequar-se à ortodoxia religiosa. Afinal, era imprescindível aos poderes instituídos que esses livros, imbuídos de caráter prático, se conformassem à estrutura dominante ligada à Igreja Católica, ao Estado absolutista e à moral convencional.

Ciências

O pragmatismo emanado das obras religiosas é a grande característica das leituras secentistas de Vila Rica. No entanto, a utilidade prática dos livros que ali circularam torna-se ainda mais patente, quando verificamos as obras de caráter científico existentes em mãos dos proprietários de livros analisados nessa pesquisa. Tais obras, enquanto importantes instrumentos utilizados no exercício profissional, abundaram nas mãos de indivíduos que de alguma forma lidavam com essas profissões, como os magistrados e advogados, os professores régios, os médicos e cirurgiões, etc. Nesse sentido, os tratados jurídicos, os livros de medicina e os compêndios de filosofia encontraram proeminência em meio ao grupo analisado.

Se os saberes específicos encontravam grande respaldo entre o público leitor, o que dizer de uma obra eclética, que aglutinava vários ramos do conhecimento? Examinemos, portanto, uma obra desse gênero que certamente impressionou, pela vastidão das matérias tratadas, alguns leitores de Vila Rica.

O livro *Tesouro de Prudentes*, escrito por Gaspar Cardoso da Siqueira, que muito se parece com um almanaque, apresenta ao público leitor o utilitarismo da religião católica e dos diversos campos das ciências.²¹ A obra era subdivida em quatro partes: a primeira referia-se ao “cômputo eclesiástico”, ou seja, à série de regras que determinam as datas das festas móveis das igrejas cristãs; a segunda referia-se de um lado à agricultura, ensinando como semear, plantar, enxertar e fazer noras e, de outro, remetia-se a questões importantes vinculadas à medicina, cirurgia e farmacologia; a terceira parte apresentava várias curiosidades pertencentes ao campo da aritmética; e a quarta parte focalizava o estudo da esfera e dos quadrantes, ramos da geometria que, enquanto instrumentos

²¹ Siqueira, Gaspar Cardoso de. *Tesouro de Prudentes*. Coimbra, por Nicolau Carvalho, 1612, 4^o. Machado, Diogo Barbosa. *Biblioteca lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, [s.d.]. (CD-ROM). v. 2, p. 339.

auxiliares à física, prestavam-se para “tomar altura, fabricar relógios diurnos, e noturnos; medição das horas planetárias”. A exposição sobre elementos utilizados na prática jurídica também constituía essa última parte do *Tesouro de Prudentes*.

Essa obra, dada à luz em Coimbra, em inícios do século XVII (1612) e com sucessivas edições até a primeira metade do século XVIII, compunha o acervo bibliográfico dos proprietários de livros de Vila Rica até fins daquele século e esteve presente em mãos de cinco indivíduos (12,9%) pertencentes a diversas camadas sociais e interessados no pragmatismo inerente aos saberes veiculados pelos diversos ramos do conhecimento. À edição de 1651, o autor acrescentou o *Prognóstico geral, e lunário perpétuo, assim das luas novas, e cheias, como quartos, crescentes, e minguentes*.²² Esse novo fragmento que versava sobre o universo natural também foi editado, no decorrer do século XVII, como obra autônoma, transformando-se, mais tarde, em objeto de leitura dos homens de Vila Rica. Três bibliotecas inventariadas (4,8%) possuíam este título, mas em apenas uma detectamos a presença simultânea das obras complementares de Gaspar Cardoso da Siqueira.

Acreditamos que o sucesso dessa obra decorreu, fundamentalmente, da importância de suas informações na sociabilidade prática dos indivíduos. Mas, não foram, obviamente, apenas esses livros que marcavam o pragmatismo cientificista nas bibliotecas existentes em Vila Rica, na segunda metade do século XVIII. Passemos, então, às questões do direito, às matérias médicas e aos estudos filosóficos, cuja representatividade nas bibliotecas de Vila Rica é digna de nota.

Direito

Os grandes responsáveis pela proeminência dos saberes profanos em Vila Rica foram, certamente, os livros jurídicos que compuseram as bibliotecas dos magistrados, dos advogados e de alguns outros indivíduos interessados em se inteirar das questões que envolviam o judiciário. Parece-nos que, àquela altura do século XVIII, algumas questões do Direito deixaram de ser ne-

²² Coimbra, por Nicolau Carvalho, 1614, 8º. Lisboa, por João Galvão, 1686, 4º. Machado, Diogo Barbosa. *Biblioteca lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, [s.d.]. (CD-ROM). v. 2, p. 339.

gócio exclusivo dos especialistas e atingiram uma outra pequena parcela da população. Vejamos, pois, quais eram os livros jurídicos mais consumidos pelos leitores de Vila Rica, na segunda metade do Setecentos e qual era a sua incidência naquelas bibliotecas.

1. *Cogitationes Juridicae, atque Forenses in quibus multa, quae in utroque Foro controversa quotidie versari possunt, miro ordine absoluta apparent.* Manoel Alvares Solano do Vale. Lisboa, 1739. (3)
2. *Commentaria ad Ordinationes Regni Portugalliae.* Manoel Alvares Pegas. Lisboa, 1669 a 1703. (3)
3. *Commentaria ad Ordinationes Regni Portugalliae...* Manoel Gonçalves da Silva. Lisboa, 1731 a 1740. (5)
4. *Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia.* D. Sebastião Monteiro da Vide. Lisboa, 1719. (2)
5. *De Manu Regia Tractatus, in quo explicantur omnes Leges Regiae Regni Lusitaniae, in quibus Regi cognoscendi de materiis Ecclesiasticis potestas tribuitur.* Gabriel Pereira de Castro. Lisboa, 1622. (3)
6. *De Foro Ecclesiae tractatus, materiam utriusque potestatis, spiritualis scilicet et temporalis, respiciens.* Feliciano de Oliva e Souza. Coimbra, 1648. (2)
7. *De Jure Lusitano in tres tractatus.* Mateus Homem Leitão. Coimbra, 1645. (4)
8. *Decisiones Senatus Archiepiscopalis Ulyssiponensis.* Manuel Themudo da Fonseca. Lisboa, 1643. (2)
9. *Decisiones Supremi emminentissimique Senatus Portugalliae ex gravissimis Patrum responsis collectae.* Gabriel Pereira de Castro. Lisboa, 1621. (2)
10. *Decisiones Supremi Senatus Regni Lusitaniae...* Antônio da Gama. Lisboa, 1578. (2)
11. *Forma dos libelos, e da forma das alegações judiciais, e forma de proceder no jutzo secular e eclesiástico, e da forma dos contratos com suas glosas e cotas de direito.* Gregório Martins Caminha. Coimbra, 1549. (6)
12. *Index Generalis, locupletissima Gnomologia earum rerum, quae per XIV. Tomos ad Ordinationes Regias Lusitani Regni in lucem hucusque editos a doctissimo, nunquamque satis*



Prática judicial ... de Antônio Vanguerve Cabral, 1712
Acervo da Biblioteca do Museu da Inconfidência

- laudando ejusdem Regni Doctore D. Emmanuele Alvares Pegas...* Manoel Alvares Solano do Vale. Lisboa, 1740 a 1742. (2)
13. *Novus et methodicus tractatus de uma et altera Quarta deducendas, vel non legitima Falcidia, et Trebellianica earumque imputatione, ad Cap. Reynaldus de Testamentis, in quatuor partes divisus.* João de Carvalho. Coimbra, 1631. (2)
14. *Ordenações do Reino de Portugal, recopiladas por mandado de El Rei D. Filipe I de Portugal.* Lisboa, por Pedro Craesbeck, 1603, 1 v., em fólio. (8)
15. *Prática criminal expendida na forma de praxe, observada neste nosso Reino de Portugal, e ilustrada com muitas ordenações, leis extravagantes, regimentos e doutores.* Manoel Lopes Ferreira. Lisboa, 1730. (3)
16. *Praxis de judicio finium regundorum.* Antônio Lopes Leitão. Lisboa, 1654. (2)
17. *Prática judicial muito útil e necessária para os que principiam os officios de julgar, e advogar, e para todos, os que solicitam causas nos auditórios de um, e outro foro.* Antônio Vanguerve Cabral. Lisboa, 1712. (6)
18. *Remissiones Doctorum ad contractus, ultimas voluntates et delicta spectantes in libris IV et V Constitutionum Regiarum Lusitaniae.* Manoel Barbosa. Lisboa, 1618. (2)
19. *Reportório das Ordenações deste Reino novamente recopiladas com as remissões dos autores, que as declaram, e com a concórdia das leis da partida de Castela.* Manoel Mendes de Castro. Lisboa, 1604. (6)
20. *Resolutiones Forenses, practicabilis in quibus multaque in utroque Foro controversa cotidie versantur uberrima legum, et Doctorum allegatione resolvuntur.* Manoel Alvares Pegas. Lisboa, 1668. (4)
21. *Tractatus de Donationibus Regiis, Jurium, et bonorum Regiae Coronae.* Domingos Antunes Portugal. Lisboa, 1683. (3)
22. *Tractatus de executionibus instrumentorum et sententiarum.* Silvestre Gomes de Moraes. Lisboa, 1707. (3)

Acreditamos que a incidência dessas obras nas bibliotecas de Vila Rica possa ser um pouco maior do que a que apontamos nesse estudo, uma vez que é constante na descrição dos inventários a menção exclusiva ao autor do tratado jurídico e a omissão de seu título. No entanto, para evitarmos erros maiores, que os próprios limites do trabalho quantitativo nos impõe, preferimos não inferir à autoria mencionada nenhuma obra específica. Mencionamos, pois, os autores mais citados nas bibliotecas descritas pelos autos dos processos de inventário.

1. Álvaro de Valasco (4)
2. Antônio Cardoso do Amaral (3)
3. Antônio de Paiva e Pona (4)
4. Antônio de Souza de Macedo (4)
5. Diogo Camacho Guerreiro de Aboim (3)
6. Francisco de Caldas Pereira de Castro (2)
7. Gabriel Pereira de Castro (2)
8. João Rodrigues Cordeiro (2)
9. João Salgado de Araújo (2)
10. Jorge de Cabedo (3)
11. Manoel Alvares Solano do Vale (2)
12. Manoel Mendes de Castro (3)
13. Manoel Themudo da Fonseca (2)
14. Melchior Phebo (3)
15. Miguel de Reinoso (3)

Além desses títulos arrolados e dos autores mencionados, algumas obras que não identificamos claramente são constantemente mencionadas nas bibliotecas jurídicas, tais como as obras de Gracianno e de Júlio Claro, existentes em três bibliotecas e as obras de Gomes e Aylen, presentes em duas.

O período de formação das bibliotecas que continham grande parte das obras jurídicas aqui mencionadas antecede às reformas pombalinas levadas a cabo nos cursos de leis e cânones

da Universidade de Coimbra. Nesse sentido, a bibliografia jurídica não era atualizada do ponto de vista das determinações que faziam do jusnaturalismo e do direito pátrio o carro chefe dos estudos jurídicos. Grande parte dos livros utilizados pelos magistrados e advogados de Vila Rica foi editada ainda no século XVII e, conseqüentemente, também não eram modernos os autores em voga nessas bibliotecas. Suas contribuições para a jurisprudência antecediam ao reinado de D. Sebastião. Quando Gregório Martins Caminha entregou ao prelo o seu tratado jurídico sobre a *Forma dos libelos*, o cenário urbano que o abrigaria, mapeado nessa pesquisa, não havia sido ainda formado. Passados mais de dois séculos de sua primeira impressão, a obra ainda reinava soberana entre os juristas de Vila Rica. Presente em seis bibliotecas inventariadas (9,8%), na segunda metade do século XVIII, o livro ensinava aos seus leitores a forma de se proceder perante o juízo secular e eclesiástico e instruía os juristas acerca da melhor maneira de se escrever um libelo, uma alegação judicial ou um contrato.

Mas a grande proeminência literária em Vila Rica, quando o assunto era as questões do Direito, pode ser observada em relação às *Ordenações do Reino* e aos seus *reportórios*. Os primeiros estavam presentes em oito bibliotecas (12,9%) e os últimos, em seis (9,7%).

Por *Ordenações* entende-se a reunião das leis gerais portuguesas em três grandes compilações, a saber: as Ordenações Afonsinas (1466), as Ordenações Manuelinas (1521) e as Ordenações Filipinas (1603).²³ As Ordenações Afonsinas foram a primeira grande compilação das leis esparsas em vigor. Elas resultaram de

um vasto trabalho de consolidação das leis promulgadas desde Afonso II, das resoluções das cortes desde Afonso IV e das concordatas de D. Dinis, D. Pedro e D. João, da influência do direito canônico e Lei das Sete Partidas, dos costumes e usos.²⁴

Tais ordenações não tiveram grande aplicabilidade no Brasil colonial, uma vez que foram substituídas, já em 1521, pelas Ordenações Manuelinas.

²³ *Ordenações do Senhor Rei D. Afonso V.* Coimbra, na Real Imprensa da Universidade, 1792, em 8º, 5 v.; *Ordenações do Senhor Rei D. Manoel.* Coimbra, na Real Imprensa da Universidade, 1797, em 8º, 3 v.; *Ordenações do Reino de Portugal, recopiladas por mandado de El Rei D. Filipe I de Portugal.* Lisboa, por Pedro Craesbeck, 1603, 1 v., em fólio. "Bibliografia: legislação e obras jurídicas citadas nesta obra." *Ordenações Filipinas.* Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1985, v. II, p. XXXIX.

²⁴ Nascimento, Walter Vieira. *Lições de história do direito.* Rio de Janeiro: Forense, 1984, p. 201.

Estas últimas, visando tornar mais objetivas as normas vigentes, reuniram às Ordenações Afonsinas as leis extravagantes promulgadas até então. As Ordenações Filipinas, da mesma forma, compuseram-se da união das Ordenações Manuelinas com as leis extravagantes em vigência. Foram essas ordenações as mais importantes para o Brasil, pois tiveram aplicabilidade durante um grande período de tempo. Basta lembrar que as normas relativas ao direito civil vigoraram até 1916, quando se publicou o Código Civil Nacional.²⁵

Os cinco livros que compunham as *Ordenações do Reino* obedeciam à seguinte subdivisão: o primeiro continha os regimentos dos diversos oficiais da justiça; o segundo referia-se às matérias relativas à jurisdição eclesiástica, aos direitos eclesiásticos, aos direitos reais, à jurisdição dos donatários e à tolerância aos judeus e mouros; o terceiro focalizava a ordem judiciária; o quarto os contratos, sucessões e tutorias; e o quinto, os delitos e as penas.²⁶

Assim como as ordenações, os reportórios eram importantes instrumentos no conhecimento da legislação, uma vez que organizavam metodicamente as matérias coligidas em forma de leis. Parece-nos que o mais importante reportório que existiu entre os juristas de Vila Rica foi o escrito por Manoel Mendes de Castro. Todos os juristas e alguns oficiais militares que nos deram a conhecer seus livros possuíam o *Reportório das Ordenações deste Reino novamente recopiladas com as remissões dos autores, que as declaram, e com a concórdia das leis da partida de Castela*. Dessa forma, os leitores, profissionais ou leigos, aprenderiam a melhor se orientar em meio à legislação vigente.

As ordenações geraram ao seu redor uma vasta bibliografia, que tinha por objetivo torná-la mais inteligível ao público especializado. Surgiram, portanto, uma série de comentários e observações, em forma de livro, visando esclarecer aspectos específicos ou gerais à legislação portuguesa. Dentre os inúmeros juristas portugueses que se dedicaram a essa prática, mencionaremos apenas dois, cuja presença nas bibliotecas de Vila Rica foi notável. Referimo-nos, pois, a Manoel Álvares Pegas e a Manoel Gonçalves da Silva que escreveram, cada um a sua maneira e em seu tempo, *Commentaria ad Ordinationes Regni Portugalliae*. Como, dissemos, tais obras foram proeminentes em Vila Rica e o livro de Gonçalves da Silva (continuador da obra de Pegas), editado entre os anos de 1731 e 1740, existiu em cinco bibliotecas locais (8,1%).

²⁵ Cristiani, Cláudio Valentim. O Direito no Brasil colonial. In: Wolkmer, Antonio Carlos (Org.). *Fundamentos da história do Direito*. Belo Horizonte: Del Rey, 2001, p. 337-338.

²⁶ Ferreira, Waldemar Martins. 1952, p. 290. Apud. Antunes, Álvaro Araújo. *Espelho de cem faces: O universo relacional do advogado setecentista José Pereira Ribeiro*. 1999. p. 224. Dissertação (Mestrado) – Fafich/UFMG, Belo Horizonte.

Como podemos observar, pelo rol dos livros identificados, os tratados jurídicos que compunham as bibliotecas de Vila Rica eram, em sua maioria, escritos em latim. Nesse sentido, atingiam a um público bastante especializado e não a uma população mais ampla, desejosa de se inteirar sobre as questões do Direito. Sabemos o quanto eram restritos os núcleos alfabetizados e letrados da população colonial mineradora. Nesse sentido, não é de se estranhar que os livros jurídicos, escritos em latim, se limitassem às mãos do grupo letrado de Vila Rica, capaz de apreender o conteúdo da matéria escrita, e que os livros em linguagem ultrapassem essas fronteiras e se encontrassem em meio a outras camadas sociais. No entanto, esses últimos ainda eram muito poucos, na segunda metade do século XVIII. Além das *Ordenações*, dos *Reportórios* e da *Forma de Libelos*, já citados anteriormente, circulavam ainda, com uma incidência considerável nas bibliotecas setecentistas de Vila Rica, a *Prática judicial* de Antônio Vanguerve Cabral e a *Prática criminal* de Manoel Lopes Ferreira. O primeiro podia ser encontrado em seis bibliotecas (9,8%) e o segundo em apenas três (4,8%). Se os números alcançados por essa última obra nas bibliotecas pesquisadas estão um pouco abaixo da cifra, os quatro primeiros constituem, em termos quantitativos, os títulos mais representativos no conjunto dos livros jurídicos arrolados e, nesse sentido, não podem ser menosprezados.

Há que se destacar que a cultura jurídica veiculada em Vila Rica, na segunda metade do século XVIII, possuía um caráter eminentemente prático, já que se concentrava em mãos de um público especializado que se utilizava do conhecimento *livresco* nos auditórios civis e eclesiásticos. Era, certamente, o conhecimento dos autores consagrados, das ordenações, das leis extravagantes e dos regimentos que dotavam o profissional da área jurídica de poder persuasivo e que conferiam consistência às suas exposições judiciais. A importância das ordenações do reino, dos reportórios, dos comentários às ordenações e de outros escritos do gênero, talvez já sinalizem para a importância que o direito pátrio vinha assumindo, após a reforma pombalina da Universidade de Coimbra, na área do saber jurídico. Mas isso não passa de conjectura, uma vez que as bibliotecas não foram bafejadas por essas mudanças e a bibliografia veiculada era bastante tradicionalista.

Medicina

Os livros de medicina, cirurgia e farmacologia, mais que quaisquer outros pertencentes às demais áreas do saber, atingiam tanto o público especializado quanto o leigo. Esse fato é, certamente, uma das conseqüências da própria feição que a medicina assumiu nos trópicos, qual seja, o de ciência precária vinculada às curas informais, dado o número reduzido de profissionais devidamente habilitados. Vejamos quais eram os tratados médicos, cirúrgicos e farmacêuticos mais consumidos pelos leitores de Vila Rica e a sua ocorrência nas bibliotecas setecentistas analisadas.

1. *Âncora medicinal para conservar a vida com saúde*, Dom Francisco da Fonseca Henriques. Lisboa, 1721. (3)
2. *Cirurgia clássica lusitana, anatômica, farmacêutica, médica* de Antônio Gomes Lourenço. Lisboa, 1754. (1)
3. *Correção de abusos*. Frei Manoel de Azevedo. Lisboa, 1668 e 1680. (2)
4. *Desenganos para a medicina, ou botica para todo o pai de famílias*. Gabriel Grisley. (1)
5. *Erário mineral dividido em doze tratados*. Luís Gomes Ferreira. Lisboa, 1735. (2)
6. *Farmacopéia lusitana reformada*. Dom Caetano de Santo Antônio. Lisboa, 1711. (3)
7. *Farmacopéia tubalense químico-galênica*. Manoel Rodrigues Coelho. Lisboa, 1735. (2)
8. *Medicina lusitana*. Dom Francisco da Fonseca Henriques. Lisboa, 1710. (1)
9. *Método de conhecer e curar o morbo gálico*. Duarte Madeira Arrais. Lisboa, 1642. (1)
10. *Poliantéia medicinal, notícias galênicas, e químicas repartidas em três tratados*. João Curvo Semedo. Lisboa, 1695. (2)
11. *Tratado da conservação da saúde dos povos*. Antônio Ribeiro Sanches. Paris, 1756. (1)
12. *Tesouro apolíneo, galênico, químico, cirúrgico e farmacêutico dividido em duas partes*. João Vigier. (2)

As bibliotecas existentes em Vila Rica, na segunda metade do século XVIII, também se encontravam defasadas em relação ao pensamento moderno. À exceção da obra de Ribeiro Sanches, os demais livros veiculados foram todos produzidos sob a influência da tradicional escolástica medieval.

No período pré-pombalino, as matrizes do pensamento médico de Portugal eram dadas por importantes autores, dentre os quais destacamos, por estarem presentes nas bibliotecas de Vila Rica, João Curvo Semedo, Francisco da Fonseca Henriques (o Mirandela, de alcunha) e Dom Caetano do Espírito Santo. Tais autores foram fonte de inspiração para outros que atuaram no vasto império colonial português como médicos e cirurgiões e transformaram sua experiência médica em importantes tratados sobre a matéria. O cirurgião português, Luís Gomes Ferreira, que estivera trabalhando na capitania de Minas Gerais, na primeira metade do século XVIII, é um deles. Seu *Erário mineral* foi um dos tratados médicos importantíssimos no período e circulou entre os moradores de Vila Rica. A primeira indicação da presença deste livro no arraial devemos ao livreiro Manoel Ribeiro dos Santos que, em correspondência a agentes comerciais lisboetas, solicita “2 tom. de Medicina Irario Mineral autor Luiz Gomes Ferr.a q’. morou nesta v.a e curou o Nevez”.²⁷ Coincidentemente, detectamos a presença da obra em duas bibliotecas inventariadas (3,2%).

Para a *Poliantéia medicinal*, de João Curvo Semedo, observamos essa mesma incidência nas bibliotecas setecentistas de Vila Rica. Até meados do século XVIII, as obras de Curvo Semedo fascinaram muitos letrados e tanto os especialistas quanto os leigos as leram e as difundiram.²⁸ As teorias médicas construídas por esse autor distanciavam-se dos critérios racionais e aproximavam-se dos conceitos da medicina popular.²⁹ Suas obras, receptivas aos ensinamentos adquiridos em terras distantes da metrópole, contribuíram imensamente para a divulgação das riquezas medicinais coloniais em Portugal. Nesse sentido, observa-se no império português um movimento de influências recíprocas entre o centro de irradiação do pensamento e as áreas periféricas, pois, ao mesmo tempo em que as teorias médicas mais tradicionais absorviam as experiências culturais dos povos conquistados, elas se estendiam às diversas localidades que constituíam o império colonial.³⁰

²⁷ Diniz, Sílvio Gabriel. Um livreiro em Vila Rica no meado do século XVIII. *Kritérion*, Belo Horizonte, n. 47/48, jan./jun., 1959, p.187.

²⁸ Ribeiro, Márcia Moisés. *A ciência dos trópicos. A arte médica no Brasil do século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 61.

²⁹ Ribeiro, Márcia Moisés. *A ciência dos trópicos. A arte médica no Brasil do século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 62.

³⁰ Ribeiro, Márcia Moisés. *A ciência dos trópicos. A arte médica no Brasil do século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 58.

As obras médicas mais populares em Vila Rica foram a *Farmacopéia lusitana reformada*, de D. Caetano, e a *Âncora medicinal*, de Mirandela, ambas presentes nas mãos de três leitores, (4,8%). Este último autor ofereceu ao público outras duas obras: a *Medicina lusitana*, de sua própria autoria e uma nova edição ilustrada e comentada do *Método de conhecer e curar o morbo gálico*, de Duarte Madeira Arrais.³¹

Mas vejamos quais matérias tratavam os livros da “mais ‘social’ de todas as ciências. A já citada *Medicina lusitana*, de Francisco da Fonseca Henriques, cuidava de erradicar as mazelas que atacavam a natureza humana em todos os estágios da vida. A primeira parte da obra dedicava-se ao período de gestação humana, a segunda à “arte de criar e curar meninos” e a terceira, às febres. Completa a obra um tratado sobre o uso e administração do azougue.³² As reflexões apresentadas pelo autor são tanto de caráter profilático quanto paliativo e remediável. Nesse sentido, seus fundamentos constituíam matéria importante tanto para os leigos quanto para os especialistas que desejavam se instruir sobre a melhor forma de evitar e curar as doenças.

A obra do Frei Manoel de Azevedo, *Correção de abusos*, dividia-se em dois tomos: o primeiro foi publicado no ano de 1668 e o segundo, doze anos mais tarde, em 1680. Ambos eram divididos em três tratados. O primeiro tratado do primeiro tomo referia-se aos benefícios proporcionados aos homens pelos exercícios e à importância das purgas no tratamento inicial das enfermidades; o segundo tratado ressaltava as vantagens das sangrias nos membros inferiores para o tratamento das doenças que acometiam as cabeças e os corações; o terceiro versava sobre a febre maligna e indicava os remédios específicos para a sua cura.³³

Já o primeiro tratado do segundo tomo ocupava-se da “fascinação, olho, ou quebranto” que, segundo o autor, eram enfermidades mortais aos indivíduos. Nesse sentido, a obra apontava os principais sinais que levariam os homens a diagnosticar a doença e oferecia os remédios indispensáveis à cura. O segundo focalizava as bexigas e o sarampo e o terceiro referia-se ao preparo de medicamentos, mais especificamente, os “pós purgativos de ouro” chamados de “Quintilo”.³⁴

³¹ Machado, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, [s.d.]. (CD-ROM). v. 2, p. 339.

³² Amsterdã, por Miguel Dias, 1710 e 1731, fol. Machado, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, [s.d.]. (CD-ROM). v. 2, p. 148.

³³ Lisboa, por Diogo Soares de Bulhões, 1668, 4º; e Lisboa, por Manoel Lopes Ferreira, 1690, 4º. Machado, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, [s.d.]. (CD-ROM). v. 3, p. 184.

³⁴ Lisboa, por João da Costa, 1680, 4º; e Lisboa, por Manoel e José Lopes Ferreira, 1705, 4º. Machado, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, [s.d.]. (CD-ROM). v. 3, p. 185.

A descrição dos diversos tratados nos põe diante de uma obra que apresentava uma medicina multifacetada que mesclava elementos do universo sobrenatural, como a fascinação e o quebranto, a influências do mundo natural. Frei Manoel de Azevedo foi um dos escritores que mesclaram à medicina oficial, a magia e a religião, uma vez que os ensalmos, os exorcismos e a aplicação de relíquias sagradas também foram constantemente utilizados na cura dos males. Esteve, portanto, na influência do pensamento tradicional.

No entanto, detectamos, pela primeira vez, entre os livros existentes nas bibliotecas de Vila Rica, uma obra produzida sob os auspícios da filosofia iluminista. Trata-se do *Tratado da conservação da saúde dos povos*, editado em Lisboa, no ano de 1757, e escrito pelo ilustrado português Antônio Ribeiro Sanches (1699-1782).³⁵ O autor, diplomado em medicina e direito pela Universidade de Coimbra, discípulo de Boerhaave, freqüentava os círculos ilustrados, correspondia-se com vários filósofos e possuía um leque de interesses intelectuais muito vastos. Sendo um sábio e um especialista chegou, inclusive, a escrever um verbete para a *Encyclopédie* de Diderot e D'Alembert. Embora estivesse distante de Portugal, desde 1726 (era, certamente, um estrangeirado), Ribeiro Sanches jamais perdeu o interesse pelo seu país de origem e, nesse sentido, colaborou ativamente com várias reformas empreendidas no período pombalino, especialmente aquelas relacionadas à reformulação do sistema educacional.³⁶

Diante dos livros de medicina que veiculavam em Vila Rica, na segunda metade do século XVIII, presentes nas bibliotecas analisadas, podemos afaçar que tais obras encontravam-se em sintonia antes com a medicina galênica, fundada em argumentos da filosofia escolástica peripatética, do que com a nova medicina preconizada por Boerhaave, fundamentada nos princípios cientificistas e racionalistas que marcaram o século das Luzes. Além disso, precisamos enfatizar o caráter prático que essas obras possuíam para seus leitores, pois era por meio delas que os indivíduos inteiravam-se das principais doenças, aprendendo a diagnosticá-las, e instruíam-se sobre a melhor forma de combatê-las. Dessa forma, em virtude da raridade de profissionais habilitados a exercer a arte médica nas terras coloniais os homens de letras, independentemente do nível cultural que possuíam, precisavam ter em mãos instrumentos que os socorressem em uma possível emergência. E a isso prestavam-se, certamente, os livros de medicina, cirurgia e farmacologia que circularam nas Minas setecentistas.

³⁵ Paris, 1756, 8º; e Lisboa, por José Filipe, 1757, 4º. Machado, Diogo Barbosa. *Biblioteca lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, [s.d.]. (CD-ROM). v. 4, p. 57.

³⁶ Falcon, Francisco José Calazans. *A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. São Paulo: Editora Ática, 1982, p. 346-347.

Filosofia

Parece-nos que o campo da Filosofia não foi muito vasto para as leituras dos homens de Vila Rica. No entanto, selecionamos alguns títulos que julgamos representativos em nossa análise, uma vez que somavam tradição e inovação às leituras. Se em todas as áreas do conhecimento verificamos a proeminência de leituras tradicionalistas, o saber filosófico desponta nas bibliotecas de Vila Rica com uma novidade: o Iluminismo. Vejamos quais as obras filosóficas que destacamos das bibliotecas de Vila Rica.

1. *Apparatus ad Philosophiam, & Theologiam ad usum Lusitanorum adolescentium libri sex.* Luís Antônio Vernei. Roma, 1751. (1)
2. *Cartas eruditas y curiosas del teatro crítico.* Bento Feijó. Madrid, 17[79]. (houve edições anteriores) (1)
3. *Compendium logicae Conibricensis.* Padre Inácio de Carvalho. Évora, s.d.. (1)
4. *Disputationes logicae in tres partes distributae.* Padre Silvestre Aranha. Coimbra, 1736. (2).
5. *Ilustracion Apologética del Teatro Crítico.* Bento Feijó. 1777. (houve edições anteriores) (1)
6. *Teatro Crítico Universal.* Bento Feijó. Madrid, 1778. (houve edições anteriores) (3)

Essas obras estavam bem concentradas nas bibliotecas de Vila Rica e pertenciam aos indivíduos mais letrados (clérigos, advogados e professor de gramática latina) e a alguns oficiais militares. O interessante a observar é a existência tanto de obras relacionadas à filosofia escolástica quanto de títulos pertencentes aos precursores do Iluminismo em Portugal e Espanha.

Luís Antônio Vernei (1713-1792), mestre em Artes pela Universidade de Évora, mudou-se para a Itália, em 1736, e ali participou de intensa atividade intelectual, correspondendo-se com Muratori e comunicando-se com Genovese. Nesse sentido representa, em termos históricos, “a visão italiana da Ilustração, por ele ajustada, em muitos casos, às peculiaridades lusas”.³⁷ Suas contribuições à política ilustrada pombalina são inesgotáveis e a principal delas refere-se, justamente, à reforma do sistema educacional português. Sabemos que foi com a publicação do *Verdadeiro*

³⁷ Falcon, Francisco José Calazans. *A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada.* São Paulo: Editora Ática, 1982, p. 330.

método de estudar que Luís Antônio Vernei sacudiu a letargia ainda dominante em Portugal e promoveu um corte decisivo no contexto cultural lusitano. Não poderíamos, nessa oportunidade, refazer a vida e obra desse importante intelectual. No entanto, precisamos mencionar que a tarefa renovadora que Vernei implementou no sistema de ensino português, com a publicação do *Verdadeiro método*, ganhou continuidade, no ano de 1751, com a publicação dos dois primeiros volumes de um curso de filosofia, do qual o *Apparatus ad Philosophiam, et Theologiam*, existente na biblioteca de Vila Rica, faz parte.

Os outros livros representantes da filosofia ilustrada nas bibliotecas de Vila Rica foram todos escritos pelo beneditino espanhol, Bento Feijó (1676-1764). Esse autor, apesar de manter-se vinculado à ortodoxia religiosa, é de fundamental importância dentro do movimento ilustrado, pois, além de criticar firmemente os usos e os costumes, denunciava as credências, as superstições e as falsas tradições existentes na esfera religiosa.³⁸ Suas obras, muito lidas e comentadas, obtiveram grande sucesso editorial na Espanha durante o século XVIII. Segundo Juan Sempere Y Guarinos:

As obras deste sábio produziram uma fermentação útil; fizeram começar a duvidar; deram a conhecer outros livros muito diversos daqueles que havia no país; excitaram a curiosidade; e enfim abriram a porta à razão, que antes haviam fechado à indolência, e à falsa sabedoria [...]³⁹

Nesse sentido, Bento Feijó foi um dos representantes de uma visão crítica e reformadora que só alcançou maior profundidade e importância na segunda metade do século XVIII.

As outras obras arroladas foram escritas por jesuítas que, igualmente, estiveram envolvidos nas questões educacionais. O Padre Silvestre Aranha foi professor de Letras Humanas no Colégio de Évora e lecionou Filosofia no Colégio de Coimbra, onde editou, em 1736, as *Disputationes logicae*.⁴⁰ Já o Padre Inácio de Carvalho foi professor de Letras Humanas, Retórica e Filosofia na Universidade de Évora, onde igualmente trouxe à luz seu *Compendium logicae Conibricensis*.⁴¹

³⁸ Falcon, Francisco José Calazans. *A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. São Paulo: Editora Ática, 1982, p. 200.

³⁹ Sempere y Guarinos, J. *Ensayo de una biblioteca española de los mejores escritores del reinado de Carlos III*. Madrid, 1785/1789. v. III, p. 44. Apud Falcon, Francisco José Calazans. *A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. São Paulo: Editora Ática, 1982, p. 201.

⁴⁰ Machado, Diogo Barbosa. *Biblioteca lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, [s.d.]. (CD-ROM). v. 3, p. 707.

⁴¹ Machado, Diogo Barbosa. *Biblioteca lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, [s.d.]. (CD-ROM). v. 2, p. 533-534.

Essas obras certamente constituíram matéria de estudos de seus proprietários que se dedicavam, nas Minas setecentistas, à carreira eclesiástica e ao ensino de gramática.

Os livros filosóficos existentes em Vila Rica situavam-se na confluência do pensamento tradicional com o moderno. Enquanto Silvestre Aranha e Inácio de Carvalho fundamentavam-se na filosofia escolástica aristotélica, Bento Feijó e Luís Antônio Vernei representavam um Iluminismo moderado e católico. Embora considerasse que já havia teologia bastante e que o importante era difundir a ciência, o beneditino espanhol manteve-se bastante apegado à escolástica que pretendia ver renovada.⁴² Temos, portanto, nos livros filosóficos existentes nas mãos dos leitores de Vila Rica, elementos modernos conjugados à tradicional cultura portuguesa.

Belas letras

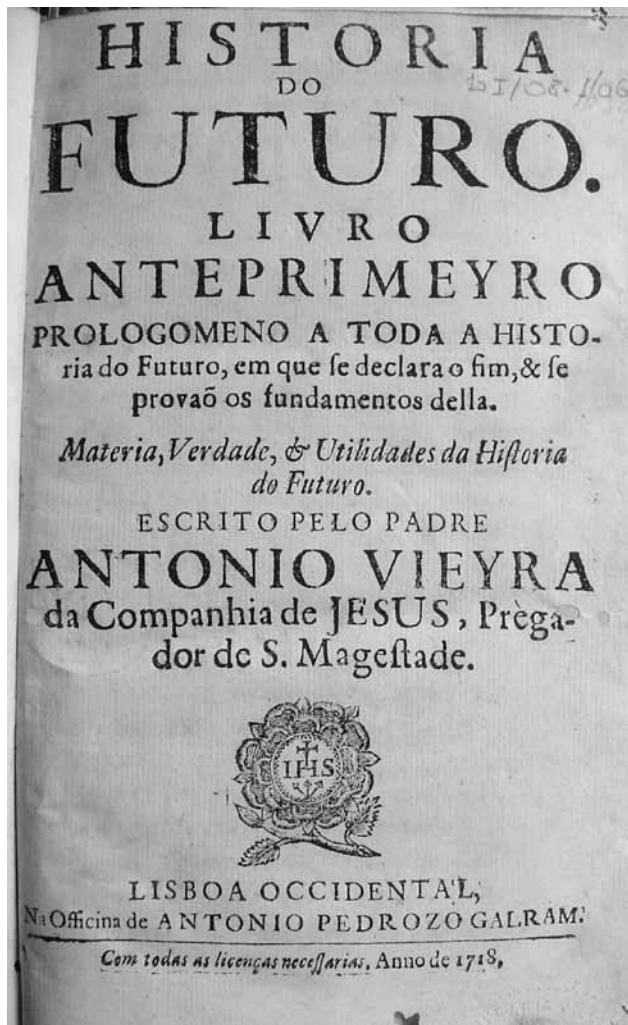
A cultura literária expressa pelas belas letras não obteve grande relevo entre os proprietários de livros de Vila Rica. Os diversos gêneros que a constituíam, tais como a gramática, a retórica, a poesia, os romances, a história etc. eram consumidos ou pelo prazer de ordem estética que poderiam proporcionar aos seus cultores, ou pelo próprio valor e pelo significado que o conteúdo dos textos literários assumiram em épocas e contextos diversos, ou pelo simples deleite e entretenimento oferecidos pelo ato da leitura. Nas bibliotecas de Vila Rica, os gêneros que obtiveram maior notoriedade estavam relacionados com a história e com as questões relacionadas às línguas. Vejamos, portanto, dentro do gênero literário, o que consumiam os indivíduos que possuíam livros em Vila Rica, na segunda metade do século XVIII.

⁴² Falcon, Francisco José Calazans. *A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. São Paulo: Editora Ática, 1982, p. 200.

História

A história, enquanto parte integrante das belas letras, foi o gênero que mais despertou o interesse dos leitores de Vila Rica. Destacamos, do rol de livros inventariados, os títulos e os autores que mais incidiram nas bibliotecas analisadas. Mencionamos, ainda, a existência de algumas obras que se consagraram na longa duração devido ao seu próprio valor ou à importância histórica daquele que a produziu. Temos, portanto, nas mãos dos leitores de Vila Rica, as seguintes obras:

1. *Arte de furtar, espelho de enganos, teatro de verdades, mostrador de horas mingoadas, gázua geral dos Reinos de Portugal*. Obra anônima. Amsterdã, 1744. (4)
2. *Ásia portuguesa*. Manoel de Faria e Souza. Lisboa, 1666-1675, 3 v. (3)
3. *Áureo trono episcopal... ou notícia da criação do novo bispado de Mariana... e da jornada que fez do Maranhão o Exmo. D. Fr. Manuel da Cruz*. Lisboa, 1749. (2)
4. *Europa portuguesa*. Manoel de Faria e Souza. Lisboa, 1667-1680, 3 v. (1)
5. *História das Guerras Civis de Granada*. Jerônimo Moreira de Carvalho. Lisboa, 1735. (1)
6. *História de Carlos XII. Rei de Suécia escrita por Monsieur de Voltaire, e emendada segundo os reparos históricos, e críticos de Monsieur de la Motraye*. Tradução do francês pelo Padre Manoel Monteiro. Lisboa, 1739. (1)
7. *História do Imperador Carlos Magno, e dos doze Pares de França*. Jerônimo Moreira de Carvalho. Lisboa, 1728. (1)
8. *História do futuro*. Padre Antônio Vieira. Lisboa, 1718. (1)
9. *História sebástica*. Frei Manoel dos Santos. Lisboa, 1735. (2)
10. *História de Portugal restaurado*. Dom Luís de Menezes. Lisboa, 1679-1698, 2 v. (1)
11. *Lugares comuns de letras humanas e apêndice ao Teatro de los dioses*. Tradução do toscano em castelhano por D. Diogo de Agreda e novamente traduzido em português por Baltazar Luís. Lisboa, 1744. (2)
12. *Peregrinações*. Fernando Mendes Pinto. Lisboa, 1614. (2)



História do futuro, de Padre Antônio Vieira, 1718
Acervo da Biblioteca do Museu da Inconfidência

13. *Theatro de los dioses*. Dom Diogo de Agreda. (2)
14. *Vida do venerável Padre Bartolomeu de Quental, fundador da Congregação do Oratório nos Reinos de Portugal*, escrita na língua latina pelo Padre José Catalano e exposta no idioma português por Francisco José Freire. Lisboa, 1741. (1)

Os títulos arrolados apontam-nos um interesse significativo pela história do império português: seus reinados, suas possessões coloniais, seus indivíduos notáveis, suas ações militares. Significativa é a presença da obra *Arte de furta*. Este livro, de nítido caráter político, escrito anonimamente, no século XVII, gerou um amplo debate em torno de sua autoria. A edição de 1744, impressa em Amsterdã, que saiu com o nome do Padre Antônio Vieira, mobilizou os intelectuais portugueses, que visavam, por meio de escritos apoloéticos, ora imputar ao intelectual jesuíta a autoria do livro, ora eximi-lo da matéria escrita.⁴³ No entanto, o estudo produzido por Afonso Pena Júnior, aponta a possibilidade da obra ter sido escrita por Antônio de Souza de Macedo.⁴⁴ O livro, que é uma espécie de denúncia das mazelas insufladas ao Reino de Portugal, durante o período da União Ibérica, alcançou bastante projeção nos círculos letrados e em Vila Rica esteve presente em quatro bibliotecas (6,5%).

Outra obra do gênero digna de nota, embora tenha surgido em apenas uma biblioteca de Vila Rica, foi escrita pelo Conde de Ericeira, D. Luís de Menezes. *A História de Portugal restaurado*, editada em dois volumes, entre os anos de 1679 e 1698, relatava todas as ações políticas e militares que restituíram o trono português à dinastia de Bragança, desde o ano de 1640, em que foi aclamado rei D. João IV, até o ano de 1668, no qual se celebram as pazes com Castela.⁴⁵ O importante a destacar sobre essa obra é que, passado pouco mais de um século, seus relatos forneceram a base ideológica que fundamentaram o abortado movimento insurrecional mineiro, de 1788-1789.

Os estudos historiográficos mais recentes têm vinculado a inconfidência mineira tanto às luzes quanto às tradições culturais luso-brasileiras.⁴⁶ No entanto, o historiador Luiz Carlos

⁴³ Machado, Diogo Barbosa. *Biblioteca lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, [s.d.]. (CD-ROM). v. 4, p. 64.

⁴⁴ Júnior, Afonso Pena. *A arte de furta e o seu autor*. 2. ed. Rio de Janeiro: ABL, 2001.

⁴⁵ *Tomo I*. Lisboa, por João Galvão, 1679, fol. e Lisboa, por Antônio Pedroso Galvão, 1710, fol. *Tomo II*. Lisboa, por Miguel Deslandes, 1698, fol. Machado, Diogo Barbosa. *Biblioteca lusitana*. Lisboa: Biblioteca Nacional, [s.d.]. (CD-ROM). v. 3, p. 117.

⁴⁶ Villalta, Luiz Carlos. *Reformismo ilustrado, censura literária e os usos dos livros na América portuguesa*. 1999. Tese (Doutorado) – USP, São Paulo. Villalta, Luiz Carlos. *1789-1808: o império luso-brasileiro e os Brasis*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000 (Virando Séculos). Furtado, João Pinto. *O manto de Penélope*. História, mito e memória da Inconfidência mineira de 1788-1789. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

Villalta foi pioneiro em apontar essa filiação da Inconfidência Mineira à Restauração Portuguesa de 1640.⁴⁷ Segundo o historiador, tanto o livro específico do Conde de Ericeira quanto outros que versavam sobre o mesmo assunto, circularam em mãos dos inconfidentes, oferecendo-lhes estratégias a serem utilizadas na rebelião. Parece-nos que a mais importante estratégia evocada por esses escritos foi a descrição do ritual da sedição. Vejamos, pelas próprias palavras de Luiz Carlos Villalta, como os inconfidentes se apropriaram, em prol de seus objetivos específicos, das idéias contidas no livro do Conde de Ericeira.

Segundo o padre Carlos Toledo, o abade Raynal ensinava como fazer a rebelião, seu livro “trazia o modo de se fazerem os levantes”. Tal modo consistiria em cortar a “cabeça do governador e fazendo uma fala ao povo e repetida por um sujeito erudito”. Na parte da obra de Raynal sobre a independência da América Inglesa não há nenhuma referência que lembre esse “cortando a cabeça do governador”. Tal referência encontra-se na narrativa concernente à Restauração Portuguesa de 1640.⁴⁸

Segundo o historiador,

Na obra *História de Portugal Restaurado*, do conde da Ericeira, D. Luís de Menezes, (...) a Restauração é classificada como um movimento pelo qual as gentes portuguesas – oprimidas por um governo tirânico que desrespeitava o pacto primeiro estabelecido por Filipe II, vexados por excessos tributários – restituíram a coroa ao seu herdeiro legítimo, o duque de Bragança, el-rei d. João IV. A morte de Miguel de Vasconcelos é apresentada como recurso para incitar o povo e como castigo por seus serviços ao domínio espanhol; ela é cercada por gritos em defesa da liberdade e em aclamação a d. João IV; Vasconcelos é ainda lançado à fúria da multidão.⁴⁹

⁴⁷ Villalta, Luiz Carlos. *Reformismo ilustrado, censura literária e os usos dos livros na América portuguesa*. 1999. Tese (Doutorado) – USP, São Paulo; Villalta, Luiz Carlos. *1789-1808: o império luso-brasileiro e os Brasis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. (Virando Séculos).

⁴⁸ Villalta, Luiz Carlos. *1789-1808: o império luso-brasileiro e os Brasis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 55. (Virando Séculos).

⁴⁹ Villalta, Luiz Carlos. *1789-1808: o império luso-brasileiro e os Brasis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 55. (Virando Séculos).

Aproximando esse relato à fala do padre Toledo, o autor revela-nos que o livro mencionado, de propriedade do Cônego Luís Vieira da Silva, teria sido objeto de leitura dos inconfidentes mineiros. Tal fato evidencia o caráter pragmático dessa obra naquela conjuntura política e social.

Outros livros com boa incidência em Vila Rica, que também se referiam ao reino de Portugal, foram escritos por Manoel de Faria e Souza. Enquanto a *Ásia portuguesa* esteve presente em três bibliotecas (4,8%), a *Europa portuguesa* existia em apenas uma (1,6%). Os três tomos que constituíam ambas as obras foram editados entre os anos de 1666 e 1670. Na *Europa portuguesa*, o autor pretendia reconstituir a história de Portugal desde a origem dos tempos até o curto reinado de D. Sebastião, apresentando-nos uma longa descrição do Reino de Portugal. Já na obra *Ásia portuguesa*, o objetivo era reconstituir a história de Portugal, desde o princípio da dominação no continente asiático até os sucessos do tempo do domínio dos reis castelhanos.

Além desses livros que exaltavam a história de Portugal, a notícia da criação do bispado de Mariana e da chegada de D. Frei Manoel da Cruz à capitania de Minas Gerais, que rendeu uma festa apoteótica, registrada no *Áureo trono episcopal*, também foi objeto de interesse dos leitores de Vila Rica. Afinal, a sede do poder espiritual situava-se na circunvizinhança da sede do poder temporal. Nesse sentido, os leitores de Vila Rica preservavam, pela leitura do *Áureo trono episcopal*, a memória das manifestações socioculturais ocorridas na Capitania.

Referimo-nos, por fim, a duas obras escritas por importantes intelectuais de correntes opostas. Mais uma vez, presenciamos inovação e tradição nas leituras setecentistas, pois colocamos, lado a lado, o padre Antônio Vieira, da Companhia de Jesus, defensor de idéias escolásticas e Voltaire, um dos principais nomes vinculados ao Iluminismo francês. Entre as inúmeras obras que os autores deram a conhecer existem, referentes ao gênero, nas bibliotecas de Vila Rica, a sebastianíssima *História do futuro*, de Vieira, e a *História de Carlos XII*, de Voltaire, numa tradução para a língua portuguesa do Padre Manoel Monteiro.

Temos, portanto, em Vila Rica, o consumo de uma história eminentemente comprometida com a História de Portugal. A incidência de livros sobre essa matéria talvez seja mesmo um importante indício, conforme tão bem apontou Luiz Carlos Villalta, em estudo sobre a inconfidência mineira, do quanto os colonos das Minas Gerais reconheciam-se como portugueses, mesmo sendo portugueses da América. Nesse sentido, a leitura dos livros de história contribuía para o conhecimento de sua própria história e para a preservação da memória sociocultural de seu povo.

Línguas

A teoria da linguagem era fornecida aos homens de letras, especialmente pelos estudos lingüísticos. A formalidade na utilização deste sistema de signos e o cuidado com a língua culta eram determinantes em algumas esferas sociais e garantiam, muitas vezes, a proeminência e a importância social dos indivíduos. O uso da palavra articulada ou escrita, como meio de expressão e de comunicação entre pessoas, tornou indispensável as obras que versavam sobre esse tema. Em Vila Rica setecentista, as aulas régias de Gramática Latina, integradas aos estudos menores, certamente fizeram parte do cotidiano de parcela de sua população e podemos observar nas bibliotecas analisadas a existência de alguns autores que se dedicaram à matéria. Vejamos quais foram suas contribuições.

1. *Arte [de sintaxe] explicada*. João de Morais Madureira Feijó. Lisboa, 1730-1735. (2)
2. *Arte da gramática latina*. Padre Manuel Álvares. Lisboa, 1572. (1)
3. *Comentário a Virgílio no qual se explicam os lugares mais difíceis do Poeta*. Padre Francisco Aranha. Évora, 1657. (1)
4. *Dictionarium latino-lusitanicum, et vice versa Lusitano-latinum*. Jerônimo Cardoso. Coimbra, 1569. (1)
5. *Novo método de Gramática latina*. Antônio Pereira de Figueiredo. (1)
6. *O Secretário Português*. Francisco José Freire. Lisboa, 1745. (3)
7. *Prontuário de Sintaxe dividido em duas partes*. Padre Antônio Franco. Évora, 1699. (1)
8. *Prosódia in Vocabularium trilingue Latinum, Lusitanum, et Castellanicum digesta*. Bento Pereira. Évora, 1634. (4)

Além desses títulos, os inventários trazem ainda algumas referências aos poetas latinos, Virgílio, Horácio e Ovídio, bem como aos comentários que se fizeram às suas obras.

Observamos que as artes de gramática latina, os dicionários, os clássicos da literatura latina e as obras que buscavam torná-los mais inteligíveis foram os livros referentes às línguas que mais se destacaram. Salvo exceções, muitos dos autores aqui descritos são filhos da Companhia de Jesus, como os padres Manuel Álvares, Francisco Aranha, Antônio Franco, Bento Pereira e Madureira Feijó. Sabemos que a segunda metade do século XVIII assistiu a uma contenda entre o reformismo ilustrado português e a Companhia de Jesus. Os jesuítas, acusados de propagarem o obscurantismo no império luso, em pleno século das Luzes, foram rechaçados pelo todo poderoso Marquês Pombal e, conseqüentemente, afastados do sistema de ensino. As reformas, ao mesmo tempo em que tentavam edificar uma nova estrutura educacional, fundamentada em novos ideários, combatiam os princípios antiquados, sustentados pelos jesuítas, através dos aparatos destinados à censura de livros. Dessa forma, a Real Mesa Censória atuou efetivamente no sentido de coibir a circulação de livros escritos por mãos jesuítas. Entretanto, a situação das bibliotecas de Vila Rica mostram-nos que muitas destas obras resistiram ao controle do Estado e persistiram nas mãos dos leitores.

O melhor exemplo é mesmo a *Prosódia* de Bento Pereira, dicionário trilingüe — latino, lusitano e castelhano — que proibido de ser usado com fins didáticos, subsistiu, até fins do século XVIII, em quatro bibliotecas de Vila Rica (6,5%), sendo que uma delas pertencia a um professor de Gramática Latina.

No entanto, o cenário mineiro assistiu à substituição da *Arte da gramática latina*, do padre jesuíta Manuel Álvares pelo *Novo método de Gramática latina*, do oratoriano Antônio Pereira de Figueiredo. Essa obra, de nítida inspiração “verneiana”, ofereceu aos cursos menores específicos da área, os novos embasamentos teóricos que deveriam nortear a prática pedagógica. Mais uma vez as bibliotecas de Vila Rica demonstram estar na confluência da tradição e da inovação.

Verifica-se, pois, que apenas uma vez ou outra os livros, consumidos em Vila Rica e analisados nesta amostra, esbarram com o pensamento moderno. As bibliotecas inventariadas, no período compreendido entre 1750 e 1800, ofereciam livros absolutamente normais aos seus leitores tradicionalistas. Mas o pragmatismo inerente à maioria das obras que existiram entre os proprietários de livros de Vila Rica foi a grande característica daqueles importantes receptáculos do conhecimento.

Em síntese, podemos afirmar que, no debate entre inovação e tradição, venceu a tradição. Nas bibliotecas analisadas nessa pesquisa, o espaço ocupado pela filosofia iluminista era bastante modesto se comparado à primazia das matérias e dos autores mais tradicionais existentes nas mãos

dos leitores de Vila Rica. Há que se ressaltar, no entanto, que, independentemente da forma de pensamento que configurava as obras, os livros de religião, ciências, artes e belas letras tinham um sentido eminentemente pragmático nas mãos dos leitores. Essa utilidade prática que os homens encontravam nos livros, certamente, foi a grande prática social que norteou a composição das bibliotecas de Vila Rica, entre os anos de 1750 e 1800.

**Entre sedas e baetas: o vestuário
das mulheres alforriadas de Vila Rica**

Cláudia Cristina Moí

O vestuário foi, em determinadas épocas, símbolo de distinção social e designou o lugar que os indivíduos ocuparam na sociedade ou num determinado grupo. Assim, no caso de Minas Setecentista, o vestuário ocupou um lugar importante, tendo em vista que a exterioridade era própria do período Barroco. Por isso, era permitido à mulher andar em “mangas de camisa” dentro de casa, nunca fora dela. Desta forma, alguns viajantes notaram que as mulheres da América Portuguesa se punham “à vontade” dentro de suas casas como o fez Luís dos Santos Vilhena, que observou ser comum às mulheres: “andarem dentro de suas casas em mangas de camisa, com golas tão largas que muitas vezes caem e se lhe vêem os peitos, além de muitas vezes descalças e de ordinário sem meias, com camisas de cassa finíssima e cambraia transparente”, enquanto Mary Graham também registrou a mesma atitude: “as mulheres, em casa, usam uma espécie de camisola que deixa demasiado exposto os seios”.¹ Entretanto, quando saíam às ruas, estas mesmas mulheres esmeravam-se no vestir, exibindo seus melhores trajes e suas melhores jóias.

¹ Araújo, Emanuel. A arte da sedução: sexualidade feminina na Colônia. In: Priore, Mary Del (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1997, p. 56.

Freyre analisou o contraste existente entre o que se vestia em casa e o que se exibia na rua, ao descrever o vestuário dos senhores e das senhoras da sociedade pernambucana no período colonial: “a cavalo grandes fidalgos de estribo de prata, mas em casa uns franciscanos, descalços de chambre e chita e às vezes só de ceroulas. Quanto às grandes damas coloniais, ricas sedas e um luxo de ‘tetéias’ e jóias nas igrejas, mas na intimidade de cabeção saia de baixo, chinelos sem meias”.²

Desta forma, buscava-se exteriorizar o luxo, principalmente nos dias de festas, como notou o cronista Simão Ferreira Machado,³ ao descrever a festa do Triunfo Eucarístico em 1733: “capas de asperges, dalmáticas, sobrepelizes, alvas, casulas, manípulos e estolas dos sacerdotes”. Os magistrados, os senadores, e a gente nobre, trajavam-se, por sua vez, “ao modo cortesão, chapéus de plumas, com as bandas das capas, canhões das casacas e vestes de diferentes e ricos galacés de ouro”. Enquanto o vestuário feminino era descrito como possuindo “vários matizes” e as negras quitandeiras: “só trajavam /vermelhas capas de galões cobertas,/ de galacês e tissos ricas saias”, não sendo prerrogativa da mulher branca o vestir-se com luxo e com esmero. A mulher negra também exibiu, no colorido dos seus trajes e na diversidade do vestuário, confeccionados com tecidos nobres, o desejo de distinção. Este desejo de se distinguir através dos trajes gerou, na América Portuguesa, uma série de bandos e alvarás que restringiu à camada dos forros o uso de tecidos nobres como a seda. Foi assim que, em 20 de setembro de 1702, o rei de Portugal recebeu uma carta enviada pelo Bispo do Rio de Janeiro, na qual solicitava que as “pretas, pardas e ainda mulheres de outra cor ficassem proibidas de vestirem sedas, garças, e trazerem ouro, mais que as *publicamente expostas*, porque estes enfeites que vêm em outras, as movem poderosamente a imitá-las nos erros”.⁴ Por sua vez, Luís dos Santos Vilhena se admirou do luxo e esmero ostentado pelas escravas: “vestidas de ricas saias de cetim, becas de lemiste finíssimo e camisas de cambraia ou cassa, bordadas de forma tal que vale o labor três ou quatro vezes mais que a peça; e tanto é o ouro que cada uma leva em fivelas, pulseira, colares ou braceletes e bentinhos que, sem hipérbole, basta para comprar duas ou três negras ou mulatas como a que o leva”.⁵

² Freyre, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 16. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969, p. 53.

³ Ávila, Afonso. *Resíduos Seiscentistas*: textos do século do ouro e as projeções do mundo Barroco. Belo Horizonte: Centro de Estudos Mineiros, 1967, p. 109.

⁴ Lara, Sílvia Hunold. Sedas, panos e balangandãs: o traje de senhoras e escravas nas cidades do Rio de Janeiro e Salvador (séc. XVIII). In: Silva, Maria Beatriz Nizza da (Org.). *Brasil: colonização e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p. 177-179.

⁵ Apud: Araújo, Emanuel, op. cit., p. 57.

O espanto do Viajante pode ser explicado pelo grande valor que os tecidos alcançavam no período. Grande parte dos tecidos era importada de países como a França, Inglaterra, Itália, Holanda e Oriente de onde se trazia a seda, o madraço e algodão. Assim, os tecidos alcançavam um alto preço que fazia com que as roupas se tornassem um bem extremamente caro no período, sendo legadas nos testamentos junto a outros bens. O inventário da parda forra Quitéria Joaquina Pereira de Andrade⁶ trouxe listado as seguintes peças de vestuário:

Item uma saia de chita; item uma dita saia de droguete; duas também saias de seda branca; item três lenços bordados de pescoço; três camisas finas de babado; um macaquinho de riscado; item um macaquinho de [ilegível] branco; item um vestido inteiro de riscado encarnado; item uma capa de baeta bordada; item um timão de baeta cor-de-rosa abandado de tafetá amarelo; um par de sapatos com fita sem fivela; uma cinta de algodão; uma cinta de linhagem.

O exemplo acima demonstra que esta mulher se vestia com tecidos variados desde os mais caros como a seda e o tafetá, até os tecidos mais “rústicos” como a baeta, a linhagem e o algodão. O preço dos tecidos podia variar, alcançando o côvado (66 cm) de azul fino ferrete a exorbitante quantia de 4\$000 (quatro mil réis). O veludo, por sua vez, custava o côvado 1\$800 (mil e oitocentos réis) e, mesmo os tecidos mais baratos, como a baeta, tinham seu côvado avaliado em \$420 (quatrocentos e vinte réis) podendo ser avaliada em 1\$550 (mil quinhentos e cinquenta réis) quando baetilha e, quando se tratasse de baetão escarlata. Comparando estes preços a outros bens listados nos inventários e testamentos, constata-se que eles custavam mais que alguns móveis, como consta de um espreguiceiro coberto de couro cru, com pés torneados, cabeceira de madeira branca lisa, avaliado em 2\$400 (dois mil e quatrocentos réis). Pelo preço de um côvado de veludo foi avaliada uma mesa pequena com sua gaveta, fechadura sem chave, de madeira branca, com três palmos e meio de comprido e dois e meio de largo, no valor de 1\$200 (mil e duzentos réis). O alto valor alcançado pelos tecidos, talvez explique o baixo investimento feito pelas mulheres de Vila Rica, que, segundo dados de Magalhães,⁷ era em torno de 10,36%, muito abaixo para o percentual encontrado para regiões como Pernambuco (28%), Rio de Janeiro (46%), São Paulo (39%).

⁶ Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência. Códice 127; Auto 1585; 1º Ofício. Inventário, 1798.

⁷ Magalhães, Beatriz Ricardina. A demanda do trivial: vestuário, alimentação e habitação. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n. 65, p. 117, jul. 1987.



Balangandã usado para adornar e proteger dos maus agouros escrava ou crioula forra que, segundo tradição oral, teria morado nas imediações de Vila Rica.
Coleção particular

As roupas usadas pelas mulheres alforriadas

No inventário de Florência do Bom Sucesso Gião,⁸ constam as seguintes peças de vestuário:

Item um guarda pó de gorgorão de seda; item um guarda pó de seda de ramos vermelhos, brancos e verdes em campo azul; item uma saia de droguete preto; item um manto de seda de lustro; item um espartilho de seda cor de lama com seus ramos e forro de pelica da mesma cor e holandá; item um capote cor de flor de pessegueiro com sua palitina de veludo; item uma casaca de pano azul fino ferrete forrada com tafetá amarelo e as costas de holandá; item uma capona de baeta preta; item uma saia de baeta preta; item um timão de baeta anil cor de prata; item um par de chinelos de veludo preto.

O guarda-roupa desta forra possuía tipos variados de tecidos com cores variadas como: branco, vermelho, amarelo, ramos vermelhos, brancos e verdes em campo azul, cor de lama, cor de flor de pessegueiro e cor de prata. Em geral, as roupas arroladas nos inventários *post mortem* possuem grande quantidade de cores e estampas, destacando-se em maior número o vermelho, a cor principal dos africanos, nas suas duas denominações: carmesim e encarnado. Em seguida, vem o preto, cor-de-rosa e azul. Entretanto, outras cores são referidas, como: *cor-de-rosa estrelado*, *cor honesta*, *cor de algodão*, *alvadia*, *cor de rato*, *cor de ouro*, *cor de pedra cor de canela*, *cor de vinagre*, *cor de pérola*, *cor de cana nova*, atestando a variedade cromática das roupas usadas pelas mulheres alforriadas de Vila Rica. Além das cores e estampas, os bordados, babados e crivos também enfeitavam o vestuário dessas mulheres. Desta forma, uma infinidade de novas cores e estampas seduziu a mulher negra e permitiu à mulher africana usar tecidos nobres como as sedas, veludos, tafetás, usados em suas terras por reis e por nobres.

Analisando, ainda, o inventário de Florência, observa-se que ela possuía roupas variadas como: guarda-pós, saias, manto, capote, casaca, capona, timão, espartilho e um par de chinelos de veludo. A presença do espartilho atesta a influência do vestuário europeu, descrito no século

⁸ Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência. Códice 57; Auto 686; 1º Ofício. Inventário, 1765.

XVIII, segundo Köler,⁹ como a moda dos vestidos, espartilhos e das anquinhas. Em que medida o traje europeu influenciou as mulheres forras, crioulas e africanas desejosas de ascender socialmente? Pois, o vestuário era, na América Portuguesa, um importante demarcador social, como salienta Lara:¹⁰ “num mundo em que a maior parte das pessoas era analfabeta, ver era experiência das mais importantes”. Portanto são inquestionáveis a importância e a força das alegorias, pois a imagem tem o trunfo de se comunicar rapidamente. Desta forma, as mulheres de Vila Rica se esmeravam no vestir e, particularmente para as mulheres negras que buscavam ascender socialmente, o luxo deveria ser antes de tudo exteriorizado para se demarcar um lugar social, restrito às mulheres brancas da América Portuguesa.

Apesar da forra Florência ter sofrido a influência européia no seu modo de vestir, a presença do espartilho atesta isto, em geral as mulheres alforriadas de Vila Rica se vestiam de saia e blusa, as duas peças mais abundantes nos inventários *post mortem*. Seu uso foi hábito generalizado entre as libertas e observado por viajantes no século XIX: “andam com uma saia de algodão e um grande xale do mesmo tecido que lhes cai dos ombros, do pescoço até a barriga da perna em curioso drapejamento e, de certo modo, recorda o traje das matronas da Roma Antiga”.¹¹ A camisa era usada desde o século XV e se constituía em peça básica do vestuário feminino. Em geral, era feita de “tecido fino”, enfeitada de rendas, crivos e bordados assim como as saias. O inventário da cabra forra Felizarda Maria da Assunção¹² possuía quinze saias arroladas entre os seus bens:

Item uma saia de cetim cor-de-rosa com suas costas verdes, avaliadas em 7\$200; uma dita saia de cetim branco já usada avaliada em 6\$000; uma dita saia de chamalote celeste usada avaliada em 4\$500; uma dita saia de chita abrilhantada barrada de cetim cor-de-rosa avaliada em 4\$800; uma dita saia de ganga abandada de cetim carmesim em bom uso avaliada em 4\$800; uma dita saia de ganga já usada avaliada em \$900; uma dita saia de chita com flores de arcos avaliada em 2\$000; uma dita saia de chita com listas encarnadas e roxas em bom uso avaliadas em 3\$600; uma dita saia de chita com pontos encarnados de labirinto (?) já usada avaliada em 2\$500. Uma dita saia de chita branca já usada avaliada em \$900; item uma dita sai de chita com pomos de pintas com seu uso avaliada em 2\$500; item uma dita

⁹ Köler, Carl. *História do vestuário*. São Paulo: Martins Fontes, 1993, p. 416-446.

¹⁰ Lara, Sílvia Hunold, op. cit., p. 177-179.

¹¹ Apud: Leite, Ilka Boaventura. *Antropologia da viagem: escravos e libertos em Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996, p. 176.

¹² Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência. Códice 16; Auto 162; 2º Ofício. Inventário, 1796.

sai de chita fina já usada vista e avaliada pelos ditos avaliadores em 2\$400; item uma dita saia de riscado arroxeadado em bom uso avaliada em 2\$400; item uma saia de linho com seu babado de bretanha ainda em bom uso avaliada em 1\$500; item uma dita saia de algodão branco fino com seus babados de renda avaliada em 2\$400 (...)

Isso mostra que a variedade de modelos e cores atesta o gosto da mulher alforriada pelas saias. Por outro lado, é mínima a presença de vestidos, o que pode ser explicado, dentre outros, pelo alto preço dos tecidos, como observado através do inventário de Cipriana Maria Monteiro,¹³ cujo vestido feito de seda escarlate foi avaliado em 8\$000 réis, o que provavelmente fazia da saia e blusa uma opção mais barata para a grande maioria das mulheres sem, entretanto, deixar de exercer sua função de demarcador social. Mas, principalmente, havia uma proibição do uso de vestidos pelas mulheres negras, como observado em Alcântara Machado.¹⁴ Para impedir escândalo tamanho, a ordem régia, de 20 de fevereiro de 1696, proíbe que as escravas “de todo esse Estado do Brasil, em nenhuma das Capitânicas dele, possam usar de vestido algum de seda, nem se sirvam de cambraias ou de holandas, com rendas ou sem elas, para nenhum uso, nem também de guarnições de ouro prata nos vestidos”.

Do total de testamentos e inventários *post mortem* (104), analisados para Vila Rica, aparecem 120 saias, 64 camisas e outras peças não tão abundantes como é o caso das capas, que aparecem denominadas segundo seu tamanho: *caponas, capa curta, capote, num total de 19; Também há registro de uma casaca e uma casaquinha; 25 macaquinhos, um guarda-pó, 13 coletes (sendo um de barbatana); um roupão, dez timões, nove cintas, duas meias, vários lenços num total de 34, um calção, cinco peças denominadas de “roupinhas”, um cinteiro, um espartilho e uma coifa*. Apenas quatro vestidos foram listados. Aparecem ainda 23 panos e as roupas de cama. A quase ausência de vestidos pode, portanto, indicar que a proibição do seu uso, por parte das mulheres negras, pode ter perdurado até o século XVIII. Entretanto, o alto custo também contribuiu para a coibição do seu uso.

Se, por um lado, a ausência de espartilhos pode indicar a pouca influência que a moda européia exerceu na mulher alforriada, por outro, a presença de panos pode indicar um hábito próprio das mulheres africanas: o de se enrolar com tecidos e, também, o uso de turbantes. O inventário da preta forra Sebastiana Gonçalves Ramos, mulher vinda da Costa da Mina, trouxe arrolados: “um pano verde fino ‘de cobrir’ de dois côvados; um pano de lemiste preto ‘de cobrir’ de dois côvados; um pano roxo fino em bom uso que tem dois côvados”.

¹³ Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência. Códice 29; Auto 321; 1º Ofício. Inventário, 1788.

¹⁴ Machado, Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980, v. 8, p. 94.

Além dos panos e lenços, podia-se cobrir a cabeça com os variados chapéus que aparecem em número reduzido: são dez chapéus de feitio variado, desde o “chapéu grosso, até os chapéus mais finos com enfeites de plumas e “galão de garça”, como se depreende dos exemplos: “Item um chapéu fino usado com seu trancelim e bambolins de retrós preto com seu fio de ouro, visto e avaliado em 1\$500 réis; Item outro chapéu fino de marca grande (?) com suas plumas pretas, tudo muito usado”. Item outro chapéu fino com galão de garça e plumas encarnadas”.

Cobrir a cabeça é um ato carregado de significações, que segundo Rafael Bluteau¹⁵ significava, entre os romanos, a liberdade: “E assim que libertavam os escravos lhes davam chapéu (...)” Portanto, o uso de lenços, chapéus e véus foi comum à mulher na América Portuguesa, principalmente a mulher alforriada, que trazia consigo o hábito do uso de turbantes.

Uma roupa para cada função: os vários tipos de vestuário

A roupa desempenha funções sociais bem definidas dentro do sistema do Antigo Regime, tanto em Portugal, quanto na América Portuguesa, constituindo-se num demarcador social importante. Seu uso esteve relacionado a determinadas funções dentro da sociedade, existindo roupas diferentes para ocasiões diferentes, havendo uma relação implícita entre “trajo, ato social e função desempenhada”.¹⁶ Dessa maneira, Alcântara Machado, descrevendo a vestimenta da mulher paulista, cita que as mulheres ricas tinham “vestidos de igreja”, um traje que consistia: “numa saia de roda exuberante franzida na cintura, a *vasquinha*, um corpinho ajustado ao busto, por cima deste o gibão ou jubão e, sobre ele, o saio, casação com abertura ao nível dos cotovelos, dando passagem aos braços”. Completava o traje um manto a cobrir tudo. As mais ricas usavam tecidos caros, como tafetá ou cetim, às vezes seda.¹⁷

¹⁵ Bluteau, Rafael. *Vocabulário Português e latino (...)* Lisboa. Coimbra: Colégio da Companhia de Jesus, 1718, p. 274-275.

¹⁶ Silva, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978, p. 24.

¹⁷ No século XVIII, a *vasquinha* passa a se chamar *anágua*, *roupetilha* ao gibão e *roupão* ao saio, segundo informações de Machado. Cf: Machado, Alcântara de. *Vida e morte do bandeirante*. São Paulo: Martins Fontes, 1972, p. 81.

Bluteau define moda como “o uso corrente, e adotado, de vestir, trajar em certas maneiras, gostos, estudos, exercícios”.¹⁸ O trajar, dessa forma, estava ligado às várias funções que o indivíduo desempenhava na sociedade, e à sua posição dentro de um grupo, pois a sociedade é um espaço de representações em que o vestuário atua como poderoso demarcador, tornando necessária uma adequação do traje para que essa representação faça sentido. Em caso de morte, as convenções exigiam um vestuário que atendesse às formalidades do luto, da mesma forma que seria inadequado a uma mulher viúva guardar o luto sem a cor preta. Por sua vez, a roupa de festa exigia trajes que se opunham por sua beleza e qualidade à roupa de “dentro de casa”, mais leves e simples: as roupas caseiras, notaram os viajantes que tiveram acesso ao interior da casa brasileira, foram consideradas “pouco decorosas, folgadas e diáfanas demais, não raro rasgadas e sujas”, “não usam meias e raramente chinelos ou tamancos de madeira”.¹⁹ Assim, as roupas usadas pelas mulheres no interior de suas casas não eram as roupas envergadas socialmente, pois, nas raras ocasiões em que as mulheres saíam de suas casas, iam vestidas com suas melhores roupas e ataviadas com suas melhores jóias, prática que se estendia, algumas vezes, às suas escravas, as quais também traziam vestidas com luxo. As mulheres “fidalgas” saíam principalmente para irem à igreja e era aí que podiam exercer sua atividade social.

Roupas fúnebres: o uso da mortalha

Era através das disposições testamentárias que se tomava conhecimento dos últimos desejos do morto e eram organizados os funerais: a irmandade que acompanharia o cortejo, o número de missas, o tipo de missa (se cantada ou não), o local de sepultamento, as esmolos distribuídas e, claro, a mortalha.

Mas, havia os testadores que relegavam a seus testamenteiros todas as providências, ou, ainda, aqueles que se contentavam em nada pedir, por escassez de recursos, uma vez que as despesas

¹⁸ Bluteau, Rafael, op. cit., 1718.

¹⁹ Quintaneiro, Tânia. *Retratos de mulher: o cotidiano feminino no Brasil sob o olhar de viajantes do século XIX*. Rio de Janeiro: Vozes, 1995, p. 180.

com os funerais eram grandes, como demonstra o funeral da preta forra Tereza Barbosa Araújo,²⁰ cuja despesa foi de vinte e sete oitavas e meia e sete vinténs, dos quais: “doze oitavas e meia foram pagas em missas; seis oitavas e três quartos, em cera; três oitavas e quarto e sete vinténs de ouro, pelo hábito de S. Francisco; três oitavas pela música; duas oitavas à fábrica da cruz e sacristão”, esmerando-se em suas disposições, não deixando, nem mesmo, faltar acompanhamento musical.

Através dessas determinações, afirmava-se, também na hora da morte, o lugar ocupado na sociedade. Muitas vezes, os cortejos fúnebres tornavam-se grandes espetáculos dos quais participavam, não raramente, grande multidão de “figurantes”, pobres chamados para acompanhar o esquife em troca de esmolas. Em relação aos funerais dos negros, escreve Reis: “é possível que uma dualidade entre o público (ritual católico) e o privado (ritual africano) tenha caracterizado os funerais negros”.²¹ Assim, uma primeira diferença é constatada em relação ao uso da mortalha. Última roupa usada pelo morto, sua escolha era determinada em testamento, como fez Tereza. Uma das suas funções era a de proteção ao morto na passagem para o além. Reis encontrou para Salvador uma grande quantidade de mortalhas: 34 tipos diferentes de vestuário, sendo que a mortalha mais comum era a branca, 66,3% dos escravos vestiram a mortalha branca, enquanto para os libertos a porcentagem foi de 76,4%.²² Oliveira também encontrou a prevalência de mortalhas brancas e franciscanas solicitadas pelos libertos baianos em testamento: “53 testadoras escolheram o hábito de São Francisco, enquanto 20 escolheram a mortalha branca”. A preferência da mortalha branca é explicada pela autora, ou pela ausência de recursos para aquisição de outra mortalha, ou pela simbologia da cor branca, “a cor funerária do candomblé”.²³ Em Vila Rica, não foi diferente. A escolha da mortalha deu-se da seguinte maneira: em primeiro lugar, a mortalha franciscana, somando 17 mortalhas; em segundo, as mortalhas e lençóis de pano de linho, 13; em terceiro lugar, o hábito de nossa Senhora do Monte do Carmo, 09; seguiram-se dois hábitos de Nossa Senhora das Mercês, dois de Nossa Senhora da Conceição, três testadoras que não declararam qual o hábito preferido, e três deixaram à eleição do testamentário a escolha da mortalha, constatando-se entre as forras de Vila Rica a preferência pela mortalha franciscana,

²⁰ Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência. Códice 97; Auto 1259; 2º Ofício. Contas de Testamento, 1784.

²¹ Reis, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 13-160.

²² Reis, João José, op. cit. p. 125-126.

²³ Cf. Oliveira, Maria Inês Cortes. *O liberto: o seu mundo e os outros: Salvador 1790-1890*. São Paulo: Corrupio, 1988, p. 96.

²⁴ Reis, João José, op. cit., p. 117.

Nota da despesa do funeral
 a se fez a...
 de...
 de Abril de 1783

P qua...
 P duas octavas de...
 P duas octavas de...
 P duas octavas de...
 P duas octavas de...
 P duas octavas de...
 P duas octavas de...
 P duas octavas de...
 P duas octavas de...
 P duas octavas de...
 P duas octavas de...
 P duas octavas de...
 P duas octavas de...
 P duas octavas de...
 P duas octavas de...
 P duas octavas de...

476
 2
 2
 2
 1
 1
 63/4
 3 1/2
 5
 2

27 1/2

Monseñor...
 cate...
 con...
 nella...
 comb...
 conten...
 nos...
 ex...
 m...

Conta da despesa do funeral que se fez a falecida ...
 Acervo do Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência
 [Cód. 97, Auto 1259, 2º Ofício]

pois São Francisco,²⁴ na escatologia cristã, fazia constantes visitas ao purgatório, de onde retirava as almas, o que pode explicar a preferência de seu uso pelos cristãos. Os livros de irmandades registram a importância da mortalha e o procedimento no caso de morte de falecimento de algum irmão: “(...) dará logo parte à meza, para que esta lhe acuda, com a providência possível, segundo a necessidade do enfermo, e, se este falecer, e não tiver mortalha, nem cera, a irmandade lhe dará, e juntamente sepultura (...)”.²⁵

Além das mortalhas, o morto podia ser enterrado com seus melhores trajes e, às vezes, com suas jóias verdadeiras ou de “pechisbeque”. Também para eles havia uma etiqueta a seguir, como notou Ewbank:²⁶ “(...) As mulheres casadas com vestido preto, véu preto, braços cruzados e as mãos descansando no cotovelo oposto; as solteiras, vestidas de branco, véus e grinalda de flores brancas, as mãos fechadas como em adoração, com folhas de palmas entre elas (...)”. Às crianças, eram reservadas as roupas de santos, freiras e anjos: “quando se veste de São João o cadáver de um menino, coloca-se uma pena em uma das mãos e um livro na outra” (...). E aos que desempenhavam qualquer autoridade, eram reservados os trajes oficiais. Os padres com suas vestes, os soldados com seus uniformes, os membros de irmandades com suas alvas, as irmãs das sociedades religiosas com a indumentária.

Enquanto os mortos iam, para o além com roupas adequadas, os vivos tinham que providenciar as roupas para guardar o luto. Para essas roupas, as lojas guardavam uma grande quantidade de tecidos próprios, designados genericamente de “fumos para lutos e mais gêneros”, para vestir os parentes do morto. O mesmo Ewbank descreveu os rituais fúnebres praticados no Rio de Janeiro, e, segundo este viajante, logo que morria uma pessoa, pendurava-se, na porta da rua, uma cortina de pano preto e dourado; para os solteiros, as cores eram lilás e preto e, para as crianças, o azul e dourado. Se o morto fosse pai, mãe, marido, esposa, filho ou filha, fechava-se a casa por sete dias e vestia-se o luto por doze meses. Em se tratando de primos em primeiro grau, tios e tias, o luto era por dois meses e, no caso de primos em segundo grau, um mês; outros parentes, cinco a oito dias. A viúva devia manter o luto até que viesse a se casar novamente. Os costumes exigiam que, quando o cadáver de um esposo fosse amortalhado, sua companheira comparecesse

²⁴ Compromisso da irmandade de N. S. do Rosário dos Pretos, denominada do Alto da Cruz, da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias de Vila Rica de Ouro Preto. 1733. *Apud* Aguiar, Marcos Magalhães. *Vila Rica dos confrades: a sociabilidade confrarial entre os negros e mulatos no século XVIII*. 1993. p. 235. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. (Grifo meu.)

²⁶ Ewbank, Thomas, 1792-1870. *A vida no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976, p. 58-59.

aos amigos que a vinham consolar com vestido de cauda e touca de lã preta, véus de crepe, um leque em uma das mãos e um lenço na outra. Para as pessoas do círculo de amizade, revela esse autor, as visitas de condolência deviam ser realizadas com roupas de luto em sinal de respeito. Assim, a praxe exigia para a hora da morte roupas adequadas, que definiam, para mortos e vivos, o lugar que ocupavam na sociedade. Quanto mais rigorosos no cumprimento das etiquetas, mais abastados mostravam-se, bem como, melhor posicionados socialmente. Os ritos funerários tornavam-se, assim, espetáculos em que a pompa barroca era mostrada em toda a sua plenitude.

Roupas de festa: roupas de domingo

A festa é um fenômeno próprio da humanidade, marcada pela referência ao tempo, possuindo os seguintes aspectos: econômico, político e religioso.²⁷ Ela é a forma que o homem estabeleceu para exercer a ruptura no tempo, rompendo com a monotonia dos dias dedicados à obtenção da subsistência. Dessa forma, a festa é o momento de inversão, descontração e de alegria, quando as pessoas esquecem, por um curto período de tempo, as convenções sociais. A festa também pertence à religião: “é um elemento constitutivo de todas as religiões. É uma oportunidade para reanimar-se de novas forças, pois dá novo significado ao tempo. É pulsão e regeneração para a experiência religiosa”,²⁸ proporcionando momentos de unanimidade e comunhão com o divino sob a forma de cerimônias religiosas.

A sociedade estabeleceu, para o homem, regras de comportamento que evoluíram à medida que se definiu o conceito de “civilidade”, e as regras sociais tornaram-se mais complexas. As regras de bom comportamento incluíam, dentre outros aspectos, o uso do vestuário. Assim, o título 34 das *Ordenações Filipinas* advertia contra a inversão dos trajes por homens e mulheres:

²⁷ Molet, Louis. O ano religioso, a festa e os ritmos do tempo. In: Porier, Jean (Org.). *História dos costumes: o tempo, o espaço e os ritmos*. Lisboa: Editorial Estampa, 1988, p. 279-289.

²⁸ Zilles, Urbano. *A significação dos símbolos cristãos*. 3. ed. Porto Alegre: Edipucrs, 1994, p. 38.

“Defendemos que nenhum homem se vista, nem ande em trajos de mulher, nem mulher trajos de homem”.²⁹ Esse tipo de inversão inaceitável no cotidiano era, no entanto, permitido nos dias de festa: A dança do “congo” aparece como parte dos festejos da Senhora da Mercês, devoção dos crioulos, constituído por um ritual de inversão, desempenhado por um homem vestido de mulher. Havia, nas festas de reizados e congados, promovidas pelas irmandades, a eleição de príncipes, princesas, reis e rainhas vestidas com trajos de características européias, como observou Koster: “usavam grandes saias e justos corpetes, com muitos enfeites e os homens seguiam os trajos de corte, primando pela suntuosidade e extravagância em determinados casos”.³⁰ Neste caso, há uma adequação do traje europeu, colorindo-os com os tons mais vivos e adequados ao gosto africano.

Mesmo para aqueles que não ocupavam funções tão importantes quanto pertencer ao séquito real, a festa era importante canal de socialização e lazer que integrava os membros da Irmandade e permitia a inversão, ainda que por um curto período de tempo, do estado de penúria muitas vezes vivido pelos irmãos cotidianamente. Raul Lody descreve o traje de beca, usado pelas negras baianas nas festas religiosas, como a procissão de *Corpus Christi*, que consistia em:

Uma saia de tecido preto plissado, geralmente seda ou cetim, chegando à altura dos tornozelos, barrada internamente com tecido do mesmo material nas cores vinho, vermelho ou roxo; poucas anáguas, um pano da costa de veludo ou astracã, também preto forrado de cetim ou seda vermelha, vinho ou roxa, portado à maneira convencional, lembrando o xale da mulher portuguesa; camisa de crioula, branca de gola alta, mangas fofas e curtas, algumas com abotoamento em ouro; turbantes da mesma cor, alguns de bico em renda ou em bordado *richilieu* lençinhos engomados na cintura e chinelas de marroquim com dourado sobre branco, tendo algumas a ponta virada à mourisca (...)³¹

Desse modo, reservavam-se para os momentos solenes de festa as melhores roupas e jóias. Era o momento de exibir-se, mostrar as jóias, os passamanes, crivos, rendas, espiguilhas, entremeios, babados e fitas, feitos especialmente para enfeitar, como se depreende dos inúmeros “acessórios” arrolados nos inventários. Em relação à variação da moda escreveu Bluteau: “parece

²⁹ Ordenações Filipinas. Título XXXIV, livros IV e V. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 3 v.

³⁰ Scarano, Julita. Roupas de escravos e de forros. *Revista Resgate*, n. 4, p. 51-61, 1992, p. 60.

³¹ Lody, Raul. *Jóias de axé: fios de contas e outros adornos de corpo: a joalheria afro-brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p. 49.

racional a contribuição dessa uniformidade no vestir, porque os vestidos se fizeram para vestir o corpo e como todos os corpos humanos, em todo o tempo, sempre são na figura os mesmos, é muito para estranhar a prodigiosa mudança de vestidura, que umas às outras continuamente se seguem (...). Esta perpétua variedade de ornato não deixa de ter pernicioso consequência; os que não seguem parecem ridículos; os que com ela se conformam desperdiçam patrimônio (...).³² Transparece nessa opinião a idéia de que os trajes deviam servir apenas para proteção do corpo, sendo as variações da moda perniciosas pelo gasto que representavam. Entretanto, para a mulher da América Portuguesa, negra ou branca, o uso dos tecidos finos, os botões e franjinhas de ouro, os crivos e as rendas foram exibidos e serviram para comunicar seus gostos estéticos e, acima de tudo, para distinguir socialmente suas usuárias.

Conclusão

O uso do traje na América portuguesa teve múltiplas funções: além de proteger os corpos, comunicar os gostos estéticos, serviu como importante demarcador social, o que foi possibilitado pelo tipo do tecido, como o veludo e a seda e, principalmente, pelos altos preços alcançados por estes. Além disso, os acessórios como os sapatos, chapéus, as franjinhas de ouro e as espiguilhas, dentre outros, contribuía para diferenciar o vestuário e dar às suas usuárias um lugar de destaque no teatro das aparências. Desta forma, a roupa adquiriu funções diversas, havendo para cada ocasião uma roupa adequada: as roupas de “sair” contrastavam com as roupas “de ficar em casa”, muitas vezes vistas com espanto pelos viajantes europeus, diante do desleixo da mulher no interior de suas residências.

As mulheres alforriadas, de Vila Rica, também se distinguiram pelo uso de “tecidos nobres” que compunham seus vestuários, formados basicamente de saias e blusas, apesar dos bandos que

| ³² Bluteau, Rafael, op. cit.

proibiam à mulher negra o uso de tecidos como a seda. Desta forma, essas mulheres burlaram as regras vigentes e buscaram se inserir na sociedade de Vila Rica, usando o que lhes era proibido. Seus vestuários demonstravam sua cultura de origem, como se observa pela predominância do vermelho, a cor por excelência para os africanos. Além disso, o vestuário, devido ao seu alto valor, constituiu-se em importante herança legada por essas mulheres às filhas e comadres, que recebiam suas melhores roupas em agradecimento aos socorros prestados durante uma doença ou um revés qualquer.

Desta forma, o vestuário foi usado para ostentar e demarcar socialmente o lugar de suas usuárias, mas foi, por outro lado, um bem importante legado em testamento, devido ao seu alto valor alcançado na sociedade mineira de Vila Rica.

**Escravos do Reino: alforria e afinidade
cultural em Mariana: 1718-1719**

Renato Pinto Venâncio

Um aspecto pouco conhecido sobre a escravidão diz respeito aos *escravos portugueses* — denominados “cativos do reino” — enviados para o Novo Mundo. Conforme é sabido, embora não tenha existido um “sistema escravista” em Portugal (pois a estrutura socioeconômica metropolitana era baseada no trabalho livre), a escravidão aí existiu até fins do século XVIII.

Em certo sentido, o escravo europeu pode ser definido como um *bem* restrito a poucos. Seu preço era elevado, correspondendo, em Portugal e Espanha dos séculos XVI e XVII, ao equivalente a um ano de salário de um trabalhador qualificado. Comprá-los, portanto, não seria um gesto acessível à maioria da população, composta de camponeses que viviam com base no trabalho familiar. O mesmo, porém, certamente não ocorria entre os nobres, para os quais a aquisição de um cativo não abalaria as finanças domésticas. Por isso mesmo, até bem pouco tempo, acreditou-se que, na Europa, somente os aristocratas poderiam adquirir cativos serviçais. Imaginava-se que o escravo seria uma espécie de símbolo de distinção social.

Ora, recentemente, levantamentos quantitativos relativizaram essa suposição. Na pesquisa, em fontes inquisitoriais, desenvolvida por Fournie-Martinez,¹ foram identificados 677 senhores

¹ Fournie-Martinez, Christine. *Contribution à l'étude de l'esclavage en Espagne au siècle d'or: les esclaves devant l'Inquisition*. 1988. p. 34. Tese (Doutorado) - Ecole Nationale des Chartes, Paris.

espanhóis dos séculos XVI e XVII; desse total, 217 (32,0%) eram nobres e 69 (10,1%) eclesiásticos. Os dados da referida pesquisa também mostraram que apenas 5,6% dos senhores eram camponeses, o que indica estarem os cativos espanhóis praticamente fora dos trabalhos agrícolas.

A que setor, então, estava vinculada a maioria dos senhores de escravos? Ora, pelo menos no reino em questão, eles foram identificados nas camadas intermediárias da sociedade, que poderíamos definir como aquelas vinculadas ao artesanato urbano. Estudos pontuais realizados por Jorge Fonseca² e Alessandro Stella³ apontaram a existência de um quadro semelhante a esse em Portugal. Na cidade portuguesa de Évora, por exemplo, o levantamento de quase mil senhores, da segunda metade do século XVI, revelou que 52,3% deles não eram nobres nem eclesiásticos. Em Córdoba da mesma época, eram os artesãos os proprietários de metade da escravaria local, enquanto os aristocratas dominavam apenas um terço dela.

Certamente, tais dados devem ser interpretados com prudência, pois não indicam a ocupação dos cativos, mas sim o *status* social dos respectivos proprietários. No entanto, é difícil imaginar que houvesse mais alfaiates e sapateiros que condes e marqueses que se dessem ao luxo de comprar serviçais negros. Em vez disso, é mais interessante supor, como fizeram os historiadores anteriormente citados, que os cativos de senhores artesãos os auxiliassem nas tarefas de confecção dos produtos que saíam de suas oficinas.

Situação semelhante deveria ocorrer entre os escravos pertencentes aos proprietários ligados aos setores de abastecimento, ou então, entre aqueles que proporcionavam *rendas* a seus senhores. Os primeiros trabalhavam junto a açougueiros, boticários, confeitores, livreiros e donos de vendas em geral, tal qual revela a documentação de Évora renascentista. O segundo grupo era constituído por *negros de aluguel*, como era o caso dos que trabalhavam no embarque e desembarque de mercadorias, ou eram pedreiros, caiadores e, até mesmo, “intérpretes”, levados nos navios destinados à África.

Havia ainda os escravos que viviam *de ganho*. Esses dispunham de autonomia para circular pela cidade, entregando, semanalmente ou mensalmente, uma quantia pré-fixada aos senhores. Em Lisboa do século XV, eles eram numerosos. José Ramos Tinhorão⁴ identificou vários, como vendedores de peixe, carvão e água. Eram cativos que viviam em um estado de semi-liberdade, o

² Fonseca, Jorge. *Os escravos em Évora no século XVI*. Évora: Câmara Municipal de Évora, 1997, p. 55.

³ Stella, Alessandro. L' esclavage en Andalousie à L' Époque Moderne. *Annales E.S.C.*, n. 1, p. 35-64, 1992.

⁴ Tinhorão, José Ramos. *Os negros em Portugal: uma presença silenciosa*. Lisboa: Caminho, 1997, p. 120.

que talvez explique a existência de alguns em atividades que propiciavam condições favoráveis à fuga, como era o caso dos cativos pescadores do litoral espanhol e português.

Bem mais discreta era a posição dos escravos agrícolas. Aparentemente, apenas nas regiões portuguesas do Algarve e do Alentejo eles desempenharam um papel relevante nos cuidados e colheita dos olivais, sendo, na última região, percentualmente mais numerosos que os existentes no meio urbano.

Nas várias localidades anteriormente mencionadas, havia predomínio de mulheres escravas. Isso também sugere pistas. É bem possível que o trabalho doméstico, mesmo entre os grupos que não eram nobres ou eclesásticos, tivesse certa relevância. Isso ocorria principalmente entre os mercadores vinculados ao mundo colonial. Um estudo, realizado nos arquivos paroquiais de Nantes, dimensiona a importância desse segmento na cidade que foi, no século XVIII, o principal porto escravista da França. Em relação aos anos compreendidos entre 1698 e 1702, Pétré-Grenouilleau mostrou que 7,0% dos noivos nanteses haviam nascido em Guadalupe, Martinica e São Domingos, principais colônias francesas do Novo Mundo;⁵ décadas mais tarde, no período que vai de 1783 a 1787, o referido percentual aumentou para 21,8%. A maior parte desse segmento era formada por comerciantes que, por vezes, traziam consigo alguns cativos para a França.

Outro grupo que desempenhou um papel importante na propagação da escravidão doméstica, no mundo europeu, era aquele formado por representantes comerciais. Na cidade holandesa de Antuérpia do século XVI — informa Eddy Stols⁶ —, os portugueses que trabalhavam na “feitoria” local, encarregada de distribuir açúcar e especiarias coloniais pelos reinos do norte, levavam consigo seus cativos serviçais, alguns deles aí registrados por Dürer, Rubens e Van Dyck, grandes pintores da época. Os diplomatas também adquiriam escravos com frequência, como no caso de Jean Nicot, embaixador francês em Portugal, que, em meados do século XVI, enviou, para sua terra natal, africanos de Cabo Verde.

Nesses casos, os cativos eram destinados ao serviço doméstico, mas nem por isso devem ser necessariamente definidos como improdutivos. Conforme sublinhou Alessandro Stella, nas sociedades pré-industriais, a noção de escravidão “não-econômica” é questionável. Nos grandes domínios senhoriais, vários objetos do dia-a-dia, como sapatos e roupas, eram confeccionados

⁵ Pétré-Grenouilleau, Oliver. *L'argent de la traite: milieu négrier, capitalisme et développement: um modèle*. Paris: Aubier, 1996, p. 123.

⁶ Stols, Eddy. Convivências e conviências luso-flamengas na rota do açúcar brasileiro. *Ler História*, n. 32, p. 119-147, 1997.

por serviçais, que contribuía assim para a reprodução do sistema econômico local. Além disso, importa reafirmar que o trabalho doméstico era uma entre várias ocupações dos cativos. As pesquisas que estão em curso, a cada dia, os identificam em novas atividades e hoje se acredita que uma história das touradas espanholas ou do boxe inglês seria incompleta se não se investigasse a importância aí desempenhada pelos escravos africanos.

Porém, desde a década de 1530, o tráfico africano tende progressivamente a ser desviado para o Novo Mundo. Os ritmos e a intensidade desse processo são há muito conhecidos, como é possível constatar através do clássico estudo de Philip D. Curtin. Com base em criteriosas investigações quantitativas, Curtin identificou, para o período compreendido entre 1451 e 1870, o montante de 9.566.000 africanos sendo escravizados e vendidos para fora de seu continente de origem.⁷ Segundo esse mesmo autor, no referido período, cerca de 50 mil cativos africanos teriam sido enviados ao mundo europeu. Desse total, 48.800 chegaram entre 1451 e 1600, ao passo que somente 1.200 aí desembarcaram entre 1601 e 1700. Após essa última data, conforme reconhece Curtin, o tráfico se dirige integralmente ao Novo Mundo.⁸

Nas últimas décadas, inúmeras pesquisas confirmaram a tendência de declínio do tráfico em direção à Europa; embora as estimativas gerais tendam a ampliar o número total de cativos aí desembarcados. Ao sintetizar esse conjunto de investigações, Hugh Thomas reviu as estimativas de Curtin, ampliando para 11.328.000 o total de africanos apresados. No entanto, talvez o aspecto mais interessante dessa nova avaliação tenha sido o que diz respeito à importação efetuada pelas sociedades europeias, cuja estimativa aumentou de 50 mil para 200 mil escravos.⁹

Em um tópico, porém, os autores citados parecem concordar: ao longo do século XVIII, o tráfico de africanos para a Europa tendeu a desaparecer, sendo progressivamente extinto na segunda metade do referido século. Um complemento a esse processo de extinção da escravidão, no espaço metropolitano, foi a transferência de cativos europeus para o mundo colonial. No caso específico de Minas Gerais, esse processo pode ser percebido através de diversas séries documentais:

⁷ Curtin, Philip D. *The Atlantic Slave Trade: a census*. Londres: The University of Wisconsin Press, 1969, p. 88 e 268.

⁸ Curtin, Philip D., op. cit., p. 268.

⁹ Thomas, Hugh. *The Slave Trade, the story of the atlantic slave trade: 1440-1870*. New York: Simon & Schuster, 1997, p. 805. Cabe lembrar que, nessa última estimativa, estão incluídos Açores, Madeira e Canárias. O mesmo não ocorre na primeira estimativa. No entanto, se nela incluirmos os dados das ilhas, o número de africanos enviados à Europa, segundo Curtin, aumenta para 75 mil escravos; cifra bastante inferior à mencionada por Hugh Thomas. Ver: Curtin, Philip. op. cit. p. 88.

registros paroquiais, documentação fiscal (*imposto sobre bateia e capitação*), bem como através dos registros de alforria.

No Velho Mundo, a alforria não era desconhecida. Nas regiões que mencionamos, havia duas formas de os escravos conseguirem a liberdade. A primeira consistia no *resgate*, ou seja, na compra de cativos por parte dos indivíduos da mesma fé. O escravo comprado era posto em liberdade sob a obrigação de retornar imediatamente à sociedade de origem. Nas margens do Mediterrâneo, os reinos e cidades-estados católicos viam com bons olhos essa prática, devido ao fato de ela possibilitar uma política de “boa vizinhança”. Por meio da *Ordem da Santíssima Trindade de Redenções dos Cativos*, o resgate de cristãos escravizados pelos mouros perdurou até os fins do século XVIII.

A outra maneira legal de se conseguir a liberdade era através da alforria. Esse gesto consistia em registro feito no cartório, em documento notarial ou testamento do senhor, declarando-se que, a partir de um certo momento, o cativo seria considerado livre. Sob vários aspectos, a condição social do liberto variou regionalmente no mundo europeu. Talvez, a principal dessas variações era a que contrapunha a Península Ibérica à França, Holanda, Inglaterra e Itália. Desde a Idade Média, como revela Jacques Heers,¹⁰ nessa última região, logo após a concessão da carta de alforria, o liberto, em uma cerimônia realizada na Igreja, era apresentado publicamente ao clero, nobres e povo. Tal ato público tinha por objetivo não deixar dúvidas de sua condição de homem livre.

Em contrapartida, na Espanha e Portugal, a situação era completamente diferente. Nesses reinos, além da alforria paga ou gratuita, havia ainda aquelas que eram condicionais ou que implicavam na *coartação*. No primeiro caso, o cativo ficava liberto desde que cumprisse mais alguns anos de serviço para o dono; enquanto, no segundo, o escravo deveria pagar parte de sua liberdade, devendo, ao longo dos anos seguintes, reunir economias para conseguir saldar o restante da dívida.

Aos olhos de hoje, essas situações podem parecer estranhas. Por qual motivo, afinal, interessaria aos escravos serem — na feliz expressão de A. C. Saunders — *meio-forros*?! Ora, a semiliberdade proporcionada pela alforria condicional e coartação deve ser compreendida através dos critérios de época. Um escravo que se enquadrasse nessa situação poderia, por exemplo, tentar impedir a própria venda para outra cidade ou reino; o semiliberto também poderia reivindicar maior autonomia, sendo comum identificar esse grupo nas mencionadas atividades *de ganho*.

Como se não bastasse essa especificidade, importa lembrar ainda que, na Península Ibérica, a alforria era revogável. Os libertos portugueses e espanhóis dependiam, portanto, da boa vontade

| ¹⁰ Heers, Jacques. *Escravos e domésticos na Idade Média no Mundo Mediterrâneo*. São Paulo: Difel, 1983, p. 233.

senhorial, sendo muito comum continuarem a ser explorados pelos ex-proprietários. A situação de semiliberdade era desfavorável aos escravos, mas, por outro lado, viabilizava a concessão de um número elevado de alforrias. Enfim, era preferível ter alguma liberdade a não ter nenhuma. Ao longo dos séculos, percebeu-se que esse tipo de situação, ao mesmo tempo que agradava a muitos escravos, não contrariava os senhores. Nesse contexto, a alforria torna-se um excelente meio de manutenção da ordem social escravista.

Qual teria sido, no Novo Mundo, a importância dessas tradições na conquista de alforrias? No sentido de analisar esse impacto, demos início ao levantamento dos mais antigos *Livros de notas cartoriais* da cidade de Mariana. Na Tabela 1, apresentamos os primeiros resultados dessa pesquisa.

Tabela 1

Número de alforrias concedidas em Mariana, 1718-1719

Origem do Escravo	N. Abs.	%
Crioula	101	70,1
Africana	35	24,4
“Cativo do Reino”	4	2,8
“Gentio da Terra”	3	2,0
N. Identificada	1	0,7
Total	144	100,0

Fonte: Livros de Notas do 1º Ofício, *Arquivo da Casa Setecentista de Mariana*, códs. 07/08/09/10.

Conforme pode ser percebido, os resultados encontrados não diferem muito dos de outros estudos, como aqueles efetuados por Andréa Lisly¹¹ e Carlos Monti,¹² que têm como fonte a documentação marianense. Confirma-se, por exemplo, o predomínio, na população alforriada, de crioulos sobre africanos. A novidade da Tabela 1 diz respeito aos “cativos do reino” e aos “gentios da terra” — esses últimos, índios provenientes de São Paulo.

A distribuição numérica da alforria torna-se ainda mais interessante quando a contrastamos com as séries referentes ao perfil de origem da população cativa. Essa tarefa é possível graças às pesquisas já realizadas com base nas listagens de escravos, documentação que servia de suporte

¹¹ Gonçalves, Andréa Lisly. *As margens da liberdade: alforrias na Comarca de Ouro Preto (1808-1870)*. 2000. Tese (Doutorado) - USP, São Paulo.

¹² Monti, Carlos Guimarães. *O processo de alforria, Mariana (1750-1779)*. 2001. Dissertação (Mestrado) - USP, São Paulo.

para a cobrança de impostos. Na Tabela 2, apresentamos o resultado referente ao sistema escravista marianense, em 1718, tendo por base oito freguesias, o que, muito provavelmente, correspondia ao conjunto da área do Termo local.

Tabela 2

População escrava de Mariana - 1718

Origem do escravo	N. Abs.	%
Crioula	318	3,6
Africana	7.694	88,5
“Gentio da Terra”	187	2,1
N. Identificada	486	5,5
Total	8.685	100,0

Fonte: Luna, Francisco Vidal. Estrutura da posse de escravos em Minas Gerais (1718). In: Barreto, Antonio Emílio Muniz et al. *História econômica: ensaios*. São Paulo: IPE, 1983, p. 37.

Conforme pode ser percebido, destaca-se, ao contrapormos as tabelas 1 e 2, a elevadíssima presença de “crioulos” no universo dos alforriados (70,1%), em contraposição à fraquíssima presença deles no conjunto da população escrava (3,6%). Infelizmente, a referida pesquisa não diferencia os “cativos do reino” dos escravos de procedência não identificada. No entanto, minhas investigações indicam que, na época, os “escravos do reino” representavam, no máximo, 0,5% da escravaria local.¹³ Portanto, mesmo se consideramos todos os “não identificados” como “crioulos”, perceberíamos que a capacidade desse último grupo conseguir a alforria ainda seria sete ou oito vezes mais elevada que o percentual de sua presença na população cativa.

Tabela 3

Estimativa do número de “cativos do reino” em Mariana - 1718

Origem do escravo	N. Abs.	%
“Cativos do Reino”	44	0,5
Total	8.685	100,0

¹³ Venâncio, Renato Pinto. Cativos do Reino: a importação de escravos de Portugal para Minas Gerais colonial. In: Silva, Maria Beatriz Nizza da (Org.). *Brasil: colonização e escravidão*. Rio de Janeiro, 2000, p. 213.

O comportamento diferenciado, frente à alforria, também é percebido nos grupos minoritários. Assim, enquanto a frequência de alforrias de indígenas era semelhante ao percentual demográfico desse segmento, entre os “cativos do reino”, o índice de manumissões era cinco a seis vezes mais intenso que o percentual demográfico desse grupo.

Dessa forma, se fôssemos estabelecer uma escala de “tendência à alforria”, teríamos os “crioulos” em primeiro lugar; seguidos, respectivamente, dos “escravos do reino”, dos cativos indígenas, e, por último, dos africanos. Ora, na verdade, como podemos perceber, essa escala varia do *não-estrangeiro* ao *estrangeiro*. Os “crioulos” e os “cativos do reino” conseguiam alforria com muita frequência, certamente em decorrência do conhecimento das artimanhas do paternalismo senhorial e do domínio da língua dos respectivos proprietários. Já os indígenas e africanos eram “estrangeiros”, ambos capturados e reduzidos à escravidão, não dominavam a língua dos senhores nem as regras da escravidão na América portuguesa.

Isso, contudo, diz respeito a uma tendência geral. Cabe lembrar, por exemplo, a existência de escravos índios que haviam nascido nas residências senhoriais e também de africanos, denominados “ladinos”, que falavam a língua portuguesa. A própria documentação analisada auxilia, por outro lado, a matizar o perfil do grupo de alforria intensa, como no caso do escravo “crioulo”, *homem pardo*, originário de Angola, ou de “cativos do reino” que haviam nascido na África, sendo, em seguida, enviados a Portugal e, depois, ao Novo Mundo.

No entanto, essas exceções, necessariamente, não desautorizam nossa hipótese principal: a de que a conquista da alforria decorria da maior ou menor “afinidade cultural” entre a população escrava e a classe senhorial. A capacidade de sensibilizar o espírito cristão dos homens livres e, assim, conseguir “esmolas” é um desses casos. Eventualmente, tal capacidade ficou registrada no próprio texto das cartas de alforria. Em 1719, o Tenente Manuel da Costa Fragoço libertou uma escrava, chamada Joana da Silva:

... mulher parda, natural do Reino... filha da cidade de Lisboa... [por haver] recebido da mão da dita moça parda a quantia de trezentos e noventa oitavas de ouro, valor que lhe se [dera] de esmolos de algumas pessoas que lhe deram... para a dita liberdade... (grifo nosso).

Texto não muito diferente de outra libertação, ocorrida nesse mesmo ano, envolvendo o senhor Manoel Rodrigues Pereira e sua mulatinha, natural do *Reino da Eiropa (sic)*, que conseguira reunir *duzentas e quarenta oitavas de ouro... que houvera de esmolas dos fiéis e cristãos*.

Enfim, ter acesso à caridade ou — no caso das escravas — a intercursos sexuais com os senhores não era algo que ocorria aleatoriamente. Pertencer ao mesmo universo cultural e compartilhar tradições culturais — fossem elas religiosas ou lingüísticas — propiciavam a multiplicação de vínculos sociais que, eventualmente, desaguavam em alforrias. Aliás, é a isso que assistiremos na segunda metade do século XVIII, quando da intensa *crioulização* da população escrava de Minas Gerais.

Barroco e rococó em Minas Gerais

Augusto Silva Telles

A área do atual Estado de Minas Gerais, embora viesse sendo palmilhada por bandeirantes e entradistas, originados, na sua maioria, de São Paulo, somente começou a ser colonizada em caráter permanente ao apagar das luzes do século XVII.

Com a descoberta das jazidas de ouro, nos últimos anos de seiscentos, ocorreu uma espetacular corrida, para esta região, de indivíduos de diferentes procedências, principalmente paulistas, portugueses e baianos. Com o propósito de se dedicarem à mineração, aí se instalaram e fundaram uma sociedade que se impôs no panorama brasileiro, pelo extraordinário desenvolvimento que alcançou e pelo alto valor do acervo cultural e artístico que veio a criar.

Com o forte crescimento populacional nessas regiões do interior do continente, até então habitado apenas pelos silvícolas, foi criada, logo no início do XVIII, a Capitania das Minas Gerais. Aí foram sendo organizados arraiais à margem dos caminhos junto às áreas de mineração, onde o ouro era encontrado, inicialmente, com a construção de uma capela, junto à qual instalava-se uma venda, e ao redor, casas foram-se somando. A localização desses arraiais não decorreu assim de uma prévia determinação, mas sim da disposição das lavras, das catas de ouro e, como estas se situavam nos leitos dos rios, nos fundos dos vales ou nas encostas dos morros, esses núcleos se desenvolveram em áreas com disposição orográfica extremamente acidentada nas faldas ou nas encostas das serras. Foi dessa forma que surgiram e se organizaram as cidades, entre as quais Ouro Preto, Sabará, Paracatu, etc. As edificações das primeiras povoações desapareceram com o

tempo mas subsistem ainda remanescentes de um desses arraiais, o de Ouro Podre, nas encostas do morro da Queimada, próximo a Ouro Preto. Esse arraial foi incendiado e arrasado em 1719, por ocasião do levante contra a cobrança dos quintos para a Coroa e dele restam apenas fundações e ruínas enegrecidas de paredes de alvenaria, de pedra ou de minério de ferro — a canga. Entretanto, na sua maioria, as edificações civis e religiosas mais antigas de Minas Gerais apresentavam estruturas de madeira e paredes de pau-a-pique ou de adobe. Até igrejas de grande porte utilizaram esses sistemas construtivos. A Matriz de Sabará é um bom exemplo. Nas áreas mais afastadas e de menor desenvolvimento, tal tipo de construção permaneceu em uso até o século XIX; assim, por exemplo, aconteceu em Diamantina, Serro, Paracatu, nas edificações e capelas no vale do Piranga, entre outras.

Apesar de terem sido os paulistas participantes das bandeiras, os descobridores e primeiros desbravadores da região, pouca influência deixaram nas artes e na arquitetura das Minas Gerais, porquanto, na sua maioria, tiveram que se retirar daí após as lutas travadas no início do século XVIII, na chamada Guerra dos Emboabas. A maior parte dos que acorreram às Gerais e aí permaneceram, constituindo a população de Minas, eram nordestinos (chamados genericamente de baianos) e reinóis oriundos do Norte de Portugal. Daí a forte influência da arquitetura popular dessa região, sobretudo na casa residencial urbana. No entanto, os mestres responsáveis pelas edificações civis e religiosas mais importantes da segunda metade do século XVIII são do sul ou do centro de Portugal, como, entre outros, Francisco Xavier de Brito, Manuel Francisco Lisboa e Antônio Francisco Pombal.¹ Fato de indiscutível relevância que explica, até certo ponto, o

¹ Para mais amplo conhecimento do bandeirismo, da descoberta do ouro e da colonização de Minas Gerais: Holanda, Sérgio Buarque de (Coord.). *História Geral da Colonização Brasileira*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960, 2 v., tomo I: A época colonial; Vianna, Helo. *História do Brasil*. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 1967, 2 v.; Vasconcellos, Diogo de. *História média de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: INL, 1948; Latif, Miran de Barros. *As Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Editora A Noite, [s.d.]; Boxer, C. R. *A idade de ouro do Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1963; Matos, Raimundo José da Cunha. *Corografia histórica da Província de Minas Gerais (1837)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1979/1981, 2 v.; Franco, Afonso Arinos de Melo. *Desenvolvimento da civilização material no Brasil*. Rio de Janeiro: PHAN, 1944. Publicação do PHAN 11; e Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1971; e Salles, Fritz Teixeira de. *Vila Rica do Pilar*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1965. Para mais amplo conhecimento da formação dos povoados e vilas e das construções em Minas Gerais, ver Vasconcellos, Sylvio de. *Vila Rica – formação e desenvolvimento – residências*. Rio de Janeiro: INL, 1956; Vasconcellos, Sylvio de. *Formação urbana do Arraial de Tijuco*. *Revista do PHAN 14*, Rio de Janeiro, 1959; Santos, Paulo F. *O barroco e o jesuítico na arquitetura do Brasil*. Rio de Janeiro: Kosmos, 1951; Miranda, Selma Melo. *Arquitetura religiosa no vale do Piranga*. *Barroco 13*, Belo Horizonte, 1984/1985; e Toledo, Benedito Lima de. *Do século XVI ao início do século XIX – maneirismo, barroco Rococó*. *História Geral da Arte no Brasil*. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 1983.

caráter diferenciado da arquitetura mineira, principalmente a religiosa, com relação à da metrópole e à do resto do Brasil, foi a ausência de conventos e mosteiros de ordens religiosas na área mineira. Era expressamente proibida, por ordem régia, a subida às Gerais de clérigos regulares. Assim, a arquitetura religiosa que se fez em Minas no século XVIII, além das igrejas matrizes e da Sé de Mariana (primeira diocese do interior do Brasil), foi realizada por associações de leigos, irmandades e ordens terceiras.²

A pequena, elegante e bela Igreja de Nossa Senhora do Ó, de Sabará, é uma das mais antigas da área mineira, que conserva a sua integridade original. Talvez a única mudança que haja sofrido seja a justaposição da torre sineira, centrada à frente do alinhamento do antigo frontispício, com o chanframento dos panos que o ladeiam. Em seu interior, o retábulo do altar-mor é constituído por colunas salomônicas que formam arcos concêntricos, com elementos radiais; o arco-cruzeiro, as paredes e os tetos da capela-mor e da nave são revestidos por painéis de talha e de pinturas formando reticulados, e no arco-cruzeiro, painéis com pinturas de chinesices.³

As igrejas matrizes de Sabará e de Mariana seguem partido ultrapassado para o século XVIII, com três naves separadas por arcadas.

A igreja de Nossa Senhora da Conceição, Matriz de Sabará, tem a frontaria sóbria, com uma só concessão decorativa — o frontão de perfil ondulado, situado entre as torres sineiras, que são cobertas por telhados de quatro águas, em pavilhão. Internamente, o retábulo do altar-mor, de características seiscentistas, com colunas salomônicas formando arcos concêntricos (provavelmente para aí transladado da primitiva ermida) acha-se ladeado por nichos, apainelamentos, volutas e outros elementos que denotam já maior liberdade de composição. No entanto, têm caráter seiscentista as talhas que emolduram os painéis com pinturas e que formam retículas no revestimento das paredes e teto da capela-mor, e as que revestem o arco-cruzeiro e as paredes e arcadas das naves até a altura da cimalha real. Acima, desta, os revestimentos são mais simples, certamente por se tratar de obra do século XIX.⁴

² Bazin, Germain. *L'Architecture Religieuse Baroque au Brésil*. Paris: Librairie Plon; São Paulo: Museu de Arte de São Paulo, 1956-1958, 2 v.; Vasconcellos, 1954; Santos, 1951; e Salles, Fritz Teixeira de. *Associações religiosas no ciclo do ouro*. Belo Horizonte: UFMG, 1963.

³ Para conhecimento das talhas nas igrejas mais antigas de Minas e das pinturas de chinesices: Vasconcellos, Sylvio de. *Capela de N. S. do Ó*. Belo Horizonte: EA/UFMG, 1964; Ávila, Affonso. *Igrejas e capelas de Sabará. Barroco 8*, Belo Horizonte, 1976, Santos, 1951; Bazin, 1956/1958; e Souza, Wladimir Alves de. *Guia dos bens tombados de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1984.

⁴ Idem.

A Sé de Mariana, Igreja de Nossa Senhora da Assunção — primitivamente da Conceição —, tem características externas semelhantes às da Matriz de Sabará, mas sua fachada denota maior solidez, pois os elementos estruturais — esteios, vigas e cimalha — que certamente eram de madeira foram substituídos por elementos de cantaria. Somente as sineiras conservam a feição original e as coberturas de telhas. Quando da elevação desta igreja a catedral, teve sua capela-mor aprofundada, foi criado um cruzeiro com duas capelas laterais, e os arcos formadores destas capelas, bem como o arco-cruzeiro, foram guarnecidos de talhas mais movimentadas de um barroco exuberante. O retábulo do altar-mor ainda mantém a forma seiscentista, com arcos concêntricos envolvendo importante painel de pintura representando a Virgem da Conceição ou da Assunção. As talhas dos altares que ladeiam o arco-cruzeiro, assim como os das capelas do cruzeiro, onde já aparecem quartelões e dosséis, são obra dos meados do século XVIII. Referência especial merecem as pinturas do precioso cadeiral da capela-mor, um dos raros cadeirais de cabido que conservam a feição primitiva, com pinturas de influência oriental — chineses, como são denominadas. Foram elas elaboradas, certamente, aqui mesmo, no Brasil, por artistas ou artesãos vindos de feitorias portuguesas do oriente. A temática e a técnica próprias das pinturas orientais encontram-se em outras igrejas desse período. São exemplares notáveis as portas laterais da capela-mor da Matriz de Sabará e os painéis já citados que revestem o arco-cruzeiro da Igreja de Nossa Senhora do Ó, na mesma cidade.⁵

O plano de igreja com nave única ladeada por corredores, dominante na arquitetura religiosa brasileira do século XVIII, é encontrado também em Minas. Apresentam este plano, entre outras, as igrejas de Santo Antônio de Tiradentes; a de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias, em Ouro Preto; a de Nossa Senhora do Pilar de São João del-Rei; a de Nossa Senhora de Nazaré em Cachoeira do Campo e a de Nossa Senhora da Conceição de Catas Altas. Mas, como nessas igrejas ocorreram alguns casos de corredores muito estreitos, como na Matriz de Catas Altas, ou subdivididos em uma seqüência de compartimentos, como na Matriz de Tiradentes, perderam esses corredores a primitiva função de circulação e foram desaparecendo. Ficaram assim as torres sineiras salientes nas ilhargas das naves. É o que se verifica na maioria das igrejas mineiras, de que são exemplos as de Santa Ifigênia (que foi a primeira a adotar este partido, com início em 1733), de São Francisco de Paula e Bom Jesus de Matosinhos de Cabeças, em Ouro Preto; a do Santuário

⁵ Idem e Costa, Lygia Martins. *De museologia, arte e política de patrimônio*. Rio de Janeiro: PHAN, 2002, para o que se refere à pintura do altar-mor.

do Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas, e a de Nossa Senhora do Carmo, em Sabará. Este partido pode ter sido adotado também por ser ele dominante na arquitetura de Portugal.⁶ Com referência aos frontispícios, a princípio eram de composição rígida e de grande simplicidade, ainda dentro do padrão do maneirismo,⁷ com a porta de entrada ao centro do térreo, as janelas do coro acima e, no alto, um frontão triangular; esse conjunto é ladeado pelas torres sineiras cobertas por um telhado em pavilhão. Assim se apresentam, além das igrejas matrizes de Sabará e Mariana, as igrejas de Santa Bárbara e a de N. S. do Rosário em Santa Rita Durão, entre outras. Em seguida, passaram as igrejas a ter formas mais elaboradas, quando os frontões se ondularam e as sineiras das torres foram encimadas por arremates bulbosos, alguns em forma de capacete, como na igreja de S. Antônio em Ouro Branco. Evolução muito mais viva tiveram os interiores dessas igrejas, a partir de tratamento seiscentista tranqüilo, à maneira dos que acabamos de citar, até os de caráter francamente barroco, dinâmicos, totalmente dourados, ao gosto da época de D. João V, igrejas que foram denominadas “todas de ouro”.⁸ Em um estágio intermediário, podemos apontar a Igreja de Nossa Senhora de Nazaré, Matriz de Cachoeira do Campo, que apresenta todas as talhas da capela-mor e dos retábulos da nave, mantendo a composição ainda seiscentista, mas nela o sentido de evolução para o barroco, mais dinâmico, se insinua com o aparecimento de inúmeras cabecinhas de anjos dispersas, envolvendo as colunas torsas.

As igrejas de Nossa Senhora do Pilar (Catedral de São João del-Rei) (1736/1740) e a de Santo Antônio, matriz de Tiradentes (1738-1740), com seus interiores totalmente diferentes entre si, foram das primeiras manifestações do barroco pleno D. João V, nos retábulos e talhas em Minas Gerais. Antecederam a chegada, em 1746, de Francisco Xavier de Brito que, até há pouco, pensava-se ter trazido em primeira mão para Minas o barroco D. João V nas talhas. Daí terem sido essas talhas caracterizadas por Bazin como “estilo Brito”.⁹

⁶ Especialmente: Bazin, 1956/1958; Smith, Robert C. *The Seventeenth- and Eighteenth-century architecture of Brazil. Atas do Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*. Washington, 1950. Nashville, 1953; Smith, Robert C. *Baroque architecture*. In: Livermore, H. V. *Portugal and Brazil, an introduction*. 2. ed. Oxford: Clarendon Press, 1963; Oliveira, Myriam Ribeiro de. *O Aleijadinho escultor de igrejas devocionais*. In: *O Aleijadinho e sua oficina*. Diversos autores. São Paulo: Capivara, 2002; Toledo, 1983; Bury, John. *Arquitetura e arte no Brasil Colonial*. São Paulo: Nobel, 1991; e Telles, Augusto C. da Silva. *Alguns aspectos da arquitetura da segunda metade do século XVIII no Brasil. Barroco 6*, Belo Horizonte, 1974.

⁷ Idem.

⁸ Smith, 1953/1963.

⁹ Para maior detalhamento dessas talhas: Bazin, 1956/1958; Bury, 1991; Telles, 1974; Oliveira, 2002; e Toledo, 1983.

A capela-mor da matriz de São João del-Rei, de autor desconhecido até o momento, executada em 1735/1736, apresenta talhas inovadoras para o panorama de Minas Gerais, filiadas embora a exemplares de Lisboa e Évora. O retábulo do altar-mor é enquadrado lateralmente por colunas berninianas que apresentam ao alto esculturas de vulto de anjos e, no coroamento do retábulo, as figuras do Padre Eterno e da pomba do Espírito Santo aparecem enquadradas por volutas e dossel, e se lançam para a abóbada do teto.¹⁰ Influência direta desta talha pode ser encontrada no retábulo da capela-mor da matriz de Caeté, obra de José Coelho Noronha (1752).

O conjunto de talhas da matriz de Tiradentes é obra de forte expressão barroca. O retábulo do altar-mor é ladeado por colunas de fuste reto envolvidas por escamas e por anjos tocheiros apoiados em balcão curvo; no alto, volutas dinâmicas e dossel volumoso são apoiados e envolvidos por figuras de anjos; no seu pedestal, atlantes em posições movimentadas fingem apoiar o retábulo. Todo o conjunto é dourado. A capela-mor é coberta por abóbada de aresta com uma teia de volutas de cor castanha. O coro, sobre a entrada da igreja, é obra insólita: duas ordens de pilares que afinam para as bases — à feição dos da biblioteca de Coimbra — suportam o piso e, no alto, guirlandas de folhagens; no todo, caráter mundano à maneira de galeria de teatro. O autor dessas talhas inovadoras foi o entalhador João Ferreira de São Payo (Sampaio), artista até então desconhecido. O belo e excepcional conjunto constituído pelo órgão e o coreto em que ele se apóia é mais recente, do final do século, com formas e pinturas de feição mais delicada, rococó. Influência direta desta talha encontra-se na igreja de S. Antônio em Ouro Branco, obra de autor ainda desconhecido.¹¹

Em Ouro Preto, a igreja matriz do Pilar representa um caso à parte — exemplar único do acervo luso-brasileiro — já que a nave de contorno decagonal tem sua forma definida por uma caixa de talha, com pilares dourados da ordem coríntia que sustentam visualmente a cimalha superior e o forro abaulado com caixotões e pinturas e é contida no interior da edificação de taipa de plano retangular. Esse conjunto de pilares, cimalha e forro, teria obedecido ao risco de um Antonio da Silva — pessoa até bem pouco tempo atrás desconhecida — conforme consta do

¹⁰ Idem e Costa, Lygia Martins. Importância da capela-mor na matriz de S. João del-Rei. *Barroco 15*, Belo Horizonte, 1990/1992 e 2002, onde é feita análise da importância dessas talhas da capela-mor da igreja catedral de S. João del-Rei.

¹¹ Bazin, 1956/1958; Telles, Augusto C. da Silva. A obra de talha em Minas Gerais. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* 5, São Paulo, 1968; Telles, Augusto C. da Silva. Um monumento barroco mineiro — a igreja de S. Antonio de Tiradentes. *Revista Brasileira de Cultura* 10, Rio de Janeiro, 1971. O nome do autor dessas talhas foi localizado pelo Monsenhor José Maria Fernandes em livro da Irmandade do Santíssimo Sacramento da matriz de Tiradentes.

contrato de execução feito com Antonio Francisco Pombal.¹² Entre os pilares localizam-se os retábulos dos altares laterais, com talha dourada e policrômica, e os balcões superiores. Esta obra foi ultimada em 1736 mas a igreja havia sido inaugurada em 1734, quando se realizou espetáculo de caráter barroco excepcional, o denominado “Triunfo Eucarístico”, com procissão do traslado da Eucaristia, vinda da igreja do Rosário.¹³ O retábulo e a decoração da capela-mor são obra de Francisco Xavier de Brito (1746/1747) que havia executado talhas na igreja de São Francisco da Penitência no Rio de Janeiro.¹⁴ É obra de um barroco desenvolto, em que se dá a inclusão de esculturas de vulto (daí Xavier de Brito ter sido denominado mestre escultor em documento da época). No coroamento do retábulo, um dossel volumoso contém as figuras da Santíssima Trindade. Esta talha exerceu influência em inúmeras outras igrejas mineiras, como na igreja de Santa Efigênia de Ouro Preto e na matriz de Catas Altas.¹⁵

As duas matrizes ouropretanas têm em suas naves interessantes conjuntos de retábulos da época de D. João V, e com a mesma característica se organizam os altares da igreja de Nossa Senhora do Rosário do Padre Faria em Ouro Preto. Esta, na verdade, uma simples capela, possui três notáveis retábulos, totalmente dourados.¹⁶

A matriz de N. S. da Conceição de Catas Altas é uma imensa igreja assente em uma extensa esplanada, ao centro de um pequeno povoado de casas térreas espaçadas. Sua nave apresenta na cabeceira capela-mor e, lateralmente, duas outras capelas à feição de um cruzeiro. O altar-mor foi provavelmente projetado por Francisco Xavier de Brito e é coetâneo do altar-mor da igreja do Pilar de Ouro Preto. Estrutura-se com quatro quartelões nos quais esculturas dos evangelistas se assentam em volutas, à semelhança do que ocorreu na capela da Conceição da igreja da Penitência do Rio de Janeiro. O retábulo é encimado por um imponente dossel, onde aparecem

¹² Bazin, 1956/1958; Santos, Paulo F. *O barroco e o jesuítico na arquitetura do Brasil*. Rio de Janeiro: Kosmos, 1951; Smith, 1953/1963. O levantamento feito pelo antigo sacristão da igreja de S. Francisco de Assis de Ouro Preto, Manuel de Paiva, nos livros da Irmandade do Santíssimo Sacramento da matriz de Pilar, encontrou o nome do autor do risco da nave da igreja, Antonio da Silva.

¹³ Ávila, Affonso. *Resíduos seiscentistas em Minas*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Mineiros, 1967, 2 v. O “Triunfo Eucarístico” está transcrito no primeiro volume.

¹⁴ Bazin, 1956/1958; Telles, 1968; Toledo, 1983; Smith, 1953. Ver também o livro de: Barata, Mario. *Igreja da Ordem Terceira da Penitência do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Agir, 1975.

¹⁵ Bazin, 1956/1958; Smith, 1953/1963; Santos, 1951; Toledo, 1983; Telles, 1968 e 1974.

¹⁶ Bazin, 1956/1958; Smith, 1953/1963; Santos, 1951; Toledo, 1983; Telles, 1968 e 1974.

as esculturas da Santíssima Trindade. Representa este retábulo uma passagem para o rococó nas talhas mineiras, prenunciando inclusive as do Aleijadinho.¹⁷

No panorama das construções civis, pouquíssimos prédios conservaram com autenticidade a forma que possuíam no alvorecer do século XVIII. Com o crescimento da população e a grande prosperidade da área mineira nos meados de setecentos, as edificações do início do século foram substituídas por outras, maiores ou mais requintadas e, em muitos casos, ampliaram-se, transformando-se de térreas em assobradadas. Esse fato explica a irregularidade que se nota com frequência, na disposição dos vãos de janelas e portas, entre os pavimentos das casas urbanas.¹⁸

As plantas dessas habitações urbanas, térreas ou assobradadas, sempre de frente de rua, não diferem das demais encontradas no resto do Brasil. Uma sala principal abre-se para a frente, outra, íntima, da família, abre-se para os fundos; entre as salas ficam as alcovas ou quartos ligados por um corredor de circulação. Quando se trata de um sobrado, o térreo serve para uso comercial ou para depósito e serviços secundários. O telhado, geralmente de duas águas, tem cumeeira paralela à fachada e para a qual forma amplo beiral. A fachada principal apresenta, comumente, vãos — portas ou janelas — ritmados, como se observa no correr de casas de logradouros nas cidades de Ouro Preto, Mariana e Sabará. Para os fundos, no entanto, a sala íntima, também denominada varanda, abre-se amplamente por uma seqüência de janelas conjugadas, que abrange, por vezes, toda a largura do edifício. A casa que atualmente abriga o Museu Regional de Caeté ilustra bem este tipo de edificação.¹⁹

Primitivamente, as fachadas das casas eram recobertas por caixilhos de treliças mas, a partir do início do século XIX, foram, por determinação do Rei, perdendo esses elementos, enquanto as vidraças e as grades de ferro passaram a se apresentar nas frontarias. Todavia, algumas edificações ainda conservam suas antigas treliças, como as casas com rótulas, na Rua Getúlio Vargas, em Tiradentes; o sobrado onde funciona atualmente a Biblioteca Pública, na Rua Francisco Sá, em Diamantina, e na qual ainda se encontra o único muxarabi autêntico; a casa de Chica da Silva,

¹⁷ Bazin, 1956/1958; Smith, 1953/1963; Santos, 1951; Toledo, 1983; Telles, 1968 e 1974.

¹⁸ Uma visão mais geral do assunto em Smith, Robert C. *Arquitetura civil no período colonial. Revista do PHAN 17*, Rio de Janeiro, 1969; e *Arquitetura civil I*. São Paulo: PHAN/FAU-USP, 1975.

¹⁹ Maior detalhamento da arquitetura civil em Minas Gerais, com ênfase na de Ouro Preto: Vasconcellos, Sylvio de. *Arquitetura particular de Vila Rica*. 1951. Tese (Concurso) - Belo Horizonte; e Vasconcellos, Sylvio de. *Vila Rica – formação e desenvolvimento – residências*. Rio de Janeiro: INL, 1956; Smith, 1960 e 1975; Toledo, 1983; Souza, 1984; Bandeira, Manuel. *Guia de Ouro Preto*. Rio de Janeiro: PHAN, 1938. Publicação do *PHAN 2*; Latif, Miran de Barros. *As Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Editora A Noite, [s.d.].

também em Diamantina, com o pitoresco conjunto de treliças no avarandado lateral voltado para o jardim.²⁰

Geralmente despreziosas e extremamente simples, algumas casas, no entanto, distinguem-se pela beleza de suas proporções e pelo apuro de seus elementos arquitetônicos e decorativos. Algumas mantêm, ainda, o caráter primitivo, como a casa na Rua Borba Gato, em Sabará, de adobe, com estrutura de madeira. Outras casas, contudo, têm maior requinte: o antigo Solar Jacinto Dias, atual sede da Prefeitura de Sabará, com nobre e imponente vestíbulo, escadaria e capela doméstica com rica talha dourada; a casa que foi do Padre Toledo, em Tiradentes, com forros armados e pinturas requintadas em grande número de salas; a casa da antiga Intendência, na Praça Barão do Itambé, em São João del-Rei, provida de elegante portada com tratamento barroco no centro da fachada; a casa que foi do Barão do Pontal, em Mariana, com guarda-corpos de rendilhado em pedra-sabão nos balcões do sobrado; uma casa no Largo do Rosário, em Santa Bárbara, com portada brasonada.²¹

Merece especial referência o numeroso conjunto de sobrados existente na cidade do Serro, tanto pelo vulto e nobreza das construções — por se apresentarem isoladas, não coladas umas às outras e às demais edificações — e bem assim pelo especial destaque que apresentam com relação à topografia local, onde se assenta e se desenvolve o núcleo histórico.²² Em Minas Novas, o denominado “Sobradão”, com cinco pisos, constitui exemplar excepcional e único entre edificações do século XVIII com estrutura de madeira.

Das últimas décadas do século XVIII, duas casas sobressaem pelo excepcional apuro — a Casa dos Contos, em Ouro Preto, e a Casa Capitular, em Mariana. A Casa dos Contos foi construída pelo contratador de ouro João Rodrigues de Macedo, depois confiscada pela Coroa, nela se instalando a Casa dos Contos e da Intendência. Aí estiveram presos alguns dos inconfidentes e, em uma de suas dependências, foi encontrado morto o poeta Cláudio Manuel da Costa. É uma das mais elegantes e requintadas edificações civis de Minas, com cunhais, cimalkas e guarnições de vãos em apuradíssima cantaria com contornos caprichosos. Nela merecem destaque o vestíbulo e a nobre escadaria de pedra que dá acesso ao piso superior.²³ A Casa Capitular de Mariana, que

²⁰ Idem e Pinto, Estevão. Muxarabis e balcões. *Revista do PHAN* 7, Rio de Janeiro, 1943; Santos, 1978.

²¹ Idem e Pinto, Estevão. Muxarabis e balcões. *Revista do PHAN* 7, Rio de Janeiro, 1943; Santos, 1978.

²² Idem e Ávila, Affonso (Coord.). Minas Gerais – monumentos históricos e artísticos – circuito do diamante. *Barroco* 16, 1994.

²³ Idem e Gravatá, Helio. Casa dos Contos de Ouro Preto – Bibliografia. *Barroco* 6, Belo Horizonte, 1974.

serve atualmente de Museu de Arte Sacra, construída pelo mestre-pedreiro José Pereira Arouca, apresenta igualmente obras de esmerada cantaria, inclusive uma cartela com medalhão da Virgem, assente sobre a verga da janela central do sobrado.²⁴

Do final do século XVIII ou da entrada do seguinte, também podem ser citadas algumas casas de São João del-Rei, adornadas com elementos arquitetônicos nos cunhais e nas sobrevergas, esculpido em madeira e, principalmente, em estuque. Esses elementos denunciam, já, o início de um gosto neoclássico. A casa nobre de três pavimentos, que é, atualmente, o Museu Regional de São João del-Rei, merece ser citada.

Nos primeiros anos após a descoberta do ouro, todos os que iam a Minas dedicavam-se exclusivamente à mineração mas, a partir de 1701, quando ocorreram grandes fomes pela falta de alimentos, começaram a ser organizadas fazendas, inicialmente nas redondezas das primeiras vilas. Fazendas dedicadas à policultura, tanto a produtos vegetais quanto à criação de gado e mais tarde, inclusive, voltando-se para a tecelagem e mesmo para a fundição de ferro. Tinham essas fazendas como núcleo um pátio cercado, onde se localizavam a casa residencial, as senzalas e dependências de trabalho, como o paiol, serraria, engenhoca, etc. A residência era normalmente de grandes dimensões, tendo o andar familiar elevado e, no térreo, dependências de serviço ou abrigo para serviçais. A residência apresentava à sua frente extensa varanda para a qual se abriam a capela, as salas de viver e os quartos para hóspedes. Destacam-se, entre inúmeras casas ainda existentes, as de Rio São João no atual município de Bom Jesus do Amparo, da Boa Esperança no atual município de Belo Vale, de Quebra Canoas no atual município de Barra Longa e da Boa Vista no atual município de Brumadinho.²⁵

Observação especial deve ser feita com referência a algumas edificações da época destinadas ao governo ou ao serviço público. Entre essas destaca-se a antiga Residência dos Governadores, de Ouro Preto, atual sede da Escola de Minas. O autor do seu projeto foi o arquiteto Brigadeiro José Fernandes Pinto Alpoim, a quem se deve também o plano urbanístico de Mariana, além de uma larga contribuição à arquitetura fluminense do século XVIII. Essa edificação, de caráter

²⁴ Idem e Menezes, Ivo Porto de. Manuel Francisco de Araujo. *Revista do PHAN 18*, Rio de Janeiro, 1978; Trindade, Cônego Raimundo. Casa capitular de Mariana. *Revista do PHAN 9*, Rio de Janeiro, 1945.

²⁵ Vasconcellos, Salomão. *Solares e vultos do passado*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial [s.d.]; Menezes, Ivo Porto de. *Fazendas mineiras*. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura UFMG, 1969; Menezes, Ivo Porto de. *Fazendas mineiras – arquitetura*. In: *Fazendas de Minas*. Diversos autores. Belo Horizonte: Cia. Energética de MG, 1987; Menezes, Ivo Porto de. *Arquitetura rural em Minas Gerais – século XVIII e início do XIX. Barroco 12*, Belo Horizonte, 1982/1983; *Fazendas de Minas*. Diversos autores. Belo Horizonte: Cia. Energética de MG, 1987.

austero, situa-se em recinto fortificado, no topo da Praça Tiradentes; tem plano retangular e quatro baluartes, sobre um dos quais, em data pouco posterior, foi construída a capela doméstica.²⁶

Das Casas de Intendência, construídas com a finalidade de cobrança para a Coroa, dos quintos do ouro descoberto, só uma subsiste: a de Sabará, atualmente sede do Museu do Ouro. Trata-se de uma edificação em dois pavimentos em torno de dois pátios, com seqüência de avarandados. Apesar da fragilidade evidente de suas paredes de adobe, conferem-lhe excepcional nobreza e graça as proporções com que se distribuem seus volumes construídos. Esse Museu, além das preciosas coleções de móveis, esculturas e objetos característicos da civilização mineira, principalmente da região do rio das Velhas, possui muitas peças ligadas, diretamente, à mineração e à cobrança dos quintos. Em maquetes aí expostas estão representadas as diferentes maneiras pelas quais se minerava o ouro.²⁷

Em Diamantina ainda se conserva o velho mercado, localizado em uma praça ampla, utilizada na época especialmente pelos tropeiros. Edificação muito rude nos detalhes construtivos, é constituída por um extenso telheiro com apoio em seqüências de esteios de madeira. Todo o espaço sob o telhado é livre, sem divisões e serve de abrigo aos tropeiros e suas mercadorias.²⁸

Das edificações mais notáveis do acervo brasileiro de arquitetura civil ainda existentes na área mineira, são duas casas de Câmara e Cadeia — programa genérico e indispensável nas vilas e cidades luso-brasileira — uma em Mariana e outra em Ouro Preto. A Casa de Câmara e Cadeia de Mariana foi projetada pelo mestre-pedreiro José Pereira dos Santos; seu risco original está na Biblioteca Municipal de São Paulo, enquanto as condições de obra e o termo de contrato se encontram no Arquivo de Mariana. A frontaria do edifício é de grande nobreza e nela ressaltam a elegante escadaria de acesso que se desenvolve em vários lanços e a portada principal encimada por escudo com as armas reais, que se liga visualmente à sineira assente sobre o beiral do telhado.²⁹

²⁶ Lopes, Francisco Antonio. *Os palácios de Vila Rica*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1955; Smith, 1960 e 1975; Toledo, 1983; Latif, [s.d.].

²⁷ Almeida, Lucia Machado de. *Guia*. [s.n.t.].

²⁸ Santos, Joaquim Felício dos. *Memória do Distrito Diamantino*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1978. (1ª ed. 1868); Machado, Ayres da Mata. *Arraial do Tijuco — cidade de Diamantina*. Rio de Janeiro: PHAN, 1944. Publicação do PHAN 12; Ávila, 1994; Almeida, [s.d.].

²⁹ Barreto, Paulo Thedim. Casas de Câmara e Cadeia. *Revista do PHAN 12*, Rio de Janeiro, 1974; Barreto, Paulo Thedim. *Arquitetura Oficial I*. São Paulo: PHAN/FAU-USP, 1978; Barreto, Paulo Thedim. Análise de alguns documentos relativos à Casa de Câmara e Cadeia de Mariana. *Revista do PHAN 16*. Rio de Janeiro, 1968; Registro do testamento com que faleceu José Pereira dos Santos. *Anais do Museu da Inconfidência 3*. Ouro Preto, 1954; Andrade, Rodrigo M. F. de. Casa de Câmara de Mariana. *Módulo 4*, Rio de Janeiro, 1956.

A Casa da Câmara e Cadeia de Ouro Preto, atual Museu da Inconfidência, é uma edificação de grandes dimensões e caráter monumental. Reflete já nítidas influências do neoclassicismo que nos últimos anos de setecentos chegava ao Brasil. O pórtico central, com dupla ordem de colunas e de pilastras, é coroado por frontão triangular e pela sineira de considerável porte. A edificação é encimada por platibanda vazada, com balaústres. Nos ângulos sobre os cunhais localizam-se estátuas que representam a Justiça, a Temperança, a Caridade e a Fortaleza.³⁰ O Museu serve de mausoléu para os inconfidentes. Em uma das salas do pavimento térreo, segundo projeto do arquiteto José de Sousa Reis, acham-se dispostos os túmulos dos que participaram da Inconfidência Mineira e, ao centro, um bloco de itabirito, à feição de um altar, evoca a figura heróica de Tiradentes. Ao fundo, recobrando toda a parede, um painel de tecido reproduz a bandeira dos inconfidentes. Em sala contígua estão expostos objetos diversos que pertenceram a essas figuras históricas e elementos da força que serviu à execução de Tiradentes; ainda aí se encontram túmulos de duas figuras femininas ligadas aos poetas inconfidentes Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto: Maria Dorotéia Joaquina de Seixas — a Marília — e Bárbara Heliodora. Além das preciosas coleções de móveis, pinturas, esculturas e objetos da região das Minas, que também figuram no Museu, merecem especial referência os ligados à figura máxima das artes em Minas, Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho. Dentre essas a mais preciosa é o *Cristo na Coluna*, uma das obras-primas da imaginária brasileira. Integram também este acervo documentos com assinatura do artista ou a ele referentes — desenhos atribuídos a esse artista e o importante risco da frontaria da igreja franciscana de São João del-Rei.³¹

O acervo arquitetônico mineiro é extraordinariamente rico, no que se refere a chafarizes públicos. São quase todos parietais, compostos de um muro onde se inserem elementos decorativos — cartelas, volutas, escudos, conchas, figuras antropomórficas, quase sempre em cantaria. São dignos de apreço o Chafariz do Rosário, em Sabará, e em Ouro Preto, o Chafariz da Casa dos Contos, o da Praça de Marília, o do Passo de Antônio Dias e o do Alto da Cruz. Neste existe a escultura de um busto feminino que, segundo análise de Lucio Costa, é provavelmente das mais antigas obras do Aleijadinho, ao tempo em que era auxiliar do pai, construtor do chafariz. O

³⁰ Barreto, 1974/1978; Andrade, Rodrigo M. F. de. Palestra proferida em Ouro Preto em 01.07.68. *Revista do PHAN 17*, Rio de Janeiro, 1969; Andrade, Rodrigo M. F. de. *Rodrigo e seus tempos*. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1986; Vasconcellos, 1951 e 1956; Toledo, 1983; *Museu da Inconfidência*. Vários autores. São Paulo: Banco Safra, 1995.

³¹ *Antonio Francisco Lisboa, o Aleijadinho*. PHAN, 1951. (Introd. Lucio Costa, texto de Rodrigo José Ferreira Bretas, notas de Rodrigo M. F. de Andrade e Judith Martins). Publicação do PHAN 15; Bazin, 1956/1958; e Bazin, Germain. *Arquitetura religiosa barroca no Brasil*. São Paulo: Record, 1963, 2 v; Costa, 1972.

Chafariz de São José, em Tiradentes, pelas proporções e composição plástica, é dos mais importantes da área mineira; parietal, embora situado em vasta esplanada, tem a seu redor uma série de bancos para assentos, tanques e bebedouros destinados a fins diversos.

Dos meados até o final do século XVIII, Minas Gerais atravessou uma fase de brilho nas diferentes áreas culturais. A literatura enriqueceu-se com as páginas dos consagrados poetas árcades Tomás Antônio Gonzaga, Cláudio Manoel da Costa, Alvarenga Peixoto, e tantos outros. A música legou-nos importante e vasta obra, descoberta e estudada inicialmente por Curt Lange e Regis Duprat, em que se distingue o nome de José Joaquim Emérico Lobo de Mesquita. As artes, em geral, contaram com grandes nomes, como os pintores Manuel da Costa Ataíde,³² José Nepomuceno Correa e Castro, Guarda-Mor José Soares de Araújo,³³ os mestres pedreiros e carpinteiros Francisco Xavier de Brito, Manuel Francisco Lisboa,³⁴ José Pereira dos Santos, Antonio Francisco Pombal, José Coelho Noronha, Manuel Francisco Araujo, Francisco Vieira Servas³⁵ e, principalmente, esta figura ímpar de escultor e arquiteto, Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho.³⁶

Foi nesta época que, em Minas Gerais, se construíram igrejas que definiram dois pontos altos no panorama arquitetônico mineiro. Um foi o partido de igrejas poligonais e ovaladas que, a partir da obra de Borromini, se difundiu por diferentes países, inclusive Portugal e Brasil,

³² Para os diferentes artesãos e artistas que trabalharam em Minas Gerais, ver Martins, Judith. *Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: PHAN, 1974, 2 v. Publicação do PHAN 27; para Manuel da Costa Ataíde, ver Del Negro, Carlos. *Contribuição ao estudo da pintura mineira*. Rio de Janeiro: PHAN, 1958. Publicação do PHAN 20; Frota, Lelia Coelho. *Vida e obra de Manuel Costa Ataíde*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982; Andrade, Rodrigo M. F de. A pintura colonial em Minas Gerais. *Revista do PHAN 18*, Rio de Janeiro, 1978.

³³ Para o Guarda-Mor Soares de Araújo, ver Jardim, Luiz. A pintura decorativa de algumas igrejas antigas de Minas. *Revista do PHAN 3*, 1939; e Jardim, Luiz. A pintura do guarda-mor José Soares de Araújo em Diamantina. *Revista do PHAN 4*, 1940; Santos, 1978; Machado, 1944.

³⁴ Para Manuel Francisco Lisboa, ver Martins, Judith. Subsídios para a biografia de Manuel Francisco Lisboa. *Revista do PHAN 4*, Rio de Janeiro, 1940; Martins, Judith. Novos subsídios para a biografia de Manuel Francisco Lisboa. *Revista do PHAN 15*, 1961; e Martins, 1974.

³⁵ Para Vieira Servas, ver Ramos, Adriano. *Francisco Vieira Servas e o ofício de escultura na capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Instituto Cultural Flavio Gutierrez, 2002.

³⁶ Para o Aleijadinho, ver *Antonio Francisco Lisboa*, 1951; Andrade, 1986; Bazin, 1956/1958 e 1963; Costa, Lucio. Arquitetura dos jesuítas no Brasil. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 5. Rio de Janeiro, 1941; e *Arquitetura religiosa*. São Paulo: PHAN/FAU-USP, 1978; Matos, 1974; Oliveira, Myriam Ribeiro de. *Aleijadinho – passos e profetas*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1984; *Passos da Paixão – Antonio Francisco Lisboa, o Aleijadinho*. (Texto de Rodrigo José Ferreira Bretas, comentários de Myriam Ribeiro de Oliveira). Rio de Janeiro: Alumbramento, 1984; Vasconcellos, Sylvio de. *Vida e obra de Antonio Francisco Lisboa, o Aleijadinho*. São Paulo: Ed. Nacional, 1979. (Brasiliiana 369).

com exemplares no Rio, no Recife e Minas. A Igreja do Pilar, matriz de Ouro Preto, filia-se a esse partido, apesar de que aí a forma poligonal da nave não se reflete em seu exterior. No entanto, a forma exponencial é atingida em Minas com a Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Ouro Preto e a de São Pedro dos Clérigos em Mariana.³⁷ O outro ponto relevante foram os planos novos, que, embora originados da planta clássica, normal, de nave única com as torres salientes nas ilhargas, se distinguiram, pela elegância e proporções extremamente raras, graças à intervenção de Antônio Francisco Lisboa. Nessas aparecem a conjugação de planos e curvas com pontos e arestas de contenção. Atestam-no a Igreja de Nossa Senhora do Carmo, de Ouro Preto, e as igrejas franciscanas dessa cidade e de São João del-Rei.³⁸

A Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, de Ouro Preto, possui plano quase igual ao da Igreja de São Pedro dos Clérigos, de Mariana. Seus projetos foram atribuídos ao mesmo autor, Antônio Pereira de Sousa Calheiros, segundo o texto mais antigo sobre história das artes em Minas Gerais, datado de 1782 e de autoria do vereador marianense Joaquim José da Silva. Essa informação é transmitida por Rodrigo José Ferreira Bretas, na biografia do Aleijadinho, cuja primeira edição foi publicada em 1858.³⁹ A atribuição da autoria dos projetos, contudo, se acha pendente de discussão e de pesquisas, uma vez que Antônio Pereira de Sousa Calheiros não era técnico em arquitetura e não se conhece nenhuma intervenção sua na área cultural. Sabe-se no entanto que José Pereira dos Santos, autor do projeto da Casa da Câmara e Cadeia de Mariana, segundo seu testamento (1762) foi o construtor das duas igrejas.⁴⁰ As plantas dessas igrejas são constituídas por duas ovais entrelaçadas, que correspondem à nave e à capela-mor, sendo esta ladeada por corredores.⁴¹ Na Igreja do Rosário, a frontaria é abaulada e as duas torres sineiras cilíndricas se inserem entre esta e a nave ovalada. Sabemos mais que nela a frontaria e a empena foram executadas mais tarde (1784) segundo o risco de Manuel Francisco de Araújo.⁴² Relacionamentos com igrejas da Europa Central, assim como com a igreja de São Pedro dos Clérigos

³⁷ Bazin, 1956/1958; Bury, 1991; Oliveira, 2002; Santos, 1951; Smith, 1953/1963; Toledo, 1983.

³⁸ Idem e Telles, 1974 e Telles, Augusto C. da Silva. Brasil: Arquitetura barroca. In: *Brazil - body and soul*. New York: Guggenheim Museum, 2002. Versão inglesa; Oliveira, Myriam Ribeiro de. Plantas poligonais e ovais no barroco brasileiro. *Barroco 17*, Belo Horizonte, 1993/1996; Oliveira, Myriam Ribeiro de. Barroco e rococó na arquitetura religiosa brasileira da segunda metade do século XVIII. *Revista do PHAN 29*, Brasília, 2001 e 2002.

³⁹ Idem e *Antonio Francisco Lisboa*, 1951; Andrade, 1986.

⁴⁰ Idem e Registro..., 1954.

⁴¹ Idem e Registro..., 1954.

⁴² Idem e Andrade, Rodrigo M. F. de. *Artistas coloniais*. Rio de Janeiro: Serviço Documentação MEC, 1958; e Andrade, 1986.

do Rio de Janeiro são admissíveis, tanto no sentido das naves ovaladas, quanto das torres sineiras cilíndricas, o que era extremamente raro na arquitetura barroca do panorama luso-brasileiro e mesmo mundial. Estas torres, executadas na década de sessenta do século XVIII, poderão ter influenciado as que o Aleijadinho projetou para a igreja de S. Francisco de Assis de Ouro Preto, cujas obras foram iniciadas em 1766.⁴³

A igreja de São Pedro dos Clérigos só foi concluída, no que se refere à frontaria e às torres, no início do século XX, mas de forma desproporcionada e grosseira. À imponência da arquitetura dessas igrejas não correspondem seus interiores que, apesar do partido rico, com as paredes encurvadas e o teto de forma ovalada, são prejudicados pelos elementos decorativos dos retábulos tardios.

A igreja carmelita de Ouro Preto, assim como as franciscanas de Ouro Preto e de São João del-Rei, da segunda metade do século, adotaram partidos arquitetônicos excepcionais, baseados embora nos esquemas borromínicos. Suas plantas e seus alçados caracterizam-se pela conjugação de panos curvos e retos, com a criação de pontos e de arestas de contenção. Por outro lado, resultaram do partido arquitetônico mineiro com nave única e as torres sineiras salientes em suas ilhargas. Outro elemento que as caracteriza são as portadas que se desenvolvem ao centro das fachadas, incorporando ao alto o óculo central, apresentando também curvas e contracurvas que se opõem e se encontram, formando pontos e retas de tensão; essas portadas adossadas às superfícies das paredes são tratadas à feição do rococó, mas são fortes, dinâmicas, constituindo o núcleo da composição das frontarias. Em parte isso se explica pela presença de um arquiteto-escultor, Antonio Francisco Lisboa, o Aleijadinho.⁴⁴

⁴³ Bazin, 1956/1958, e Bury, 1991, analisam detidamente as possíveis origens das torres cilíndricas na arquitetura brasileira. Mas, como julgavam na época que a igreja do Rosário de Ouro Preto fosse obra do final do século XVIII, admitiram a hipótese de que as torres desta igreja tivessem sido influenciadas pelas que o Aleijadinho projetara na igreja de S. Francisco de Assis na mesma cidade. No entanto, quando, em 1762, faleceu José Pereira dos Santos, construtor da igreja do Rosário, havia deixado “todas as pedras lavradas e aparelhadas para (...) as torres da igreja”. Ver Registro..., 1954.

⁴⁴ O estudo da arquitetura dessas igrejas do rococó em Minas Gerais foi feito detidamente por: Bazin, 1956/1958; Bury, 1991; Smith, 1953/1963; Costa, Lucio. *Arquitetura de Antonio Francisco Lisboa revelada no risco original da capela franciscana de S. João del-Rei*. In: *Antonio Francisco Lisboa, o Aleijadinho*. Diversos autores. Rio de Janeiro: PHAN, 1951; Costa, 1974 e Costa, Lucio. Lucio Costa sobre o Aleijadinho – entrevista. *Gavea 3*, Rio de Janeiro: Puc-RJ, 1986; Oliveira, Myriam Ribeiro de. Plantas poligonais e ovais no barroco brasileiro. *Barroco 17*, Belo Horizonte, 1993/1996; Oliveira, Myriam Ribeiro de. Barroco e rococó na arquitetura colonial mineira. *Revista do Instituto de Arte e Cultura*, Ouro Preto: UFOP, 1994; e Oliveira, Myriam Ribeiro de. *O rococó religioso no Brasil e seus antecedentes europeus*. São Paulo: Kosac & Naity, 2003; Nicolaeff, Alex. Igrejas rococós em Minas e na Baviera. *Barroco 15*, Belo Horizonte, 1990/1992; Santos, 1951; Toledo, 1983; Telles, 1974, Telles, Augusto C. da Silva. O barroco no Brasil – análise da bibliografia crítica. *Revista do PHAN 19*, Rio de Janeiro, 1984; e Telles, 2002. Bazin e Bury chamam de “estilo Aleijadinho”. Em Oliveira, 2003, Myriam Ribeiro de Oliveira faz um minucioso e abrangente estudo do barroco, mais notadamente do rococó na França, Itália, Alemanha, Europa Central e, em Portugal e no Brasil litorâneo. Analisa as influências e as filiações do rococó em Minas Gerais na segunda metade do XVIII; apresenta bibliografia de todo esse panorama.

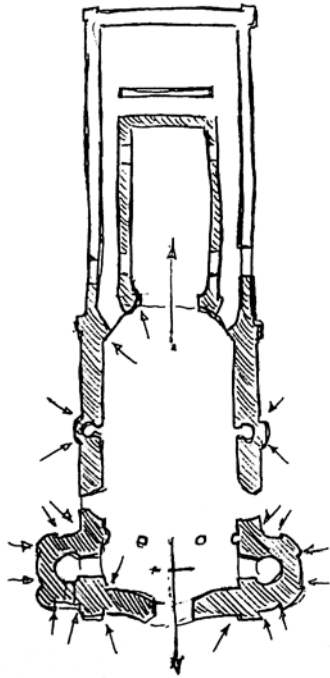
Na igreja de Nossa Senhora do Carmo de Ouro Preto sua intervenção se deu em 1771, alterando o projeto inicial (1766) de seu pai, Manuel Francisco Lisboa, projeto que certamente obedecia ao padrão das igrejas mineiras da primeira metade do século.⁴⁵ As torres adotaram superfícies curvas entre cunhais e foram recuadas em relação à frontaria, que se ondulou, e onde a cimalha encurvou-se alteando-se ao centro, contornando superiormente o óculo. Este desceu de sua posição tradicional no frontão, localizando-se entre as janelas do coro, adotando contorno caprichoso com curvas em seqüência e se incorporando visualmente à portada; esta, elegante, dinâmica, com pilastras ladeando a porta de entrada, onde as ombreiras têm, na análise de Lucio Costa, uma contenção nervosa em determinada altura, o que ocorre apenas nas portadas realizadas pelo Aleijadinho. Ao alto, conchóides formam arrancos de frontões que se ondulam, se lançam mas não prosseguem, e ladeiam, ao centro, a cartela com o emblema carmelita e a coroa da Virgem, que se ligam acima ao óculo. Todo esse conjunto da portada constitui o centro da composição da fachada da igreja. A parede fundeira da nave foi chanfrada de cada lado do arco-cruzeiro, e as paredes laterais foram espessadas ao centro para conter as escadas de acesso aos púlpitos.⁴⁶

A igreja de São Francisco de Assis de Ouro Preto, iniciada em 1766, com projeto do Aleijadinho, constitui um dos monumentos maiores do barroco mineiro, brasileiro e mesmo mundial.⁴⁷ Em 1774, contratado pela Irmandade, o arquiteto modificou a portada, definindo o afastamento das janelas do coro e a vedação das portas que ladeavam a entrada da nave. Obra de um único arquiteto, a igreja tem composição unitária. Em seu exterior, as torres cilíndricas inserem-se lateralmente na nave, definindo em seus ângulos curvas convexas, e se ligam, através de superfícies côncavas, à frontaria. Esta, com forte domínio da vertical, é ladeada por colunas jônicas, tendo ao centro a portada barroca que domina toda a composição, e onde as pilastras, que formam as ombreiras da porta de entrada, à feição do que ocorreu na igreja carmelita, apresentam pontos de contenção e têm, ao alto, acima dos capitéis, arrancos de cimalthas onde anjos

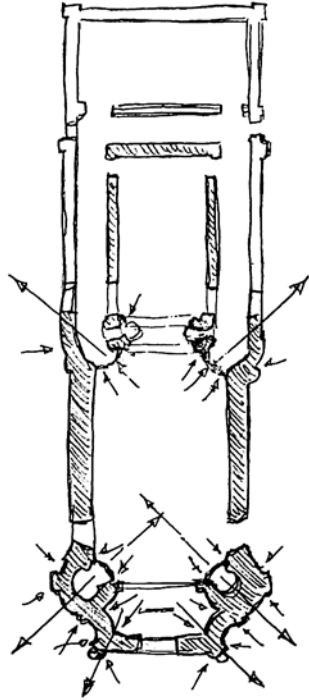
⁴⁵ Idem e Lopes, Francisco Antonio. *História da construção da igreja do Carmo de Ouro Preto*. Rio de Janeiro: PHAN, 1942. Publicação do PHAN 8.

⁴⁶ Idem e Lopes, Francisco Antonio. *História da construção da igreja do Carmo de Ouro Preto*. Rio de Janeiro: PHAN, 1942. Publicação do PHAN 8.

⁴⁷ Continuamos de acordo com as análises apresentadas nos textos de: Costa, 1951; Bazin, 1956/1958; Bury, 1991. Estes autores atribuem ao Aleijadinho o projeto inicial da igreja de S. Francisco de Assis de Ouro Preto. Discordamos, portanto, em parte, de nossa amiga e colega Myriam Ribeiro de Oliveira, profunda conhecedora da obra do Aleijadinho e do barroco e rococó de Minas, a qual não acredita ser o Aleijadinho autor do projeto inicial de S. Francisco de Assis de Ouro Preto (Oliveira, 2003).



Igreja de Nossa Senhora do Carmo de Ouro Preto



Igreja de São Francisco de Assis de Ouro Preto

se assentam. Ao centro, sobre a verga da porta, acima e entre grupos de anjos, localizam-se o escudo e os emblemas franciscanos, além de um medalhão da Virgem, que é encimado por uma coroa. Toda essa última composição distribui-se entre as janelas do coro, ligando-se ao óculo cego, onde um baixo-relevo representa São Francisco recebendo os estigmas. As colunas que ladeiam a fachada suportam trechos de entablamentos que se lançam para o alto e por debaixo dos quais saem molduras que formam, no topo, um acrotério encimado pelo cruzeiro entre fogaréis.⁴⁸ No seu interior, a nave tem os quatro cantos encurvados, convexos e, acima de uma cimalha que a contorna, o teto abaulado é recoberto pela excepcional pintura de Manuel da Costa Ataíde, representando a Assunção da Virgem.⁴⁹ O arco-cruzeiro, extremamente espesso, tem sua aduela subdividida em duas pilastras que se apresentam obliquamente voltando-se para a nave e para a capela-mor, e em cujo centro se inserem os púlpitos.⁵⁰ A capela-mor é coberta por abóbada de barrete, que se liga ao topo do retábulo. Púlpitos de pedra-sabão com baixos relevos e o retábulo de talha policrômica e dourada são, igualmente, de autoria do Aleijadinho. Este retábulo representa o coroamento das talhas mineiras — desde as da matriz do Pilar de Ouro Preto e as de Catas Altas até as de Nova Lima (inicialmente da fazenda da Jaguará).⁵¹ Obra com caráter do rococó, mas extremamente forte e dinâmica, apresenta colunas com o terço inferior torcido e quartelões ladeando o trono que tem, ao alto, um conjunto com esculturas do Padre Eterno, de Cristo, do Espírito Santo e da Virgem, entre volutas barrocas, e que se lança para o barrete. Marcando as arestas do barrete, medalhões com baixos relevos representam santos franciscanos e ao centro aparece a figura de um anjo com asas abertas, tendo ao alto uma cesta de flores. Retábulo, barrete, púlpitos e arco-cruzeiro formam uma unidade compositiva que, segundo Bazin, representa uma “apoteose” no interior da igreja.⁵²

⁴⁸ Bazin, 1956/1958; Bury, 1991; Santos, Paulo F. *Subsídios para o estudo da arquitetura religiosa de Ouro Preto*. Rio de Janeiro: Livraria Kosmos, 1961; Smith, 1953/1963; Toledo, 1983; Costa, 1951 e 1986.

⁴⁹ Andrade, 1969, 1978 e 1986; Del Negro, 1958; Frota, 1982; Machado, Lourival Gomes. *Barroco mineiro*. São Paulo: Edusp, 1969.

⁵⁰ Para análise do interior da igreja, do arco-cruzeiro e dos púlpitos: Bazin, 1956/1958; Bury, 1991; Costa, 1951 e 1986; Andrade, 1986; Machado, 1969; Del Negro, Carlos. *Escultura monumental barroca do Brasil*. Belo Horizonte: EA-UFGM, 1967, 2 v.

⁵¹ Para análise do interior da igreja, do arco-cruzeiro e dos púlpitos: Bazin, 1956/1958; Bury, 1991; Costa, 1951 e 1986; Andrade, 1986; Machado, 1969; Del Negro, Carlos. *Escultura monumental barroca do Brasil*. Belo Horizonte: EA-UFGM, 1967, 2 v.

⁵² Bazin, 1956/1958, p. 195 do volume 1.

Coetâneo da alteração da portada dessa igreja (1774) é o projeto apresentado pelo Aleijadinho para a igreja franciscana de São João del-Rei. O desenho do projeto pertence ao acervo do Museu da Inconfidência. Nele, a portada ainda não havia sido plenamente resolvida e o coroamento da fachada, entre as sineiras, é composto de volutas de caráter rococó que lembram as utilizadas na igreja carmelita de Sabará. Esta igreja de São Francisco de São João del-Rei foi construída por Francisco de Lima Cerqueira e teve o projeto muito alterado, principalmente nos elementos decorativos do frontão e das sineiras. As paredes laterais da nave são onduladas com curvas e contracurvas e, na capela-mor, o retábulo, influenciado pelo de Ouro Preto, apresenta-se pesado e sem vida.⁵³

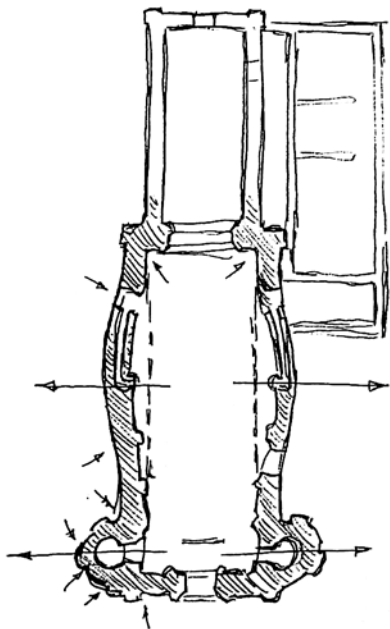
“Sacro-monte” era tema recorrente na Europa, desde os séculos XV e XVI, local de peregrinação, no sentido de substituição às que se faziam aos lugares sagrados da Palestina. O Santuário do Bom Jesus de Matozinhos, em Congonhas, foi iniciado em 1757 por Feliciano Mendes, português minerador, por ter sido salvo de grave enfermidade. Passou, assim, a esmolar pelas estradas de Minas, a fim de construir a igreja para o Bom Jesus. Seguiu ela o partido arquitetônico mineiro, semelhante ao de Santa Efigênia de Ouro Preto. Internamente, três altares são rococós, sendo que o altar-mor apresenta dossel com curvas caprichosas, apoiado em colunas com volutas que enquadram o crucifixo do Senhor Morto.⁵⁴ O adro que envolve a igreja foi construído por Tomás de Maia Brito (1777-1790), mas as obras ainda se prolongaram até 1801.⁵⁵ O Aleijadinho esculpiu as imagens em madeira para os 7 Passos da Paixão de Cristo (1796-1799). As

⁵³ Análise do projeto ver Costa, 1951; Santos, 1951. Julgo difícil não ser o Aleijadinho o autor da edificação com as laterais da nave abauladas, em curvas e contracurvas. Se as laterais fossem retas, a nave seria transformada em um verdadeiro corredor, com proporções totalmente diferentes de todas as demais igrejas da época. Quanto à vista lateral da igreja, que é um desenho do Aleijadinho, duas hipóteses podem ter ocorrido: ou o pavilhão indicado à frente da igreja não se colava à lateral da nave, como a que atualmente existe, ou o desenho foi refeito pelo mesmo autor posteriormente. Realmente, na época, os desenhos de projetos que subsistiram não são aqueles utilizados na obra. Exemplo é o da Casa de Câmara e Cadeia de Ouro Preto.

⁵⁴ Para o retábulo da capela-mor, ver Ramos, 2002.

⁵⁵ Falcão, Edgard Cerqueira. *A basílica do Senhor Bom Jesus de Congonhas do Campo*. São Paulo: Ed. do Autor, 1962, p. 85 et seq.; Tomás da Maia, pedreiro, trabalhou em Congonhas desde 1765.

A partir de 1777, começou a receber pagamentos referentes ao adro, isto até 1789, quando recebeu pelos “pilares da porta do adro”. Mas continuou a receber, juntamente com outros oficiais, por atividades não especificadas, até 1801; consta mesmo um pagamento a Antonio Gomes por “lavar a cantaria para o adro”. Explica-se assim a origem do aspeto atual da parte fronteira do adro e da escadaria em que os parapeitos formam curvas longas e se contrariam ou se ligam a retas, o que caracteriza as obras projetadas pelo Aleijadinho. Nesta época (1800/1802), estava o Aleijadinho executando os Profetas, p. 98/99. Ver Reis, José de Souza. O adro do santuário de Congonhas. *Revista do PHAN*, 3, Rio de Janeiro, 1939; Bazin, 1956/1958; Bury, 1990; Costa, 1986.



Igreja de São Francisco de Assis de São João del-Rei

figuras de Cristo, dos Apóstolos dos Passos da Ceia e do Horto, assim como as principais figuras dos demais Passos são obra pessoal do artista; as outras foram esculpidas por seus auxiliares.⁵⁶ Essas imagens foram encerradas em capelas — os Passos. Apenas a primeira, referente à Ceia, foi edificada em vida do Aleijadinho; as outras só foram construídas no correr do século XIX, e em número de cinco, o que obrigou dois Passos a serem incluídos em uma única capela. O tratamento policrômico dessas imagens foi iniciado nas figuras dos Passos da Ceia, do Horto e da Prisão, pelo pintor Manoel da Costa Ataíde; o das outras imagens foi sendo feito na medida em que as capelas foram sendo terminadas, ao longo de todo o século XIX. De 1800 a 1803, o Aleijadinho produziu as esculturas em pedra sabão de doze profetas do Antigo Testamento e os instalou nos parapeitos do trecho fronteiro do adro e do escadório de acesso que, para isto, foram certamente reorganizados sob sua orientação.⁵⁷ O escadório de acesso ao adro consta de dois tramos, cada um com dois lanços de escadas, com patamares, que se localizam simetricamente ao centro e à frente da igreja; as paredes que formam os parapeitos desse trecho frontal do adro e do escadório descrevem curvas longas que se dispõem em sentidos opostos ou formam seqüência com retas; situação só encontrada em obras de autoria do próprio Aleijadinho. Sobre esses parapeitos, as esculturas dos profetas se distribuem simetricamente, obedecendo a seu grau de importância histórica e com vistas à gesticulação que apresentam. O Santuário de Congonhas foi inspirado diretamente em santuários portugueses, como o do Bom Jesus em Matozinhos, na proximidade do Porto, e principalmente nos de Braga e de Lamego, mas deles se distingue pelo fato de, em Congonhas, as imagens terem a mesma escala e importância do conjunto arquitetônico do adro, ao passo que, nos santuários portugueses, as imagens são quase apenas elementos decorativos nos escadórios que dominam o conjunto. Em Congonhas, o artista foi um arquiteto/escultor, Antonio Francisco Lisboa, o Aleijadinho.⁵⁸

Apenas nessas três igrejas e no adro de Congonhas ocorreu a conjugação de curvas fazendo oposição a curvas ou a retas nos planos e nos contornos, com a criação de retas e pontos de contenção. Analisando essas três igrejas com partido da responsabilidade do Aleijadinho, podemos

⁵⁶ Bazin, 1956/1958; Bury, 1991; Costa, 1986; Machado, Lourival Gomes. *Reconquista de Congonhas*. Rio de Janeiro: INL, 1940; Oliveira, 1984; Oliveira, Myriam Ribeiro de. Congonhas do Campo — o sacro monte de Congonhas. *Revista do Icomos- Brasil*, São Paulo, 2000; Oliveira, 2001 e 2002; Smith, Robert C. *Congonhas do Campo*. Rio de Janeiro: Agir, 1973; Toledo, 1983; Mann, Hans. *The 12 prophets of Antonio Francisco Lisboa, o Aleijadinho*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação MES, 1958.

⁵⁷ Ver 54.

⁵⁸ Ver 56.

concluir: na do Carmo, é a frontaria que se ondula, juntamente com a parede fundeira da nave, de cada lado do arco-cruzeiro, ao passo que as laterais da nave são retas na franciscana de Ouro Preto, são os quatro cantos da nave que se movimentam, criando superfícies convexas, e as torres cilíndricas se ligam à frontaria, através de superfícies côncavas, ao passo que as laterais da nave e a frontaria são planas; na franciscana de S. João del-Rei, são as laterais da nave que se ondulam, mantendo-se planas a frontaria e o arco cruzeiro.

Em outras igrejas do mesmo período a intervenção parcial do Aleijadinho é documentada ou evidente, (não sendo entretanto o autor dos planos das igrejas): na Igreja do Carmo, de Sabará, nas sobreergas dos vãos e no coroamento da frontaria contido pelas fortes torres sineiras;⁵⁹ na igreja de Bom Jesus de Matozinhos em Ouro Preto, na portada com o nicho de S. Miguel;⁶⁰ na igreja de N. S. do Carmo em S. João del-Rei, na portada;⁶¹ nas igrejas de S. Antônio em Tiradentes⁶² e de S. João Batista em Barão de Cocais,⁶³ nas portadas e nas frontarias para as quais executou riscos que foram no entanto alterados pelos executantes. Outras igrejas do período guardam certas características dessas obras do rococó, mas não apresentam as características de curvas e retas dos projetos do Aleijadinho, e, além disso, já aparecem influências do neoclassicismo: as fachadas refeitas das matrizes de N. S. da Conceição e do Pilar de Ouro Preto;⁶⁴ igreja matriz de S. Antônio de Ouro Branco;⁶⁵ igrejas de N. S. do Carmo e S. Francisco de Assis de Mariana.⁶⁶

Ao lado dos partidos eruditos do barroco e do rococó a que chegaram as igrejas examinadas, muitas outras continuaram despretensiosas, com planos e composições simples, algumas mesmo rústicas, com estrutura de madeira, paredes de adobe ou de pau-a-pique, coroamento

⁵⁹ Ávila, 1976; Passos, Zoroastro Vianna. *Em torno da história do Sabará – a Ordem 3ª do Carmo e sua igreja*. Rio de Janeiro: PHAN, 1940. Publicação do PHAN 5; Bazin, 1956/1958; Antonio Francisco Lisboa, 1951.

⁶⁰ Santos, 1951; Bazin, 1956/1958; e Bazin, Germain. *Aleijadinho et la sculpture baroque au Brésil*. Paris: Le Temps, 1963; Oliveira, 2002; Souza, 1984; Antonio Francisco Lisboa, 1951.

⁶¹ Santos, 1951; Bazin, 1956/1958; e Bazin, Germain. *Aleijadinho et la sculpture baroque au Brésil*. Paris: Le Temps, 1963; Oliveira, 2002; Souza, 1984; Antonio Francisco Lisboa, 1951.

⁶² Idem e Telles, 1971; Santos, Olinto Rodrigues dos. Reconstrução do frontispício da matriz de Tiradentes. *Barroco 15*, Belo Horizonte, 1990/1992.

⁶³ Ver 60.

⁶⁴ Ver 60 e Bandeira, 1938.

⁶⁵ Ver 60 e Bandeira, 1938.

⁶⁶ Ver 60 e Bandeira, 1938.

dos frontões e das sineiras com telhados, como ocorre nas igrejas e capelas da região do vale do Piranga,⁶⁷ ou como as das regiões de Diamantina, Serro e Conceição de Mato Dentro.⁶⁸ Os interiores de algumas dessas igrejas, no entanto, apresentam-se muitas vezes, com grande requinte. Na Igreja de Nossa Senhora do Rosário, em Santa Rita Durão, por exemplo, merecem menção especial a extraordinária unidade entre as obras de talha — um dos altares laterais, o de Santa Ifigênia, é da autoria do Aleijadinho — e as pinturas decorativas das paredes, com marmorizados e tratamento ilusionista nos tetos abaulados da capela-mor e da nave, obras primas do pintor João Batista Figueiredo.⁶⁹

São admiráveis, também, os interiores das Igrejas do Carmo, do Rosário e de São Francisco de Assis, em Diamantina, o da Igreja de Santana, em Inhaí, no mesmo município e o da matriz do Serro. Neles encontramos pinturas arquitetônicas de inestimável valor, de autoria do Guarda-Mor José Soares de Araújo, e retábulos com coroamentos ondulados, nos quais, em vez de decorações esculpidas, aparecem desenhos com aplicação de chapas de ouro.⁷⁰

⁶⁷ Miranda, Selma Melo. Arquitetura religiosa no vale do Piranga. *Barroco 13*, Belo Horizonte, 1984/1985.

⁶⁸ Ávila, 1994, e, para Diamantina, Machado, 1944.

⁶⁹ Para as talhas, Bazin, 1956/1958; Souza, 1984. Para as pinturas, Jardim, 1939 e 1940.

⁷⁰ Machado, 1944; Ávila, 1994; Jardim, 1939 e 1940.

Observação final

O barroco e o rococó no Brasil, e em especial em Minas Gerais, foram abordados por outros especialistas estrangeiros além dos já citados no texto (Germain Bazin, John Bury e Robert Smith), que muito contribuíram para o conhecimento, a crítica e a difusão no panorama mundial da arquitetura e das artes que se fizeram no Brasil. Outros apresentaram apenas textos mais ou menos longos, como capítulos ou tão somente citações, mas como contribuição pessoal: Buschiazzo, Mario. *Historia de la Arquitectura colonial en Iberoamérica*. Buenos Aires: EMECE Edit, 1961; e capítulo em Iniguez, Angulo. *Historia del arte hispanoamericana*. (Capítulo sobre o Brasil de Buschiazzo). Barcelona: Salvat Edit. 1956, 3 v.; Bottineau, Yves. La transmission des sources architecturales vers le Brésil du XVIII siècle. *Colóquio Artes 25*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1975; Cali, François. *The art of the Conquistadors*. London: Thames and Hudson, 1960; Gasparini, Graziano. *América, barroco y arquitectura*. Caracas: Ernesto Armitano, 1972; e Gutierrez, Ramón. *Arquitectura y urbanismo en Iberoamérica*. Madrid: Edición Catedra, 1983. Outros mais apenas repetiram textos anteriores: Bottineau, Yves. *Baroque ibérique*. Fribourg: Office du livre, 1969; e Bottineau, Yves. *L'art baroque*. Paris: Ed. Mazenod, 1986; Tapié, Victor. *Barroco e classicismo*. Lisboa: Editora Presença, 1974, 2 v.; e Kubler, Georges; Soria, Martim. *Art and architecture in Spain and Portugal and their american dominions – 1500/1800*. Great Britain: Penguin Books, 1959.

**O significado da instrução pública na administração
da Província de Minas Gerais no século XIX**

Márcio Eurélio Rios de Carvalho

A província de Minas Gerais parece comprovar aquilo que a historiografia recente tem demonstrado no tocante à importância que a instrução pública ocupou no século XIX. Tem-se falado, por exemplo, nos equacionamentos da administração pública para desenvolver o nível de educação e instrução, tanto em Portugal como no Brasil, permitindo avaliações de que o “século da instrução” procurou, dentro dos limites possíveis, esparramar luzes e civilização aos indivíduos que nele viveram.¹ Ainda que a noção de “instrução” e sua institucionalização derivassem das reformas pombalinas de fins do século XVIII, “é certo que o conceito ganha toda a sua força e significado durante o período liberal, em função das concepções burguesas e ‘populares’ do ensino que então se divulgam”.²

¹ Cf. Torgal, Luís Reis. A instrução pública. In: Mattoso, José (Dir.). *História de Portugal*. v. 5: O Liberalismo. Lisboa: Estampa, 1998, p. 515-550.

² *Ibidem*. p. 515. Após a reforma pombalina de fins do século XVIII, os métodos e o conteúdo da educação coimbrã mudaram consideravelmente. Se até então o ensino, dirigido por Jesuítas, tinha como ênfase a teologia, esta virada de século permitiu um direcionamento para a história natural, a mineralogia, a botânica, química, física e matemática. Para um estudo dos brasileiros formados nesta universidade, antenados ao espírito iluminista de aplicar os conhecimentos científicos na prosperidade do Estado, veja o importante trabalho de Dias, Maria Odila da Silva. Aspectos da Ilustração no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 278, 1969; Boschi, Caio C. A Universidade de Coimbra e a formação das elites mineiras coloniais. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, 1991; bem como recente trabalho de Gauer, Ruth Maria Chittó. *A influência da Universidade de Coimbra na formação da nacionalidade brasileira*. 1995. Tese (Doutorado) - Universidade de Coimbra.

Tanto em Portugal quanto no Brasil se solidificou a idéia da diferença na acepção das palavras ‘instrução’ e ‘educação’. Em Portugal a primeira, mais delimitada, esteve sempre relacionada ao aprimoramento das faculdades intelectuais, enquanto a segunda, mais abrangente, dizia respeito a todos os meios de desenvolver as faculdades do homem. No Brasil, sob forte influência francesa, sobretudo atenta à distinção de Condorcet, a “instrução eram os conhecimentos positivos e certos dos quais o Estado era o despenseiro natural, enquanto que educação eram os sentimentos em assunto religioso e político, domínio reservado onde o Estado devia abster-se de ingressar, declarando-se independente”.³

É preciso lembrar que, diferentemente das regiões litorâneas, desde o início da colonização o sistema educacional esteve intimamente ligado às ordens e congregações religiosas, em Minas Gerais ele nasceu sob os auspícios do governo, sempre resistente ao estabelecimento de religiosos na capitania. Assim, ao ambiente doméstico e às câmaras municipais coube a responsabilidade dos encargos na área educacional, sendo comum em toda primeira metade do século XVIII a existência de requerimentos de solicitação de ordenados a professores contratados por elas, os quais ministravam as disciplinas básicas como gramática e latim.⁴ Por outro lado, após a criação do Bispado de Mariana em 1745, e mais precisamente após o estabelecimento do Seminário de Mariana em 1750 é indubitável a força que os religiosos terão no que diz respeito à organização e dinamização do ensino na capitania, estendendo-se pelo século XIX afora.⁵

Segundo Ilmar Rohloff de Mattos, nos anos que se seguiram à Abdicação do primeiro Imperador e, com mais força após os acontecimentos de 1842, os conservadores teriam associado o mundo eclesiástico às doutrinas que emperravam a difusão da ordem e da civilização, obrigando-os a “criar as condições para que o governo do Estado — isto é, os dirigentes leigos e civis — pudessem justificar o monopólio também da ação educacional”.⁶ Apesar deste movimento de consolidação de uma *ordem civil* a partir da terceira década do século XIX, com o debilitamento da burocracia militar e eclesiástica originária de Portugal, é preciso relativizar a sua difusão tendo em vista que em Minas Gerais, por exemplo, os religiosos, herdando da segunda metade do século XVIII a primazia do ensino, continuaram tendo bastante vigor durante todo o século XIX.

³ Mattos, Ilmar R. *O tempo saquarema*. Rio de Janeiro: Access, 1994. p. 252.

⁴ Boschi, Caio C. A Universidade de Coimbra e a formação das elites mineiras coloniais. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, 1991, p. 103. A importância das famílias no que diz respeito à questão educacional em Minas pode ser conferida em Carrato, José Ferreira. *Igreja, iluminismo e escolas mineiras coloniais*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1968.

⁵ A história do Seminário de Mariana no desenvolvimento do ensino em Minas pode ser conferida em: Trindade, Cônego Raimundo. *Breve notícia dos Seminários de Mariana*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1951.

⁶ Mattos, Ilmar R. *O tempo saquarema*. Rio de Janeiro: Access, 1994. p. 253.

É bem verdade que inúmeras vezes os Presidentes de província, tratando da separação entre os poderes temporal e religioso, procuravam estabelecer diferenças entre o civil e o eclesiástico. Assim, numa *Falla*⁷ dirigida à Assembléia Legislativa da Província de Minas Gerais em 1837 pelo então Presidente Antonio da Costa Pinto encontra-se de modo límpido esta dissociação que agora se tornava imperativo. Depois de lembrar que o primeiro estabelecimento de ensino em Minas Gerais — o Seminário N. S. da Boa Morte em Mariana, autorizado por licença régia em 12 de setembro de 1748, criado dois anos depois por D. Frei Manoel da Cruz — oscilava entre a prosperidade e a decadência, sendo reformado em 1821 pelo último Prelado, que “deo-lhe Estatutos para o bom regimen, e economia das Aulas, e para melhor administração dos bens”, o mesmo Presidente concluía:

parece indubitável, que este Estabelecimento é meramente episcopal. No entretanto, como elle está muito longe de ser verdadeiramente útil à mocidade, ou ella aspire ao Sacerdócio, ou ahi se prepare para freqüentar as Escolas maiores, convem que se reorganise quanto antes, e que seja posto em estado de aproveitar a uns, e a outros. Não basta que o Clero Mineiro se applique à Theologia, precisa de mais conhecimentos, que desenvolvendo suas faculdades intellectuaes, o torne habilitado para adquirir maior instrução, e satisfazer, principalmente na qualidade de Parochos, muitos encargos, de que são incumbidos pelas Leis Civis.⁸

⁷ A documentação referente à Presidência da Província de Minas Gerais foi largamente utilizada neste capítulo. Dela constam as mensagens dos Presidentes dirigidas à Assembléia Legislativa Provincial no início das legislaturas, e os relatórios dos diretores e vice-diretores gerais de instrução pública, depois de criado este cargo. Assim, optou-se por abreviar pelo termo *Falla* quando referentes aos Presidentes e enviadas à Assembléia e *Relatório* quando escrito pelos diretores e vice-diretores, especificando a data do documento. No entanto, a primeira citação de cada documento aparecerá por extenso, a título de exemplificação; as demais constarão da indicação “*Falla*” ou “*Relatório*”, o nome do Presidente ou diretor / vice, o ano em que foi escrito e a página do documento.

⁸ *Falla* dirigida à Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais, na Sessão ordinária do anno de 1837 pelo Presidente da Província Antonio da Costa Pinto. Ouro Preto: Typografia do Universal, 1837, p. 11 e 12. Neste relatório o Presidente dava os seguintes números de suas despesas: “Este estabelecimento possui bens moveis, e de raiz, adquiridos em diversas épocas por compras, e doações, e mesmo por subscrições, e esmolhas; o valor de todos os bens monta actualmente a 47:600\$000 réis; a receita do anno de 1835, incluidas as pensões dos Seminaristas, foi de 4:201\$411 réis, e a despesa de 4:069\$228 réis”. Num posterior relatório de 1852 é apontado que o montante de fazenda e escravo do mesmo Seminário sofrera alteração, comprometendo a receita do mesmo: “[Em 1851 houve] a venda de toda a escravatura de suas fazendas, cujo producto segundo me consta tem de ser empregado na compra de apólices da dívida pública; ficando assim convertido em fundo productivo, o que até agora estava sujeito as contingencias de administrações dispendiosas, e estéreis. Ficarão por este facto absolutamente improductivas as terras, que constituem a principal parte do Patrimônio do Seminário, pela falta de braços; sendo por isso urgente a necessidade de sua venda, ou no todo, ou em partes”. (*Relatório*, que sobre o estado da Instrução Publica e Particular da Província de Minas Geraes appresentou ao Illustríssimo e Excelentíssimo Senhor Doutor Luiz Antonio Barboza, muito digno Presidente da mesma Província, em 22 de fevereiro de 1852, o Vice-diretor Geral Chantre Antônio José Ribeiro Bhering. Ouro Preto: Typographia do Bom Senso, 1852, p. 4).

A fonte das verbas para custeio das disciplinas do Seminário de Mariana é reveladora do amparo a que cada uma estava sujeita. Das sete aulas existentes num certo ano, o presidente José Ricardo de Sá Rego afirmava que eram “3 pagas pelo Seminário — a de Theologia Moral, Rhetórica e Philosophia — e 4 pagas pelos cofres da província que vêm a ser a de Latim, Francez e Inglez, História e Geographia, Arithmetica, Álgebra e Geometria, e Theologia Dogmática”.⁹ No início de seu funcionamento as aulas ministradas eram apenas as de latim, retórica, lógica, teologia dogmática e teologia prática. Em 1854 o número de matérias sofreria aumento considerável: latim, francês, inglês, filosofia, geografia, história profana, matemáticas elementares, teologia moral, teologia dogmática, instituições canônicas, direito eclesiástico, história sagrada, história eclesiástica, liturgia e canto gregoriano.¹⁰

Em 3 de fevereiro de 1844, outro Presidente, Francisco José de Souza Soares d’Andréa, num jogo impressionante de pólos opostos deixava claro tal diferenciação ao demonstrar a necessidade de estabelecimento de um “colégio civil” que conseguisse demarcar nitidamente os objetivos deste em comparação, senão em contraste flagrante, ao ensino praticado nos estabelecimentos religiosos. No seu entendimento este colégio teria como função precípua educar jovens para todos os cargos da sociedade, “influindo nos seus educandos, em lugar do desprezo pelas cousas mundanas, a ambição por ellas; em lugar da humildade, a ambição da glória; em lugar do soffrimento, a constancia reflectida; em lugar do temor, a audácia; em lugar do recolhimento e a oração, a actividade e o trabalho”. Desta forma a linha de separação entre o território do religioso e do civil deveria ser respeitada tendo em vista os objetivos práticos a que deveria estar sujeita uma instituição voltada para o engrandecimento das coisas propensas a desenvolver o Estado no seu processo de constituição. A ultrapassagem desta divisória teria como resultado a confluência de dois mundos que não poderiam se colidir, porque “da sua mistura ou hão de sahir sacerdotes os homens do mundo, ou homens do mundo os sacerdotes”.¹¹ Propunha aquilo que, no seu entendimento, significava dois modos distintos de civilizar a mocidade: a educação e manutença, por um lado, e a instrução, por outro. A primeira deveria ser imputada a um *pedagogo* capaz de governar uma casa, cujas horas de estudo, de descanso, de atividade física, recreio etc. estariam rigidamente controladas, para despertar nos indivíduos o hábito de separar o momento certo para tal ou qual atividade a ser executada. A segunda, por outro lado, caberia aos *Mestres*

⁹ *Relatório*. José Ricardo de Sá Rego, 1851, p. 8.

¹⁰ *Relatório*. Chantre Antônio José Ribeiro Bhering, (Vice-diretor), 1854, p. 5-6.

¹¹ *Falla*. Francisco José de Souza Soares d’Andréa, 1844, p. 31.

que nada devem ter com o Collegio, embora tenham aposentos no mesmo edificio em que estiverem as aulas, bem que o contrário será mais conveniente. As aulas devem ser, ou em outro edificio, e isto é o melhor, ou sendo no mesmo, separadas inteiramente, e de tal modo que os collegiaes não possam ir a ellas senão sahindo à rua, e a uma hora determinada. Convém tirar a taes estabelecimentos toda a idéa de reclusão.¹²

A associação corrente entre o ensino e sua applicabilidade em outras instâncias da sociedade é lugar comum nos relatórios dos presidentes de província aqui examinados, desde a abertura da 1ª Sessão da Assembléa Legislativa até os finais do Império. Para ficar naquele exemplo de 1837, o presidente Costa Pinto iniciava esta sua *Falla* dizendo que

Se por um lado a instrução é indispensável em uma Sociedade bem regulada, para que o homem possa apreciar devidamente seus imprescriptiveis direitos, e os deveres correlativos, que tem de cumprir; por outro não é menos essencial, reflectindo-se que, sem ella, impossivel é desenvolver-se a industria em todos os ramos, de que se compõem, e alimentar-se o amor ao trabalho, que, entre outras causas, mais effcazmente contribuirão para darem ao Paiz duradoura tranquillidade, riquezas, estabilidade em suas Instituições; em summa a felicidade Social.¹³

Esse pragmatismo reveste-se de formas e exemplos corriqueiros, desde o planejamento dos lugares mais acessíveis ao estabelecimento de escolas, sempre procurando centralizar na capital da província, alegando dificuldades de manutenção de escolas espalhadas por todo o território provincial, até na demarcação do número de disciplinas e alunos que deveriam compor as escolas.¹⁴ Em 1827, alguns anos antes do funcionamento contínuo do poder provincial, Bernardo Pereira de Vasconcellos, eleito Deputado geral por Minas Gerais desde 1826 e acumulando o mandato

¹² *Falla*. Francisco José de Souza Soares d'Andréa, 1844, p. 32.

¹³ *Falla*. Antonio da Costa Pinto, 1837, p. 6.

¹⁴ Desde as primeiras leis do ensino em Minas Gerais (lei nº 13 de 28/03/1834, Reg. Nº 3 de 22/04/1835) ficara estabelecido que as escolas deveriam receber a seguinte ordenação: "De 2º grão e de meninos nas cidades e villas; de 1º nas povoações em que, havendo mais de 500 habitantes livres, de ambos os sexos, comprehendidos os arredores na distancia de um quarto de legoa, podesse haver no mínimo uma freqüência habitual de 24 alumnos". (Ribeiro, Joaquim Cypriano. *Índice alfabético, noticia histórica e consolidação de leis mineiras*. Disposições regulamentares e ordens relativas a diversos ramos do serviço provincial desde 1835, incluindo copioso supplemento da legislação geral. Ouro Preto: Typographia de Carlos G. Andrade, 1883, p. 499-500).

com o do Conselho de Governo mineiro, não via muita utilidade nas línguas mortas, por sua pequena absorção prática na sociedade. Ele dizia ao Conselho Geral da província:

Attentem os Concelhos que o conhecimento da lingua Latina só conspira a fazer-nos conhecer alguns homens de gênio da antiguidade, cujas obras se podem ler hoje nas lingoas vivas, em que forão traduzidas; que o estudo desta lingua he verdadeiramente de luxo; e que a principal obrigação do governo he ministrar com preferêcia aos povos os meios da instrucção necessária, e estes nos faltão.¹⁵

Antecipando sobre a necessidade de organização do ensino público na província, que mais tarde caberia às Assembléias Legislativas, ele afirmava que a Assembléia Geral já teria autorizado aos “Concelhos dos Governos Provinciaes para que com audiência das Câmaras creassem escolas de primeiras letras, que fossem necessárias”; e alertava sobre o estado em que se encontrava o ensino na província, buscando no passado a culpa para tal desleixo: “os dinheiros públicos em outro tempo erão com preferêcia empregados em desserviço da Nação de que sobravão para a Instrucção pública”. Não deixava, contudo, de defender sua organização às instâncias regionais de poder, ao invocar a melhor forma de regularizá-lo:

para que os Mestres cumprissem exactamente os seus deveres, não só podem suspende-los os Presidentes em Concelho, mas deve ser perante elles, e o publico examinados. He portanto de esperar, que o dinheiro, o favor e a intriga não destrubão mais tão emportantes Empregos, e que os Mestres se applicuem assiduamente ao ensino da mocidade, como lhes cumpre.¹⁶

Esta carta é exemplar daquilo que mais tarde iria se esboçar na lei de 1835, imputando às províncias a responsabilidade sobre o ensino primário e secundário, e ao Governo geral a responsabilidade sobre o ensino superior e a instrucção geral na região da Corte. Prova disso são as suas considerações sobre o ensino jurídico no Império. Ainda que admitindo sua criação em São Paulo e Olinda, dizia que sua “opinião foi pela criação de hum só curso jurídico na Corte,

¹⁵ Vasconcellos, Bernardo P. de. Carta aos Senhores eleitores da Província de Minas Gerais. *Revista do Archivo Publico Mineiro*, Ano IX, Fasc. III e IV, jul./dez. 1904, p. 237.

¹⁶ Vasconcellos, Bernardo P. de. Carta aos Senhores eleitores da Província de Minas Gerais. *Revista do Archivo Publico Mineiro*, Ano IX, Fasc. III e IV, jul./dez. 1904, p. 237.

e havendo-se de criar mais de hum, insisti, que se estabelecesse hum em S. João d'El-Rei".¹⁷ Se seus adversários propugnavam o estabelecimento de cursos longe das grandes capitais e da Corte, no interior, ele, ao contrário, vai enumerar uma série de razões que justificariam a necessidade de tais cursos centralizados lá. São "nas circunstancias, em que actualmente se acha o Brasil", os motivos que o referendam porque é

o local onde se pode por ora dar o maior impulso a este, e a outros gêneros de instituições, para daqui se propagarem até os confins da nossa terra; bem como para aqui se transplantao os vegetaes exóticos, e depois de aclimatados em hum Jardim Botânico, são mudados para S. Paulo, para Minas, Rio Grande do Sul, e para as Províncias do Norte. (...) Por ventura, se o primeiro Jardim de plantas exóticas tivesse sido formado em S. Paulo ou Minas, teria feito estes progressos, teria vingado? Duvido muito.¹⁸

Contrariando seus opositores que, segundo ele, acusavam "de falsa a [sua] asserção de que nesta corte gozava-se de mais liberdade do que nas províncias", ele dizia:

E como vivem os cidadãos nas Províncias, principalmente aquelles, em que se descobre merecimento? Vigíados, e espreitados de perto: sempre silenciosos, tímidos, e de tal sorte acautelados, que nem ao menos arriscao huma só expressão, que possa ser interpretada, e torcida para outro sentido: pois logo que ousa tocar na Administração, he hum libertino, hum Republicano, hum revolucionário, hum demagogo. (...) E qual há de ser o Homem de Letras, que há de deixar o seu domicilio, onde tem os meios de subsistir, para hir viver em hum Paiz sem communicação, e sujeitar-se às intrigas das terras pequenas, e dos caprichos de hum Presidente e aos despotismos de hum Governador militar?¹⁹

É interessante esta sua inversão: as províncias não são vistas como lugares propensos à liberdade, entendida como pouco administrada ou regulada por um poder forte, e sim vigiadas e controladas bem mais que a Corte. Finalmente concorda que se não for possível a criação do referido curso no Rio de Janeiro,

¹⁷ Ibidem. p. 238.

¹⁸ Ibidem. p. 239.

¹⁹ Vasconcellos, Bernardo P. de. Carta aos Senhores eleitores da Província de Minas Gerais. *Revista do Archivo Publico Mineiro*, Ano IX, Fasc. III e IV, jul./dez. 1904, p. 239-240.

eu digo que a Província de Minas apresenta outras circunstancias infinitamente mais vantajosas em muitas de suas Cidades, ou Villas respeitáveis pela sua população, riqueza, civilização, recursos, salubridade, abundancia, etc. Basta saber-se que a Província de Minas só por si contém a sexta, e talvez a quinta parte da população de todo o Brasil. Alli o numero dos Literatos he incomparavelmente maior que o da Província de S. Paulo: alli há outros recursos, outra riqueza, outras circunstancias, que não podem concorrer na Cidade de S. Paulo. Até passa como verdade incontestável, que he uma das Províncias do Brasil, onde melhor se falla a lingua Portugueza.²⁰

Esta digressão aos escritos de Bernardo P. de Vasconcellos permite-nos continuar na avaliação que se fazia, entre os legisladores, a respeito do ensino público no Império. Como se nota, a incumbência de organização e planejamento do ensino ao poder regional estava se formando alguns anos antes da formação definitiva deste poder. A primeira lei do ensino na província, de 28 de março de 1834, nasce prematuramente ao que meses depois teria forma acabada com o Ato Adicional à Constituição do Império, de 12 de agosto deste ano. Neste é estipulado no artigo 10, parágrafo 2º que às Assembléias Legislativas provinciais caberia legislar

sobre instrução publica e estabelecimentos próprios a promover-a, não compreendendo as faculdades de Medicina, os Cursos Jurídicos, Academias actualmente existentes e outros quaesquer estabelecimentos de instrução que para o futuro forem creados por lei geral.²¹

Neste artigo, no parágrafo 5º, está inserto que às Assembléias caberiam também legislar

sobre a fixação das despesas municipaes e provinciaes, e os impostos para ellas necessários, com tanto que estes não prejudiquem as imposições geraes do Estado. As Câmaras poderão propor os meios de occorrer às despesas dos seus municípios.

Sendo que as “despesas provinciaes serão fixadas sobre orçamento do Presidente da Província, e as municipaes sobre orçamento das respectivas Câmaras”.²² Se anteriormente competiria ao município determinar impostos, arrecadar as rendas locais, tendo as Câmaras a obrigação de

²⁰ Ibidem. p. 241.

²¹ Lei nº 16 – de 12 de agosto de 1834. Faz algumas alterações a addições à Constituição Política do Império, nos termos da lei de 12 de outubro de 1832. In: Coleccção das Leis do Império do Brasil, p. 17.

²² Idem.

anualmente prestar contas de seus recursos aos provedores de comarca, a regionalização do poder que dava seus primeiros sinais com os Conselhos Gerais das Províncias promoveu significativa limitação no poder das Câmaras municipais na medida em que lhes deixou com escassos recursos para atender suas atribuições, admitindo, todavia, que em caso de insuficiência considerável destes recursos elas pudessem recorrer aos Conselhos Gerais, que encaminhavam o pedido ao Presidente de Província, que também o encaminharia ao Poder Executivo, para depois de aprovado pela Assembléia Geral receber a sanção do Imperador.

A preocupação dos dirigentes imperiais com a instrução pública, perceptível naqueles números das despesas provinciais, revela o significado dado à questão que, no dizer de um historiador contemporâneo, foi “uma das maneiras, por vezes a mais significativa, de construir a relação entre o Estado e a Casa e de forjar a unidade do Império”.²³ No seu entendimento, o nexos existente no século XIX entre a política de instrução pública e a construção do Estado Imperial foi nada mais que o movimento de constituição da classe senhorial, possibilitando a formação de mecanismos imprescindíveis para a expansão desta mesma classe.

Problemas foram apontados por diversos indivíduos que tiveram o prazer de sentar num banco de escola. As memórias de Francisco Ferreira de Rezende nos informam sobre o estado da instrução pública na província:

ainda alguns anos depois da nossa independência, a instrução pública em Minas era extremamente limitada; pois que além de algumas escolas de primeiras letras, que aqui e ali se encontravam e de dois colégios dirigidos por padres e dos quais, um se achava estabelecido em Congonhas do Campo e o outro no Caraça, quase que em toda a província não existia outro qualquer estabelecimento de instrução secundária, que não fosse o seminário de Mariana em que se preparavam os padres, e uma simples cadeira de latim em algumas das principais vilas da província.²⁴

Se a frequência era examinada pelos organizadores do ensino público como um mal que precisava ser estirpado, é este mesmo memorialista quem nos dá uma visão, um tanto quanto contrastiva em relação à região da Corte,²⁵ quanto à presença significativa de alunos em Minas Gerais:

²³ Mattos, Ilmar R. *O tempo saquarema*, 1994, p. 245.

²⁴ Rezende, Francisco de Paula Ferreira de. *Minhas recordações*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988, p. 193.

²⁵ Mattos, Ilmar R. *O tempo saquarema*, 1994, p. 259.

a freqüência era muito grande; pois que a matrícula era de cento e muitos meninos. O ensino se fazia por classes, e como o mestre não tinha tempo para pessoalmente se ocupar de tantos meninos, as classes inferiores eram mais ou menos desprezadas e bem pouco se adiantavam.²⁶

Aparecem, no entanto, com certa regularidade nas fontes administrativas, os diversos entraves a que o ensino público estava sujeito para o seu efetivo funcionamento: as péssimas condições dos prédios que serviam como lugares de ensino, os parques ordenados e incapacidade dos mestres, a omissão dos pais de família na educação de seus filhos. Quanto a este último problema um presidente relatava em 1840 que havia “ainda a educação viciosa de algumas casas de família ou seja por descuido e indiferença de seus chefes ou pela triste necessidade de confiarem seus filhos aos cuidados dos escravos, que jamais poderão inspirar-lhe sentimentos generosos”.²⁷

Nos Relatórios dos presidentes de província aqui examinados fica patente a diferenciação entre homens e mulheres em tudo que dizia respeito ao ingresso nas escolas, bem como um notável crescimento da freqüência de alunos a cada ano. Em virtude da lei nº 13 de 28 de março de 1835, já comentada, existia na província 100 escolas de 1º grau, 29 do 2º grau e 14 para meninas. Em 1836 o presidente Manoel Dias Toledo aponta 3.000 alunos de 1º e 2º graus; em 1837 o total de alunos freqüentes perfazia 3.111 do 1º grau, 1476 do 2º, num total de 4.587, com pequeno número de meninas “por que, além de faltarem geralmente commodos para elas, em lugares separados, há, da parte dos pais, ou educadores, alguma repugnância, em tê-las entre meninos”.²⁸ Em 1839 Bernardo Jacinto da Veiga dá 5.918, outro presidente falava em 6.000 no ano de 1840, em 1844: 5.700, em 1846: 4.614, em 1847: 5.321, em 1848: 5.523, em 1849: 7.546, em 1850: 8.770, em 1853: 11.821, 1855: 14.857, e assim aumentando progressivamente. Nota-se, todavia, uma redução do número de alunos freqüentes nos anos que se seguiram à Revolução de 1842, obrigando-nos a imputar ao episódio certo recuo dos mesmos, e por que não, uma ligeira transformação do ensino na província.²⁹

²⁶ Rezende, Francisco de Paula Ferreira de. *Minhas recordações*, 1988, p. 152 apud: Mattos, Ilmar R. *O tempo saquarema*, 1994, p. 259.

²⁷ *Falla*. Bernardo Jacintho da Veiga, 1840, p. 37.

²⁸ *Falla*. Antonio da Costa Pinto, 1837, p. 6.

²⁹ Foi observado, por exemplo, que em virtude desta rebelião o quadro dos docentes sofreu significativa alteração na província. A perseguição aos liberais adquiriu concretude com a demissão do professorado envolvido, ou supostamente envolvido, no levante. O padre José Antônio Marinho, professor em São João d'El-Rei, foi o primeiro a ser suspenso por seis meses em 20 de junho de 1842, para ser definitivamente demitido em 23 de dezembro deste ano. Depois dele a lista é extensa.

Era impossível a formação de professoras nestes anos iniciais de organização do ensino público tendo em vista que só a partir da lei de 15 de outubro de 1827 foram franqueadas “as aulas públicas ao bello sexo”.³⁰ Às vezes a desculpa quanto à impossibilidade do provimento de cadeiras destinadas ao sexo feminino era “o natural acanhamento que se observa nas senhoras do mesmo país para o exercício das funções públicas”.³¹ Um presidente relatava em 1840 que muitas senhoras havia na província aptas a desempenharem a profissão do magistério, mas “outras imperiosas obrigações inerentes ao seu estado, e o mesmo acanhamento, que lhes é natural, de ordinário as inibem de aceitar um Emprego Público, que deve absorver-lhes grande parte do tempo, e sujeitá-las à fiscalização de diversas autoridades”.³²

Nestas circunstâncias o sexo feminino era discriminado “tanto pelas condições de acesso e permanência, como pelo tipo de formação escolar oferecido, pautada que foi em um currículo diferenciado e restrito à instrução primária, ao ensino de primeiras letras”.³³ Segundo Diva Muniz uma série de entraves dificultaram o acesso das meninas aos bancos escolares, justificados pelas autoridades públicas em função da resistência dos pais, pouco número de meninas, ausência de

Para ficar em alguns exemplos podemos citar os que foram *suspensos*: Manuel Pereira de Moura, de São José do Xopotó, Antônio Mariano Pereira Pimentel, de São João d'El-Rei, Antônio Lucas Chaves, de Barbacena, Joaquim de Melo Franco Bueno (Paracatu), Gervásio José da Silva Braga (arraial de Saúde), Silvério Augusto de Araújo (Sabará), Henrique Brutus Theubaut (Barbacena), Manuel José Seabra; outros foram *demitidos e exonerados*: Antônio de Araújo Lobato (Congonhas do Sabará), Francisco Peixoto de Melo (Antônio Dias), João Batista Carneiro (Paracatu), Fidélis César da Fonseca (Bom Despacho), Reverendo Antônio de Souza Camargo (Contagem), Reverendo Adriano de Araújo Vale (Lagoa Santa), Inácio Bartolomeu Pereira (Rio do Peixe), Joaquim José Fulgêncio Carlos da Costa (São José), Antônio Luiz Chaves (Barbacena), Fidélis Gervásio Firmino de Oliveira Ribeiro (Curvelo), Boaventura Hardy (Campanha); foram *suspensos para serem processados*: Fernando Vaz de Melo e Calixto José Arieira. “Estas suspensões foram feitas por Portaria de 26 de outubro de 1842, constantes do Código P. 304, fls. 76, 76v”. Após o ano de 1844, em Ministério Liberal, diversos professores foram reintegrados em seus cargos: Reverendo Antônio José Ribeiro Bhering e José de Souza e Silva Roussin (Cadeiras de Retórica e Filosofia em Mariana), Padre Adriano Araújo Vale (Instrução Primária em Lagoa Santa), Cônego Miguel Arcanjo da Encarnação (Latim de Mariana), Manoel José Seabra (Congonhas do Campo), Roberto Martel. Também houve demissões de delegados dos Círculos Literários: Basílio de Araújo da Cunha e Alvarenga (14º círculo) e Daniel de Araújo Vale (3º círculo). (Mourão, Paulo Krügger C. *O ensino em Minas Gerais no tempo do Império*. Belo Horizonte: Centro Regional de Pesquisas Educacionais, 1959, p. 28-31). Alguns números foram extraídos em Moacyr, Primitivo. *A instrução e as províncias*, 1940 e no *Relatório*. José Ricardo de Sá Rego, 1851, p. 8.

³⁰ *Falla*. Antonio da Costa Pinto, 1837, p. 36.

³¹ *Falla*. José Cesário de Miranda Horta, 1838 apud: Moacyr, Primitivo. *A instrução e as províncias*, 1940, p. 74.

³² *Falla*. Bernardo Jacintho da Veiga, 1840, p. 37.

³³ Muniz, Diva do Couto Gontijo. Construindo diferenças: a escolarização de meninos e meninas nas minas oitocentistas (1834-1889). In: Lopes, Ana Amélia Borges de Magalhães, et al. (Org.). *História da educação em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fumec, 2002, p. 304.

professoras, etc. Junte-se a isto as fortes condições cerceadoras presentes na lei de 1835 que restringia a criação de escolas para educação feminina às vilas e cidades, enquanto para os meninos exigia-se apenas, para abertura de escolas primárias de 1º grau, um número mínimo de 500 habitantes, e para escolas primárias de 1º e 2º graus, as vilas e cidades. O resultado não podia ser outro, senão a impossibilidade de acesso das meninas às aulas públicas nos arraiais e povoados menores.³⁴ Isto para não mencionar os limites impostos à escolarização de nível primário numa sociedade que direcionava a formação das meninas ao desempenho das atividades do lar.

Apenas em 1878/1879 foi facultado a elas o acesso à instrução primária de 2º grau, assim mesmo acrescentando em seus currículos “o ensino de trabalhos d’agulha e economia doméstica”, configurando um traço diferenciador e hierarquizador em relação ao sexo masculino. O que comprova, nas palavras da autora, uma diferenciação marcante entre os sexos na medida em que a administração pública procurou desde 1827 dar aos homens os meios para

prepará-los para o mundo do trabalho, para o pleno trânsito no espaço público considerado de domínio masculino; para as meninas, independente da sua condição social, uma barreira para mantê-las nos limites dos domínios “ditos” femininos, os espaços “sagrados” de seus lares.³⁵

Torna-se comum neste período que sucede à organização do sistema educacional pelas Assembléias Legislativas a forte diferenciação entre homens e mulheres em tudo que dizia respeito à escolarização. Os presidentes da província de Minas lembravam com certa regularidade que ao ensino para mulheres caberia somente aquilo que lhes convinha enquanto “criada de si, e de seu marido”; uma educação limitada a “ler, escrever, e contar até as quatro primeiras espécies de Aritmética, e todos os mais trabalhos de huma mulher no interior de sua casa”. Sua aprendizagem deveria ser similar a do homem no que diz respeito à “Doutrina Christã por um só cathecismo determinado pelo Governo”, bem como por um outro “cathecismo civil” que

³⁴ Ibidem. p. 308.

³⁵ Muniz, Diva do Couto Gontijo. Construindo diferenças: a escolarização de meninos e meninas nas minas oitocentistas (1834-1889). In: Lopes, Ana Amélia Borges de Magalhães, et al. (Org.). *História da educação em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fumec, 2002, p. 318.

deve ser seguido de hum código em forma de Regulamento, em que se declarem simplesmente os castigos correspondentes aos crimes. De taes cathecismos devem banir-se as palavras enganadoras de liberdade, e igualdade com que se costuma engodar o povo rude, por que essas liberdades, e igualdades ninguém as deve tomar por si mesmo. As authorities, he que devem ser obrigadas a sustentá-las em virtude da lei.³⁶

A maneira como o presidente Francisco Soares D'Andrea se esquivava ao tratar abstratamente “essas liberdades e igualdades”, utilizando-se de um pronome demonstrativo seguido de substantivos no plural parece dizer tudo, como também a sua restrição de que tais assuntos são de responsabilidade do mundo do governo. Atento às suas maneiras de justificar as diversas possibilidades para as pessoas adquirirem conhecimentos destinados às funções “mais altas na sociedade”, quais sejam os “seus meios, talentos ou condição”, parece-nos que seus comentários serviriam de inspiração para posteriores crônicas machadianas, em que valores como aparência, moderação e publicidade tomavam significados expressivos para aquisição de altos cargos sociais. Em princípios da década de 40 do século XIX, todavia, ainda não estava firmada a significativa importância que os juízos de opiniões alheias dariam ao convívio social. Mais para o terceiro quartel do século os critérios de honra, prestígio cederiam lugar definitivamente para os valores antenados à projeção que o público daria ao indivíduo, quando entram em cena com mais assiduidade o jornal, a praça pública e o mercado. Aí se solidifica com toda força o critério da opinião pública como força basilar das relações sociais, ironicamente criticada em diversos contos de Machado de Assis, e que tem na “Teoria do Medalhão”, um diálogo de um pai treinando seu filho para a vida pública, seu registro maior. Mais do que o talento ou convicção individual, os usos de frases prontas, a aparência e a exposição pública seriam os ingredientes para o ingresso e perpetuação numa boa carreira.

A instrução primária parece ter ocupado lugar privilegiado da administração pública, que via nela a base de sustentação do edifício social, ao passo que a secundária esteve sempre relacionada “aos homens das classes mais abastadas, e que se não destinão aos officios mecânicos, ou aos trabalhos braçaes da lavoura, e outros uzos ou serviços grosseiros, e corporaes da sociedade”.³⁷ O juízo que faz Alexandre Joaquim de Siqueira na abertura da Assembléia Legislativa Provincial de 25 de março de 1850 quanto ao ensino secundário resume bem a avaliação que os administradores públicos nutriam quanto a esta fase da instrução pública:

³⁶ *Falla*. Francisco José de Souza Soares d'Andréa, 1843, p. 24-25.

³⁷ *Falla*. Francisco José de Souza Soares d'Andréa, 1843, p. 25.

Nem sabemos (...) se compensados estão os sacrifícios feitos pela província com esses onerosos legados dos tempos colômbiaes, umas, e copias feis delles outras; nem dado ainda que dessas disciplinas assim ensinadas sem um centro de unidade e longe da acção do governo se colhesse o possível resultado, o que lucra a província com semelhante educação imperfeita? Augmentar a chusma dos famélicos pretendentes aos empregos públicos, deslocando assim numerosos braços, que podião ser utilizados nos diversos ramos da industria.³⁸

É escusado dizer que somente as pessoas livres poderiam frequentar as escolas públicas, como se depreende desde o primeiro relatório (1835) apresentado em março à Assembléa Legislativa pelo então presidente Bernardo Pereira de Vasconcelos, dando as linhas gerais da instrução pública na província.

Se por um lado a regionalização do poder permitiu que se estreitassem os laços entre o ensino público e a Assembléa Legislativa em seu processo de organização, por outro, continuava estabelecido o intercâmbio entre esta instância e o governo geral, não desprezando também o apoio das localidades. A ligação com o centro se dava via presidente de província, cujo cargo fora estabelecido alguns anos antes pelo artigo 165 da Constituição, mas que tem suas atribuições claramente definidas pela lei nº 40 de 3 de outubro de 1834, meses depois do Ato Adicional. Da conexão entre poder provincial e este representante do centro fica evidenciada certa hierarquia entre os dirigentes na definição de uma direção administrativa.³⁹ De outro lado, a relação com o poder local também é tacitamente reconhecida, uma vez que as câmaras deviam colaborar nas tarefas do ensino, seja pelo interesse de ver estabelecida escola de instrução primária nas municipalidades, seja fiscalizando as atividades educacionais.⁴⁰

A hierarquia na organização do ensino era nítida. Ao Ministro do Império deveria os Presidentes prestar “contas” do estado atual do ensino nas províncias. Nelas, abaixo desta autoridade estavam os delegados de ensino, os visitantes e os diretores das escolas. Aos delegados competia nomear visitantes das escolas, suspender professores em caso de necessidade e, quando o governo não o fizesse, deveriam nomear substitutos de 1º e 2º graus.

³⁸ *Relatório*. Alexandre Joaquim de Siqueira, 1850, p. 16.

³⁹ Mattos, Ilmar R. *O tempo saquarema*, 1994, p. 244.

⁴⁰ Mourão, Paulo Krügger C. *O ensino em Minas Gerais no tempo do Império*. Belo Horizonte: Centro Regional de Pesquisas Educacionais, 1959, p. 10.

Diversos expedientes foram tomados pelo governo provincial — Assembléia e Presidente de província — na tentativa de regularizar o bom andamento dos trabalhos administrativos com relação ao ensino público. Desde 1840 aparecia a idéia de criação de uma Inspetoria de Instrução Pública graças à ida de dois jovens mineiros, Francisco de Assis Peregrino e Fernando Vaz de Mello, contratados em 1835 para estudar na França, com o objetivo de normatizar o ensino na província através, sobretudo, da criação de uma Escola Normal. Assis Peregrino, em relatório circunstanciado sobre a educação primária, apresentou ao governo mineiro diversas sugestões quanto ao melhor método a ser adotado nas escolas públicas para aprimoramento do ensino.⁴¹ Em suas Memórias, submetidas para avaliação do governo provincial, o autor defende a adoção do método de ensino simultâneo, baseado no sistema de ensino das Escolas de Paris, no *Manual de ensino simultâneo* de M. M. Lamotte e Lamain, o primeiro Inspetor especial da instrução primária do Departamento do Sena, e o segundo Provisor do Colégio Real de S. Luiz, bem como no *Manual de ensino mútuo* de dois membros da Universidade de Paris.⁴²

⁴¹ Diferentes métodos foram experimentados em Minas Gerais para aprimoramento do ensino público durante todo o século XIX. Até a Independência generalizou-se na província a aplicação do método didático *individual*: “o professor argüia os alunos de um em um, cada qual com seu livro, sua lição, seu tempo exíguo”. Sob influência francesa e com o aumento do número de alunos e escolas foi adotado o método de ensino *mútuo*: “o professor ensinava aos melhores alunos, chamados monitores ou decuriões, e delegava-lhes a missão de transmitir aos outros alunos, em grupos de dez, o que tinham aprendido, com a autoridade e as atribuições de professor, com o direito, inclusive, de premiar e castigar”. Este método foi difundido por Joseph Lancaster em diversos países da Europa, durando quinze anos na legislação brasileira. Foi tentado também o método *simultâneo*: “os alunos eram divididos em grupos que usavam os mesmos livros e davam as mesmas lições, diretamente ao professor, e toda a escola era mantida em trabalho”. Problemas de vária natureza foram detectados pelos dirigentes do ensino na província procurando solucionar os impasses advindos da aplicação destes métodos, dando margem para a utilização de um outro método que reunisse os saldos positivos de cada um. Toma organicidade a prática do método *misto* que “reuniria ensino individual, grupos, monitores; mas ao professor caberia dirigir-se aos alunos, individualmente ou em grupos, para as lições, os exercícios, a aplicação da disciplina. Aos monitores caberia apenas auxiliar o mestre”. Tal método foi largamente utilizado na *Escola Normal* que iniciara suas atividades na Capital da província em 1840 – pertencendo ao Colégio Nossa Senhora da Assunção da Imperial Cidade de Ouro Preto, o primeiro estabelecimento de ensino secundário da província – sendo fechada em 10 de dezembro de 1842 e reaberta em princípios de 1847 sob a direção do professor Antônio José Ozório de Pina Leitão. As citações estão em Menegale, Heli. A instrução. In: CESAR, Guilhermino (Org.). *Minas Gerais: terra e povo*. Porto Alegre: Globo, 1970, p. 130. As informações sobre os métodos e a Escola Normal podem receber melhor detalhamento em Mourão, Paulo Krügger C. *O ensino em Minas Gerais no tempo do Império*. Belo Horizonte: Centro Regional de Pesquisas Educacionais, 1959, p. 18-27, 32-36, 37-42, 390-392.

⁴² *Falla*. Bernardo Jacintho da Veiga, 1840, p. 38.

Depois de extensamente diferenciar os métodos propostos e tratar dos meios disciplinares, dos castigos e recompensas aos alunos, do arranjo material das aulas, o autor enumera, dentre outras, as seguintes medidas legislativas que seriam eficazes para o progresso do ensino em Minas: 1º) a transferência das atribuições dos Delegados para as Câmaras municipais e por Conselhos locais compostos pelo Juiz de Paz, um pároco ou capelão, e outro indivíduo de destaque da localidade; 2º) a criação de uma Inspeção de Instrução pública na Capital da província para exercer as funções até então de responsabilidade estrita do governo.⁴³

Em 1846 estaria adotado na província o método simultâneo proposto por Francisco de Assis Peregrino.⁴⁴ Neste ano o presidente Quintiliano José da Silva informava ao poder legislativo que nos lugares onde estiverem criadas escolas de 1º e 2º graus haveria uma Comissão Local de Inspeção composta por, no mínimo, três indivíduos, tal qual sugerida por Assis Peregrino, com a competência de inspecionar as escolas públicas ou particulares, velar pela salubridade escolar e disciplinas, apresentar relatório minucioso contendo informações sobre meninos que não frequentassem nenhuma destas escolas, encaminhar ao delegado informações sobre objetos necessários ao ensino, verificar a capacidade dos mestres particulares e, com autorização do delegado, conceder licenças para abrirem escolas.⁴⁵

Este processo, todavia, vinha se arrastando desde anos anteriores, aparecendo, por exemplo, no relatório presidencial de Francisco Soares D'Andréa (1843), em que ele discorria sobre a necessidade de uma organização mais sólida do ensino na província a partir da criação de um Inspetor Geral dos Estudos que teria a função de averiguar, em diferentes ocasiões do ano, o funcionamento regular das escolas. Segundo ele a divisão da província por círculos literários com apenas um delegado em cada círculo incumbido de visitar os estabelecimentos de ensino e prestar as informações corretas sobre o estado da instrução não era suficiente, “visto o pequeno interesse, que realmente tem, devemos crer que mais da metade também assignão de cruz sobre os mappas dados pelos mestres, mappas que raras vezes terão sido conferidos, fazendo-se a chamada dos discípulos”.⁴⁶ Neste sentido a criação de tal inspetor era, no seu entendimento, extremamente

⁴³ Falla. Bernardo Jacintho da Veiga, 1840, p. 44-45.

⁴⁴ Moacyr, Primitivo. *A instrução e as províncias*, 1940, p. 81.

⁴⁵ Moacyr, Primitivo. *A instrução e as províncias*, 1940, p. 82.

⁴⁶ Falla. Francisco José de Souza Soares d'Andréa, 1843, p. 27-28. A província de Minas era dividida por círculos literários, cujas sedes ficavam nas vilas e cidades mais importantes. Inicialmente havia 15 círculos, depois foi criado mais um, ficando a divisão estabelecida em 16 círculos. Em fins do Império a divisão alcançou o número de 20 círculos literários. Segue a lista dos círculos com apenas a denominação de sua sede, em virtude das inúmeras localidades a eles pertencentes. 1º círculo:

necessária para a confecção de resultados mais corretos sobre o estado da educação nas diferentes vilas. A concretização deste seu desejo de tornar as informações sobre o estado das escolas mais confiáveis deu-se, portanto, três anos depois, consolidando-se com a criação do cargo de diretor que ficava encarregado de apresentar relatório detalhado sobre a frequência dos alunos, número de estabelecimentos criados e suprimidos, desempenho dos mestres em seus trabalhos diários, etc.

A aproximação entre a presidência e o magistério público da província deu-se mais regularmente com a criação deste emprego de Diretor Geral da Instrução Pública pela lei nº 435 de 19 de outubro de 1848, que recebia vencimentos anuais de 1:600\$000, sendo substituído pelo vice-diretor em caso de impedimento daquele. Em 1851, pela lei nº 516 de 10 de setembro, foi ampliado o poder do presidente de província em matéria de instrução pública, “podendo estabelecer quaisquer empregos, crear e supprimir escolas de primeiras letras e aulas de ensino secundário”.⁴⁷ A partir da criação daquele cargo de Diretor de Instrução Pública as fontes sobre a instrução na província vão crescer consideravelmente, vindo estes relatórios anexados ao relatório presidencial.

Depois de propor à Assembléia Legislativa a criação de um Liceu na capital e da Diretoria de Instrução na província, esta última com aprovação do legislativo provincial, o então presidente em exercício desde 1848, Bernardino Jorge Queiroz, especificava como funções do Diretor Geral da Instrução Pública a inspeção de todas as aulas e estabelecimentos de instrução da província, a obrigação de enviar à Assembléia um relatório expondo as medidas úteis para a regularidade e aproveitamento do ensino, a íntima comunicação com o governo e os delegados dos círculos em todo assunto atinente ao tema da instrução pública.

Desde a lei nº 13 de 28 de março de 1835 foi fixado que aos delegados competiria inspecionar tudo o que dizia respeito à escolarização na província, e informar ao presidente o estado da instrução no respectivo círculo literário do qual fosse responsável. Este intercâmbio de informações veio sofrer significativa alteração com a criação no ano de 1848 de um órgão

sede em Ouro Preto, 2º círculo: sede em Mariana, 3º círculo: sede em Sabará, 4º círculo: sede em Tamanduá, 5º círculo: sede em Diamantina, 6º círculo: sede em Minas Novas, 7º círculo: sede em Formiga, 8º círculo: sede em Barbacena, 9º círculo: sede em São João d'El-Rei, 10º círculo: sede em Baependi, 11º círculo: sede em Campanha, 12º círculo: sede em Uberaba, 13º círculo: sede em Paracatu, 14º círculo: sede em Pitangui, 15º círculo: sede em Pouso Alegre, 16º círculo: sede em Santana dos Turvos. (Mourão, Paulo Krügger C. *O ensino em Minas Gerais no tempo do Império*. Belo Horizonte: Centro Regional de Pesquisas Educacionais, 1959, p. 11-15).

⁴⁷ Ribeiro, Joaquim Cypriano. *Índice alfabético, notícia histórica e consolidação de leis mineiras*, 1883, p. 464.

de superintendência que se legitimava como o responsável por todos os círculos pertencentes à província, agora possuidor da incumbência de se relacionar diretamente com o presidente, em assunto pautado no ensino público. À Diretoria Geral de Instrução Pública, criada pela lei nº 435 de 19 de outubro de 1848, caberia “o cargo de tomar conhecimento das petições, propostas e reclamações dos professores”, enquanto órgão opinativo.⁴⁸

Alguns meses antes, em 2 de agosto de 1848, o presidente Bernardino José de Queiroga dirigia à Assembléia uma pergunta nestes termos: “como poderá o Presidente d’uma província tão extensa como esta, no centro da Capital estender suas vistas às escolas, que se achão disseminadas pela vasta superfície da mesma província?”⁴⁹ A possível solução para remediar este mal estaria corporificada logo em seguida com a Diretoria Geral, agora “o centro de toda a correspondência official neste ramo de serviço. O governo informa-se pelo diretor, e este pelos delegados. Os delegados informão-se pelos visitantes, ou pelas comissões locais”.⁵⁰

Os relatórios que a Vice-diretoria da Instrução Pública da província, assinados pelo Chantre Antônio José Ribeiro Bhering (1851, 1852, 1854 e 1855), ou a própria Diretoria, estando a sua frente Joaquim Delfino Ribeiro da Luz (1856) ou Rodrigo José Ferreira Bretas (1859), encaminharam ao presidente da província abordam minuciosamente diversos temas relacionados à instrução pública na província, servindo como fonte de alto valor sobre o ensino no século XIX. Procurando entender o desenvolvimento do ensino na província, não raro estes indivíduos tentavam apresentar ao Presidente da província aspectos lisonjeiros do esforço despendido neste ramo administrativo. Utilizando-se de marcos temporais definidos, um deles percebia três diferentes etapas no aprimoramento da instrução pública: até 1822, quando dependente dos poucos recursos do subsídio literário, havia na província aulas isoladas de primeiras letras, latim e filosofia

⁴⁸ Mourão, Paulo Krügger C. *O ensino em Minas Gerais no tempo do Império*. Belo Horizonte: Centro Regional de Pesquisas Educacionais, 1959, p. 44. Este autor nos informa que o 1º Diretor Geral na província de Minas foi José Rodrigues Duarte e o vice Cônego Antônio José Ribeiro Bhering. Meses depois este Diretor foi suspenso, cabendo ao vice a direção geral (5 de maio de 1849). Tomando assento na Assembléia Legislativa Provincial o cônego Ribeiro Bhering, a vice-diretoria ficou a cargo do comendador Francisco de Paula Santos. Em breve intervalo, no ano de 1850, o cargo de Diretor esteve sob responsabilidade de Rodrigo José Ferreira Bretas. Em 1851 o Chantre Antônio José Ribeiro Bhering, enquanto vice-diretor, voltava a apresentar os relatórios ao presidente da província. A partir de 1856 o Diretor Geral interino era Joaquim Delfino Ribeiro da Luz, e em 1859 volta ao cargo de Diretor Rodrigo José Ferreira Bretas. Sobre vida e obra de Rodrigo José Ferreira Bretas consulte: Lanari, Cássio. *Rodrigo José Ferreira Bretas: biógrafo do Aleijadinho*; informação biográfica. Belo Horizonte: Centro de Estudos Mineiros / UFMG, 1968.

⁴⁹ *Falla*. Bernardino José de Queiroga, 1848, p. 26.

⁵⁰ *Relatório*. Chantre Antônio José Ribeiro Bhering (Vice-diretor), 1851, p. 3.

para uma população de cerca de 800 mil habitantes; entre 1822 e 1834, marcado pelo florescimento das literaturas francesa, inglesa e italiana, da matemática, desenho, anatomia, geografia e história e pela expansão do ensino para áreas remotas da capital em “cumprimento da garantia constitucional”, e em função de ter-se reerguido o Seminário de Mariana e instalado o Colégio do Caraça, bem como do empenho do Conselho Geral da Província no assunto; e finalmente, a partir de 1834 que, em comparação aos períodos anteriores, teria havido um salto do número de alunos, escolas e disciplinas ministradas na província, a ponto de considerá-la a “Pátria das Ciências, e das Bellas Letras”.⁵¹

Esta documentação segue determinados padrões de apresentação, abordando de maneira geral o estado da instrução na província, os métodos de ensino utilizados, a frequência das aulas, os temas da liberdade e uniformidade do ensino, o problema de revisão das leis a ele relacionadas, as causas do atraso na instrução e os possíveis avanços obtidos, seguindo-se de informações detalhadas sobre os diversos estabelecimentos criados e suprimidos, subvencionados pelo governo ou por particulares.

O padrão do ensino subsequente ao primário, praticado por aulas avulsas na capitania, se estendeu por todo o século XIX, mas aí, na medida em que o governo provincial fundava algum estabelecimento oficial de ensino, elas eram transferidas para o mesmo. Assim deu-se com a integração das aulas dispersas locais junto aos colégios de ensino intermédio,⁵² que iam se constituindo na província com o apoio da iniciativa privada. Desta forma “o poder público subvencionava e fortalecia o ensino particular (...). Mas a frequência da incorporação das aulas aos colégios fez muitas vezes com que estes se transferissem à responsabilidade da administração da província, tornando-se oficiais”.⁵³ É bem verdade que desde os tempos da colônia o ensino particular vinha sendo subsidiário da instrução pública, chegando a perfazer dois terços do total das matrículas.⁵⁴

Apresentando seu relatório em 1851 o Vice-diretor Geral da Instrução Pública, Antônio José Ribeiro Bhering, comunicava ao presidente que os pais de família tem dado preferência ao

⁵¹ *Relatório*. Chantre Antônio José Ribeiro Bhering (Vice-diretor), 1854, p. 4-5.

⁵² As disciplinas que compunham o ensino intermédio eram: Latim, inglês e francês, filosofia e retórica, geografia e história, aritmética e trigonometria. Como nota Paulo Krüger Mourão, “o ensino era clássico, não havendo nenhuma cadeira de ciências, muito embora o notável desenvolvimento da física e química, a partir do século XVIII”. (Mourão, Paulo Krüger C. *O ensino em Minas Gerais no tempo do Império*, 1959, p. 164-165).

⁵³ Menegale, Heli. A instrução. In: Cesar, Guilhermino (Org.). *Minas Gerais: terra e povo*. Porto Alegre: Globo, 1970, p. 133.

⁵⁴ Menegale, Heli. A instrução. In: Cesar, Guilhermino (Org.). *Minas Gerais: terra e povo*. Porto Alegre: Globo, 1970, p. 132.

ensino particular na educação de seus filhos em virtude da falta de garantia de “saber, honradez e moralidade” dada pelos professores públicos no exercício de sua profissão. Lamentava que o magistério era conduzido por mestres públicos sem nenhuma reputação para tão nobre atividade. Ao contrário, com o olhar atento dos pais,

os mestres particulares fiscalizados de perto por aqueles que por natureza são os mais interessados no progresso moral, e intellectual dos seus alumnos, não são tão fáceis em alterar, e diminuir consideravelmente as horas de ensino, em feriar dias de trabalho, em ensinar doutrinas subversivas da Moral, da Religião e do socego público, e em abandonar suas aulas, para andarem passeando muitas vezes pela Capital em face do Governo.⁵⁵

Se em 1835 o ensino particular era absolutamente livre, independente de licença do governo provincial, exigindo-se apenas a habilitação dos professores, em 1837 a lei provincial nº 62 de 9 de março permitia o ensino em casas particulares nos lugares que “distarem mais de uma legoa das aulas públicas”,⁵⁶ o que comprova, de certa maneira, a tentativa do governo em regularizá-lo. Mas como atesta o relatório do vice-diretor a lei não era sempre respeitada e as infrações nem sempre punidas. O importante a reter é a defesa premente, transparecida neste relatório, da necessidade do apoio governamental às escolas particulares que

excitando e promovendo salutar emulação em competência com as públicas, seriam o melhor, e mais eficaz corretivo aos desmandos, e omissões das aulas públicas; e exerceriam pela sua vez a mais proveitosa fiscalização em proveito do ensino, e do seu progresso.⁵⁷

De um modo geral o redator conclui que é deplorável

que em um país catholico, e que tem jurado o Systema Monarchico Constitucional, hajão professores que ou são indifferentes, e descuidados do ensino dos princípios e máximas

⁵⁵ *Relatório*. Chantre Antônio José Ribeiro Bhering (Vice-diretor), 1851, p. 4.

⁵⁶ *Ibidem*. Cf. também Ribeiro, Joaquim Cypriano. *Índice alfabético, noticia histórica e consolidação de leis mineiras*, 1883, p. 499.

⁵⁷ *Relatório*. Chantre Antônio José Ribeiro Bhering (Vice-diretor), 1851, p. 4.

religiosas, ou infiltração na alma dos meninos princípios e máximas opostas à religião do Estado, e à forma de governo!⁵⁸

Compara o “escândalo” de padres que no púlpito pregam doutrinas subversivas aos seus fiéis, com a atitude análoga de indivíduos que no magistério civil imprimem idéias de “ateísmo, materialismo e incredulidade” aos alunos. Assim, propõe que ao governo coubesse averiguar os desvios da moral, da religião e da forma de governo presentes nestes espaços públicos: a “tribuna eclesiástica” e a sala de aula. Concretamente sugere que aos candidatos ao magistério fosse obrigado, além das habilitações exigidas por lei, prestar um juramento de adesão e obediência à Monarquia e à religião do Estado.⁵⁹

Desde 1835 ficava equacionado o objetivo de instruir as diferentes classes como forma sólida de garantir a unidade e integridade do Trono Constitucional. Em 1859 tornava-se prática comum para o ingresso no magistério a obrigação de expressar o seguinte juramento:

Juro que no exercício de meo emprego terei sempre em vista que o meo principal dever é fortificar no espírito da mocidade o sentimento do justo e do injusto. Esforçar-me-ei igualmente, afim de que a mocidade confiada a meos cuidados persista na crença catholica e no reconhecimento das vantagens resultantes da integridade do Império e do Systema Constitucional nelle adoptado.⁶⁰

Se nos primeiros quinze anos de funcionamento do poder provincial coube ao governo a responsabilidade na matéria, realçando seus trabalhos em prol do ensino primário de 1º e 2º graus, no início da segunda metade do século a participação privada começa a ter uma projeção significativa no desenvolvimento do ensino intermédio, sobretudo a partir do ano de 1854. A disseminação de colégios por toda a província nos anos iniciais da 2ª metade do século foi observada

⁵⁸ Ibidem.

⁵⁹ Neste mesmo relatório de 1851, o Chantre Antônio José Ribeiro Bhering expunha, guardadas as diferenças e semelhanças entre o corpo docente masculino e feminino na província, aquilo que os unia e diferenciava, concluindo por uma constatação pouco lisonjeira: “Os professores do 2º grão devem conhecer as noções geraes dos deveres moraes, e religiosos; e as professoras os deveres domésticos, além dos mencionados: isto é o que dispõe os art. 1º e 3º da lei n. 13 [1834]”. E prossegue: “(...) não me consta que os mesmos professores de 2º grão tenham sido examinados nestas noções geraes dos deveres moraes e religiosos!!! Se alguns ensinão estes deveres, são a isso aconselhados por suas inspirações particulares”. (*Relatório*. Chantre Antônio José Ribeiro Bhering (Vice-diretor), 1851, p. 5).

⁶⁰ Ribeiro, Joaquim Cypriano. *Índice alfabético, noticia histórica e consolidação de leis mineiras*, 1883, p. 501-502.

pelos diretores e vice-diretores da instrução pública, deixando o legislativo e o executivo provincial cientes da necessidade de apoio governamental aos empreendimentos particulares, muitas vezes em condições de prosperidade superiores às escolas públicas. Em 1852 foi constatado que

em todas as cidades, villas, e arraiaes da Província há escolas particulares, algumas mais freqüentadas, que as publicas. Em todas as fazendas há mestres particulares da família. Os próprios escravos têm seus mestres. Não é raro encontrar-se nas tabernas das Estradas, nas lojas de sapateiro, e alfaiates 2, 3, 4 e mais meninos aprendendo a ler.⁶¹

Do ambiente doméstico às iniciativas privadas mais amplas de estabelecimento de escolas para instrução da mocidade de uma vila inteira, os poderes públicos precisavam garantir o mínimo apoio a tais empreendimentos isolados, ou pelo menos deveriam se sensibilizar quanto à importância do bom andamento de seus trabalhos. Para o objeto que nos interessa, a afetiva participação da administração pública na organização do ensino na província, o ano de 1854 parece encerrar o momento desta estreita presença do governo provincial aos temas dele subjacentes, dando lugar para a transferência ou repartição desta tarefa administrativa junto a particulares. É notável a fundação de diversos colégios nestes anos de inserção da iniciativa privada no que diz respeito à instrução pública. A título de exemplificação, poderíamos lembrar que em 1840 foi fundado o primeiro e único estabelecimento oficial de ensino médio na capital da província, o colégio de Nossa Senhora da Assunção, a ele anexada a Escola Normal que iniciou suas atividades neste ano sob direção de Francisco de Assis Peregrino, extinto em 1844. Depois dele só no início dos anos 50 aparecerão outros colégios em diversos pontos da província, cujos mais significativos foram o Liceu Mineiro que seria a continuação do anterior, instalado em 5 de fevereiro de 1854 em Ouro Preto, o colégio Roussin de Mariana, os de Congonhas e Campo Belo dos Lazaristas do Caraça, o Emulação Sabarense, o de Baependi, o Duval e o Dalle em São João d'El-Rei, o Ateneu São Vicente de Paulo de Diamantina, o Liceu Campanhense, o colégio Barbacenense, etc.

Foi observado que, dos anos finais das Regências até meados da década de sessenta do século XIX, o governo do Estado procurou reivindicar para si o monopólio de uma direção neste campo particular da instrução pública como forma, a mais eficaz, de justificar a difusão de uma civilidade, concretizando a expansão da classe senhorial a partir da província fluminense, que servira de laboratório para este projeto. Assim a política de instrução pública e a construção do

| ⁶¹ *Relatório*. Chantre Antônio José Ribeiro Bhering (Vice-diretor), 1852, p. 4.

Estado Imperial significaram movimentos recíprocos, pois, “não só o avanço desta construção possibilitava a consecução dos objetivos daquela política, como também a concretização destes, como difusão de uma civilidade, constituía-se em condição fundamental para aquela construção”.⁶² No entanto, Ilmar Rohloff de Mattos observa que além da resistência de muitos pais em mandarem seus filhos para as escolas ou da existência de uma instrução pública nos limites da casa, muitas vezes, argumentos de inspiração liberal defendiam a implantação de escolas particulares, na tentativa de sobrepujar os defensores do ensino público. Nestes momentos em que a “Teia de Penélope” tecida pelo Estado parecia desfeita, o governo reagia prontamente para reafirmar a centralização e o controle sobre o “governo da casa”. Mesmo admitindo o bem sucedido projeto em que “o governo do Estado procurava criar as condições para monopolizar em proveito próprio os homens que garantiriam a expansão da classe senhorial”,⁶³ as tentativas isoladas de incremento de escolas particulares, muito antes de findo o chamado “tempo saquarema”, não seria a expressão clara da presença eloqüente de argumentos liberais nas províncias adjacentes à região fluminense, obrigando-nos a relativizar aquele projeto?

Alguns estabelecimentos particulares tiveram vida efêmera, outros criaram forte tradição no ensino mineiro, servindo todos, contudo, para exemplificar as críticas de fundo liberal do último quartel do século que, seguindo o rastro deixado por Tavares Bastos, imputaram os males da instrução *pública ao forte* centralismo da administração pública e o seu pequeno apoio à iniciativa particular.⁶⁴ Depois de lembrar que o Código Criminal do Império (art. 278) permitia a legalidade de reuniões e assembleias públicas, exceto quando atingissem as “verdades fundamentais da existência de Deus e da imortalidade da alma”, Tavares Bastos estendia tal preceito na defesa legítima da liberdade de ensino em conferências públicas e escolas particulares, considerando “manifestamente arbitrárias as restrições feitas [pelo governo] ao exercício da indústria ou profissão de mestre, e à abertura de estabelecimentos de educação”.⁶⁵ Daí a sua preferência pela “iniciativa do governo local à ação coletiva, a variedade à centralização, porque esta conduz quase sempre à inércia, e a variedade da iniciativa provincial fomenta incessantes aperfeiçoamentos, desperta

⁶² Mattos, Ilmar R. *O tempo saquarema*, 1994, p. 260.

⁶³ Mattos, Ilmar R. *O tempo saquarema*, 1994, p. 259.

⁶⁴ Confira, por exemplo, Tavares Bastos. *A província: estudo sobre a descentralização no Brasil*. 3 ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1975 [1ª ed. 1870], ou ainda Reis, Aarão Leal de Carvalho. *A instrução superior no Império*. Rio de Janeiro: Typ. de Domingos Luiz dos Santos, 1875.

⁶⁵ Tavares Bastos. *A província*, 1975, p. 147.

o zelo e a emulação entre as províncias”.⁶⁶ Na mesma esteira deixada pelo principal defensor da descentralização político-administrativa no Império, o engenheiro Aarão Reis, a quem caberia traçar a futura capital de Minas, em artigos publicados no *Globo* entre 7 de abril e 1º de maio de 1875, depois de alertar que “a opinião pública cada vez se pronuncia mais pela urgência de uma reforma completa do ensino, quer primário e secundário, quer superior e profissional”, assinala que “a Constituição obriga o governo a ter escholas primarias gratuitas e a fundar collegios e universidades; mas de modo algum, nem directa, nem indirectamente, prohiibe aos particulares tomar a iniciativa da fundação de taes estabelecimentos”.⁶⁷ Constata que a culpa do atraso na instrução não deve ser associada ao monopólio do governo, mas na centralização administrativa:

Descentralize-se a administração da instrução publica, - dê-se às províncias e municípios a autonomia indispensável, - reforme-se radical e completamente o ensino primário no que há de essencial – o mestre e o método, - e então o direito de voto será uma realidade e a instrução secundária, superior e profissional, poderão ser reformadas convenientemente.⁶⁸

Acompanhando as notícias que davam os diretores e vice-diretores gerais da instrução pública quanto à presença de estabelecimentos privados na província, constata-se, ao menos, a necessidade de pesquisas verticalizadas sobre a inserção da iniciativa particular no assunto. Se ao governo do Estado coube a preocupação incisiva com o ensino primário, o mesmo não se pode afirmar quanto ao ensino intermédio, técnico e superior em âmbito provincial. Neste estágio particular da instrução o poder institucionalizado da administração pública procurou sempre se amparar em poderes oblíquos de indivíduos ligados às mais diferentes funções sociais.

⁶⁶ Tavares Bastos. *A província*, 1975, p. 158.

⁶⁷ Reis, Aarão Leal de Carvalho. *A instrução superior no Império*. Rio de Janeiro: Typ. de Domingos Luiz dos Santos, 1875, p. 9 e 11.

⁶⁸ *Ibidem*. p. 18.

Linguagens, tecnologias e processos museológicos

Mário de Souza Chagas

O presente texto movimenta-se entre reflexões e ações desenvolvidas e compartilhadas nos últimos seis anos na Universidade do Rio de Janeiro (UNIRIO), na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT/Lisboa), no Museu Histórico Nacional (MHN/RJ) e no Museu da República (MR/RJ). Se, por um lado, o texto é fala de quem se percebe comprometido com a dinâmica da vida e acredita na socialização do saber e do fazer; por outro, é exercício de fidelidade ao tema Linguagens, Tecnologias e Processos Museológicos, proposto pela Coordenação do Curso de Especialização em Museologia da Universidade de São Paulo.

O exercício de fidelidade determinou a divisão do texto em três partes: a primeira aborda as possibilidades de uma linguagem museal e busca investigar em que bases essa linguagem se assenta; a segunda discute os usos e aplicações da tecnologia museu e das novas tecnologias e a terceira detém-se no exame do processo museológico, buscando compreender como linguagens e tecnologias dele participam.

Três autores: D’Amaral, Foucault e Russo foram revisitados e seus textos, publicados nos anos 70 e 80, foram adotados como referências básicas para a singela tecedura do presente ensaio.

Parte I – Linguagens

A suposição de que existe uma especificidade de linguagem no processo de comunicação no universo museal leva o pesquisador a interessar-se pelo tema.

De maneira geral, a linguagem é entendida como o uso, a seleção, a instituição e a combinação de sinais que possibilitam a comunicação entre os seres humanos. As idéias de instituição, preservação e seleção de sinais de comunicação vinculam-se à noção de dicionário e as idéias de combinação, arranjo e arrumação de sinais articulam-se com o campo das estruturas sintáticas. No entanto, a linguagem não é o dicionário e também não se reduz ao campo das regras de sintaxe. Em outros termos, a linguagem não é um conjunto fechado de sinais ou mesmo uma determinada forma de ordená-los. Essa idéia, qual seja, a de um sistema organizado de sinais destinados à comunicação é apropriada para dizer o que é a língua. Contudo, determinadas abordagens (e a museologia não está de fora) favorecem a confusão entre esses dois conceitos: língua e linguagem, ainda que a distinção entre eles tenha sido realizada por Saussure, no início do século XX.

Essa confusão tende a exaltar a idéia de língua, em detrimento da linguagem, quando a rigor, “tanto a língua natural quanto os demais sistemas sígnicos são manifestações da Linguagem (...)”. (D’Amaral, 1977, p. 89)

A questão, portanto, é que a supremacia da língua movimenta-se no sentido de calar a linguagem ou de enclausurar o processo de comunicação. Em termos museológicos a supremacia da língua equivale à atribuição de valores essenciais ao patrimônio material e à consideração de que a preservação dos bens patrimoniais tem valor em si mesma. Enclausurada a comunicação, ou mesmo lançada para um segundo patamar, a vida e a condição humana são ameaçadas, uma vez que a comunicação é selo distintivo do humano.

Como sustenta D’Amaral (1977, p. 74), dialogando com Heidegger,

(...) sendo a linguagem o lugar em que o homem se faz homem, e se reconhece — neste sentido pode-se dizer que a linguagem é a casa do homem —, e sendo o homem essen-

cialmente co-existência, linguagem é comunicação. Não por extrapolação, aproximação frutífera, mas por natureza.

Nessa perspectiva, a linguagem e a comunicação possibilitam a valorização do humano e o desenvolvimento de dispositivos que desmascaram a tentativa de imposição de normas cultas como padrão único de saber. A identificação da linguagem com “a casa do homem”, logo com o próprio pensar, permite que o pensamento seja resgatado das garras do entesouramento dos signos, do saber monumental e dominador. Por esse caminho, abrem-se espaços para outros saberes, saberes locais, subalternos, excluídos do universo culto, mas incluídos no campo da linguagem e da comunicação.

A suposição de uma “linguagem museal”, de acordo com a vereda que está sendo trilhada, para ser investigada adequadamente precisa ser compreendida como tendo a mesma natureza da comunicação museal. Assim, se a comunicação é processo, a linguagem também é processo.

O museal aqui é tomado tão somente como adjetivo qualificativo de determinado campo (o museu) de manifestação da linguagem ou ainda como o indicativo de um determinado âmbito em que o processo de comunicação, lançando mão de certos recursos, pode ser vivenciado. O uso descuidado do termo museal (o mesmo é válido para o patrimonial) adjetivando a linguagem e a comunicação (o mesmo é válido para a educação) periga implantar uma visão reducionista do problema. Afinal de contas, sendo a linguagem/comunicação “a casa do homem”, e sendo o museu um lugar e também um produto do homem — criado, conservado e transformado por ele — é, por conseguinte, manifestação da linguagem (no singular), assim como a arte em geral, e a poesia, em particular.

O pesquisador chega a um ponto crucial e já não pode fugir da questão: o museu tem uma linguagem específica? A Museografia é a linguagem dos museus, como sugere o título do seminário promovido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e pela Organización de los Estados Americanos (OEA), no Museu Histórico Nacional, em 1997?

Repetindo: sendo lugar e produto do homem, o museu é manifestação da linguagem. Assim, falar em “linguagem museal” (ou algo que o valha) não é falar de uma especificidade da linguagem e sim indicar um lugar (ou um campo) de manifestação da mesma. O museu resulta da linguagem.

Sendo a linguagem processo e comunicação, sendo o museu feito pelo homem e para o homem, há no museu possibilidade de comunicação e linguagem. A especificidade reside no campo delimitado e delimitador e não na linguagem. É importante lembrar que a instituição,

a preservação e a seleção de bens culturais (considerados como elementos sógnicos) podem constituir o dicionário (o inventário, o livro de registro, a reserva técnica), mas não a linguagem. De igual modo, a combinação, o arranjo e a arrumação dos elementos sógnicos podem constituir uma estrutura sintática (regras básicas da expografia), mas não constituem a linguagem.

O nóduo da questão parece residir no termo Museografia que foi compreendido como o desenho, a gráfia ou a escrita do museu, e que gradualmente passou a ser associado à idéia de linguagem. A adoção do termo expografia deslocou, mas não eliminou o problema. Ao que tudo indica, estamos aqui diante daquilo que D’Amaral denominou de o “esquecimento da linguagem, resolvido (...) pela hipertrofia da noção de língua”. (1979, p. 102)

Em termos singelos: não basta estar exposto para estar em comunicação; não basta estar escrito, de acordo com esta ou aquela regra de sintaxe, para ser linguagem. A linguagem pressupõe discurso organizado e em movimento, ou seja, em comunicação. Mas, a possibilidade de comunicação/linguagem pressupõe, por seu turno, a instituição ou mesmo a preexistência de um conjunto de elementos sógnicos que serão arranjados de um determinado modo, produzindo um determinado discurso.

No caso dos museus esses elementos sógnicos são os objetos herdados, mas também os objetos construídos¹ ou instituídos com o objetivo de comunicação, mas além desses objetos temos também outros elementos que participam da estrutura discursiva, tais como: o espaço, a luz, a sombra, a cor, a ausência de cor, o peso, a altura, o som, o silêncio, o cheiro, a imagem, a forma, as dimensões, a transparência, a singularidade, a repetição, o arranjo, a monumentalidade, a língua falada, a língua escrita, além de diferentes expressões artísticas, tais como a música, a poesia, o cinema etc.

Queremos sustentar que a “linguagem museal” (com aspas para que o perigo do reducionismo não seja esquecido) não é a linguagem das coisas, mas a linguagem dos seres interessados em se comunicar poeticamente lançando mão dos recursos disponíveis, incluindo as coisas. Por essa estrada, podemos compreender que o que se quer preservar, destruir e comunicar não são objetos, são pensamentos, sentimentos, sensações e intuições. Como afirma Moutinho (1994, p. 6): “Parece ser cada vez mais evidente que os museus têm vindo a sofrer modificações que se manifestam em vários níveis. Para lá das funções tradicionais da recolha, conservação e exibição de objetos, os museus têm vindo a pretender servir como meios de comunicação,

¹ Estou utilizando terminologia desenvolvida por Moutinho, Mário. A construção do objecto museológico. *Cadernos de Sociomuseologia*, v. 4, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1994, p. 6-27. “Ora o objecto museológico, diz ele, exuberante ou manipulado, é no essencial um objecto ‘herdado’. (...) A museografia de que vamos falar parte do princípio de que é possível existir uma museografia em que o objecto não seja herdado, mas sim criado escapando assim ao seu destino museológico.”

abertos às preocupações do mundo contemporâneo.” No processo de comunicação museal os objetos, assim como os outros recursos, são meios, são pretextos.

A “linguagem museal” é diversificada e complexa, uma vez que múltiplos elementos podem ser empregados no processo de comunicação, sem que haja entre eles uma hierarquia predefinida. Em uma estrutura expográfica, um objeto herdado (uma medalha por bravura militar, por exemplo) não é, à partida, mais ou menos importante do que uma imagem em movimento, do que um perfume de jasmim, do que um ruído denotativo de um disparo de revólver ou do que uma canção popular. Estamos muito longe, portanto, da linguagem proposta pelos sábios doutores da Academia de Lagado registrada por Swift, nas célebres *Viagens Gulliver*. Os acadêmicos de Lagado defendiam a abolição das palavras, uma vez que elas serviam apenas para nomear as coisas. E em lugar das palavras, segundo eles, os homens deveriam conduzir consigo os objetos necessários para a conversação.

Sublinhando o distanciamento em relação à proposta de linguagem dos doutos da Academia de Lagado, queremos sustentar com veemência que se existe uma, “linguagem museal” ela não está restrita às coisas, mas antes lança mão das coisas e outras tantas linguagens e de outros tantos recursos: táteis, visuais, olfativos, gustativos, auditivos, afetivos, cognitivos e intuitivos. Assim, a aceitação da hipótese de uma linguagem específica para o campo museal, implicaria igualmente a aceitação de que esse campo é atravessado em todas as direções por uma multiplicidade de linguagens.

Parte II – Tecnologias

Identificar a presença da tecnologia nos museus não tem nenhum caráter inovador. Denunciar o avanço ou atraso desse ou daquele museu em relação ao uso de novas tecnologias também não tem originalidade. Durante toda a segunda metade do século XX essas questões foram discutidas e, com certeza, continuarão presentes pelo século XXI adentro, revigoradas a cada novo desenvolvimento tecnológico aplicável ao universo museal.

Dois aspectos, salvo melhor juízo, parecem importantes e merecedores de destaque quando o pesquisador debruça-se sobre o tema. Primeiro: o próprio museu (lugar ou produto) é um equipamento e uma tecnologia museológica. Segundo: a tecnologia não tem valor em si, o que implica dizer que o centro da questão está no uso, nas práticas sociais a ela relacionadas.

Importa lembrar, juntamente com Russio² — responsável pelo projeto do Museu da Indústria, Comércio e Tecnologia de São Paulo — que se por um lado é possível utilizar o termo tecnologia no sentido de aplicação prática da ciência, diferenciando-o, assim, de técnica; por outro, é também possível considerar que “tecnologia e técnica, ou técnicas, são termos equivalentes”.

Compreender o museu como tecnologia implica o reconhecimento de sua dimensão técnica. Não é por acaso que um dos marcos bibliográficos da museologia no Brasil é o livro de Gustavo Barroso,³ denominado: *Introdução à técnica de museus*, da mesma forma como não é casual Russio ter criado nos anos 80 a coleção Museu & Técnicas,⁴ vinculada à Secretaria de Indústria, Ciência, Comércio e Tecnologia do Estado de São Paulo.

Sendo técnica e tecnologia, o museu será derivado de outro campo de conhecimento e irá propiciar a produção de novos conhecimentos. Tanto o campo de onde o museu se deriva quanto o campo derivado têm sido chamados de museologia. Sendo ferramenta, instrumento ou tecnologia o museu depende de um saber e de um fazer capaz de colocá-lo em movimento, capaz de dirigi-lo e manipulá-lo nesta ou naquela direção. Assim, essa tecnologia exige aprendizado, aperfeiçoamento, capacitação e institucionalização. O Curso de Técnicos de Museus, criado em 1932, por Gustavo Barroso, além de constituir-se em marco institucional pretendia atender a essas exigências.

A tecnologia/museu ocupa e dramatiza o espaço, operando com o tempo passado, com a coleção visível e concreta de *valores* artísticos, históricos e científicos e quer projetar-se no invisível, na mente e nos corações das gerações futuras, quer lançar as raízes do passado amordaçado no futuro, quer servir ao poder instituído e para isso constrói uma determinada memória. A tecnologia/museu articula poder e memória.

² Fonte de pesquisa: documentação do IEB. Arquivo Waldisa Russio de Camargo Guarnieri, CX.03, V.06.02.

³ Barroso, ideólogo do integralismo no Brasil, foi também o criador do Museu Histórico Nacional, em 1922.

⁴ A Coleção, editada pelo Museu da Indústria, Comércio e Tecnologia de São Paulo, foi inaugurada com a publicação do texto *Museus: adequados a abrigar coleções?*, de Gaël de Guichen, em 1980.

As técnicas arquitetônicas aplicadas aos museus desenham também dispositivos panópticos para maior controle e visibilidade dos acervos, do público freqüentador e dos próprios vigilantes. Visibilidade e controle. Esse parece ser também o princípio orientador das ações de vigilância e segurança patrimonial desenvolvidas pelos museus. Uma das versões bastante divulgadas desse princípio é o dístico: “Não toque”; de modo mais elaborado, ele é apresentado da seguinte forma: “Veja com os olhos e não com os dedos”. A prerrogativa de tocar, manipular e acariciar (com ou sem luvas) pertence a alguns técnicos que dominam técnicas, a alguns pesquisadores que dominam saberes e a alguns chefes que mesmo ignorando saberes e técnicas exercem o poder.

Os caracteres político e econômico dos argumentos técnicos em diversos casos são camuflados. Exemplo notável: durante muito tempo muitas instituições museais proibiram (algumas ainda proibem) a prática da fotografia com *flash* no circuito de exposição, alegando que esta prática era imensamente danosa para a conservação do acervo. No entanto, esse argumento pseudotécnico escondia problemas políticos e econômicos. A questão central não era a conservação físico-química do acervo, mas sim o controle do direito de imagem e o estímulo à venda de reproduções autorizadas. No *National Gallery of Art*, de *Washington (EUA)* os pesquisadores verificaram que o *flash* é um pseudoproblema. Conclusão: a fotografia com uso de *flash* é autorizada, mas o uso do tripé (com ou sem *flash*) é proibido. Motivo da proibição: o tripé pode garantir fotos de boa qualidade. São essas as fotos que conscientemente e sem subterfúgios a direção do *National Gallery of Art* quer evitar. Outro exemplo, não menos notável: em alguns centros culturais e museus de arte moderna e contemporânea o público e mesmo os vigilantes (ou guardas de segurança) experimentam uma situação no mínimo esquisita: diante de obras que foram criadas num gesto de rompimento com as perspectivas tradicionalistas e que visavam a participação e o envolvimento amplo do público e a manipulação e a criação artística e poética em conjunto, o público é freqüentemente forçado pelos ditames das curadorias a repetir padrões conservadores de comportamento. O argumento técnico mais uma vez anuncia: há um risco de destruição. No entanto, esse argumento contraria os desígnios do artista, desmobiliza, desatualiza, despolitiza e engessa a obra. Enquadrada e enjaulada ela perde sua força de contestação e o público é impedido de se perceber criador.

No Brasil, durante todo o século XIX e mais da metade do século XX, o museu/tecnologia, esteve quase que exclusivamente ao serviço dos interesses das oligarquias, das elites econômicas e dos grupos empenhados em manter privilégios sociais e padrões de dominação política e

cultural. Ao longo desse tempo o museu/tecnologia foi usado para disciplinar, comunicar códigos de comportamento e padrões civilização, dizer o que é digno de ser preservado e guardado na memória, dialogar com o estrangeiro, identificar os cultos, valorizar os saberes monumentais e extraordinários.

A partir dos anos 70, no Brasil, é possível perceber e identificar registros do uso da tecnologia/museu com outra direção vetorial. E nesse ponto, os trabalhos de Waldisa Rússio de Camargo Guarnieri, ainda que sejam os únicos, são referências obrigatórias. Com Rússio a tecnologia/museu passou a ser utilizada na perspectiva de uma museologia popular. Ela trabalhou a tecnologia/museu como uma espécie de contramemória e de contra-ordem que, rompendo com os modelos tradicionais, ousava colocar-se contra a domesticação museal. Não é por outro motivo que o seu fazer museológico está firmemente costurado ao ideário pedagógico de Paulo Freire.

Na atualidade, diante de novas tecnologias que trazem para os profissionais de museus novos aportes e novas possibilidades de trabalho (e de desemprego), há quem sustente que vivemos uma nova revolução museal, na esteira de uma nova revolução industrial. O computador com os seus múltiplos periféricos e programas, as máquinas digitais, a *internet*, o *CD-ROM*, o *scanner*, o *fax*, o disco *laser*, *CD play*, o DVD, tudo isso, além de estar acelerando e aumentando as possibilidades de comunicação e de recepção de informações, estaria anunciando o nascimento do novo. De minha parte, continuo compreendendo que o novo não está nas coisas, mas no uso que fazemos delas, nas práticas sociais e culturais que desenvolvemos. Quando um pai e um filho navegam juntos na *internet*, a novidade não está na *internet*, mas nas relações de amor, de amizade e de carinho entre o pai e o filho. Não há nada de novo no uso da tecnologia de ponta para o domínio e a exploração dos homens. No Brasil essa história tem pelo menos 500 anos. O novo está no conteúdo, na crítica dos conteúdos e nas práticas transformadoras.

De qualquer modo, é preciso conhecer as novas tecnologias para que se possa utilizá-las a contrapelo, ou seja, como um instrumento de resistência à dominação e exploração cultural e como uma ferramenta que beneficie o desenvolvimento social dos grupos locais.

Parte III – Processos museológicos

O exercício de fidelidade temática levou o pesquisador a investigar a linguagem museal e também a tratar do museu como uma tecnologia de poder e de memória, onde tecnologias diversas podem ser aplicadas. Avançando no estudo, o pesquisador quer abordar o tema: processos museais.

Para facilitar a compreensão da análise o pesquisador construiu relatos impressionistas de duas exposições de longa duração, montadas em dois museus históricos, ditos nacionais, vinculados à esfera federal e localizados no Rio de Janeiro.

1º exemplo: Museu Histórico Nacional (MHN)⁵

Em 1994, foi inaugurada, depois de dois anos de trabalho de construção coletiva e interdisciplinar, coordenado por Solange Godoy, a exposição de longa duração denominada: *Expansão, ordem e defesa*. Trata-se de uma mostra que tem âncoras em uma concepção historiográfica original⁶ e em uma proposta museológica inovadora. A sua tese central é que a expansão e a defesa do território brasileiro, contra as ameaças internas e externas, foram levadas a efeito em nome de um eixo ordenador sustentado pelos poderes estatal, eclesiástico, militar e paramilitar. Os movimentos e práticas sociais que se opunham à ordem estabelecida, eram percebidos como ameaças e por isso mesmo deveriam ser dissolvidos, destruídos ou banidos com o amparo da cruz e pela força da espada. Índios bravios, negros aquilombados, inconfidentes mineiros, farrapos, alfaiates, jagunços de Canudos, beatos do Contestado, cangaceiros, subversivos, trabalhadores sem-terra,

⁵ Criado em 1922, por Gustavo Barroso, durante as comemorações do Centenário da Independência do Brasil.

⁶ A exposição contou com a consultoria dos historiadores: Ilmar R. Mattos, Luís Affonso Seigneur de Albuquerque e Marcia de Almeida Gonçalves.

todos foram (e alguns ainda são) percebidos como ameaças, como focos de contra-ordem e foram tratados (e alguns ainda são) como inimigos de deus, de sua majestade, da nação, do império, da república, da pátria.

Para dar corpo a essas idéias a equipe enfrentou desafios. O primeiro deles foi o prédio e a sua articulação com o Pátio dos Canhões. Depois de algumas discussões, optou-se por deixar visível o caráter militar e monumental da arquitetura. Em relação ao mobiliário museográfico, optou-se pela reciclagem de um conjunto de vitrines utilizadas em exposições temporárias, pelo máximo aproveitamento dos planos verticais e horizontais através de painéis, tablados e paredes. Em relação à cor, luz, som e texto optou-se por uma gama de cores entre o cinza, o ocre, o vermelho e o vinho; pela combinação entre luz branca e amarela, sem efeitos dramáticos; pela criação de uma trilha sonora com músicas brasileiras e pela apresentação de diversos níveis de leitura de textos: títulos, subtítulos, poemas, textos técnicos de legendas, textos explicativos e citações de época.

O resultado foi uma exposição corajosa, capaz de romper com o culto à saudade, aos soldados, aos heróis vitoriosos e ao passado glorioso. Ruptura dramática e tensa, uma vez que o MHN foi criado exatamente para a realização desse culto.

Além de vitrines, painéis, mapas e gráficos, a expografia operou com objetos herdados e objetos construídos ou adquiridos especialmente para a exposição, e também com fotografias, desenhos, jogo de espelho, réplicas etc. Na entrada, o primeiro impacto: a celebração da 1ª Missa na América, óleo sobre tela de Maurício Rugendas. Lá estão a ordem e a expansão, a cruz e a espada. Na seqüência, dois caminhos são possíveis: o da esquerda põe o chegador diante do grupo escultórico que celebra o poema épico *Y-Juca-Pirama*, de Gonçalves Dias; o da direita leva-o ao grupo escultórico que celebra o poema épico *Caramuru*, de Santa Rita Durão.⁷ No teto várias tabuletas com frases de letras de compositores de música popular recente sugerem ironicamente uma outra leitura para a exposição. Nos ouvidos: música popular brasileira, entrecortada por trechos de Vila-Lobos e Ernesto Nazaré.

Mais adiante os marcos portugueses de posse do território e a presença indígena; as armas holandesas e portuguesas e as armas indígenas.

A colocação de uma vitrine dedicada a discutir o Movimento dos Sem-Terra (onde aparece uma bandeira, um pedaço de plástico preto, uma enxada, alguns palmos de terra, uma braçada de trigo e algumas fotografias de pessoas identificadas e nomeadas), muito antes da marcha até

⁷ Os dois grupos fazem parte do monumento positivista em homenagem a Floriano Peixoto e que se ergue altaneiro na praça Floriano Peixoto, mais conhecida como Cinelândia, Rio de Janeiro.

Brasília, não se fez sem luta interna, sem atritos políticos e ideológicos. Nas costas da vitrine do MST está a dos latifundiários, senhores de engenho, donos de fazendas, sem cara, sem nome, mas com terra. Em frente à vitrine do MST as missões guaraníticas e ao lado o garimpo de Serra Pelada, o massacre de índios por pistoleiros e umas traves de madeira que, segundo a tradição, teriam servido para a constituição da força em que morreu Tiradentes.

Lá adiante, numa sala carregada de armas, é discutida a construção do Estado Imperial. No centro da sala uma vitrine vermelha, onde o revólver de Garibaldi enfrenta o revólver de Caxias que tem doze balas. A vitrine sugere a presença da gota de sangue.

Na seqüência, uma proposta cinematográfica e um convite para a pausa. Diante da obra de Vitor Meirelles, Combate Naval do Riachuelo, um dos episódios da Guerra com o Paraguai, é preciso parar, sentar, encarar os horrores da guerra e compreender que aos artistas também se encomenda a construção da memória militar visando o futuro. Lá está a tela gigante, como num cinema, mas os personagens estão imóveis.

Logo depois os soldados do Império passam a ser soldados da República. São os mesmos homens, as mesmas fardas, mudam-se os botões. A bandeira do Império, por um jogo mecânico que lembra o movimento de uma persiana, é transformada na bandeira da República e vice-versa.

Na última vitrine, encontram-se, lado a lado, os homens de cartola num banquete republicano no Palácio do Catete e os jagunços do Contestado, fazendo um churrasco. Na mesma vitrine o vestido⁸ de Maria Bonita, mulher de Lampião, resiste.

O circuito é ponteadado de poesia, e termina com o poema de Fernando Pessoa:

MAR PORTUGUÊS

Ó mar salgado, quanto do teu sal
São lágrimas de Portugal!
Por te cruzarmos, quantas mães choraram.
Quantos filhos em vão rezaram!
Quantas noivas ficaram por casar
Para que fosses nosso, ó mar!

| ⁸ Segundo o historiador Frederico Pernambucano de Mello esse vestido marcou a entrada do zipper no nordeste.

Valeu a pena? Tudo vale a pena
Se a alma não é pequena.
Quem quer passar além do Bojador
Tem que passar além da dor.
Deus ao mar o perigo deu,
Mas nele é que espelhou o céu.”

2º exemplo: Museu da República

Em 1996, depois de oito meses de trabalho em equipe interdisciplinar, foi inaugurada a exposição de longa duração *A ventura republicana*.⁹

A proposta conceitual elaborada depois de algumas reuniões foi desconstruída e reconstruída muitas vezes. Em virtude de um cronograma apertado, a equipe foi dividida em várias frentes de trabalho: pesquisa, seleção e conservação de acervos, seleção de textos, obras arquitetônicas, discussão conceitual e museográfica etc.

Como esclarece Joel Rufino, a exposição não pretende narrar uma determinada história da República, mas sim apresentar visões da vida em diferentes épocas ao longo do regime republicano brasileiro.

Pensada e construída para gerar perguntas, incomodar, emocionar e mexer com o público, *A Ventura Republicana* é um desafio à inteligência e à sensibilidade. Esse desafio está expresso logo na entrada. Subindo as escadas em direção ao terceiro pavimento, o chegador vai acompanhando uma série de estrelas coladas na parede. À medida que se aproxima a entrada da exposição, cresce o volume sonoro do hino nacional. No início do circuito três frases do personagem Riobaldo, do livro *Grande Sertão: Veredas*, de Guimarães Rosa, escritas sobre uma tabuleta, lançam o desafio: “O senhor pense. O senhor ache. O senhor ponha enredo”. A partir desse ponto, vários roteiros são possíveis, ainda que um seja sugerido.

| ⁹ A exposição teve a curadoria do historiador Joel Rufino dos Santos e da arquiteta Gisela Magalhães.

Em cada canto, uma surpresa. Mesmo os olhos mais atentos poderão descobrir objetos, imagens, frases, poemas, fotografias e significações que em visitas anteriores não tinham sido percebidos. A exposição tem um certo ar barroco: sobre um fundo negro que tudo esconde (inclusive a arquitetura do prédio, motivo de muita polêmica) ela se desenvolve carregada em cores, sinuosa, volumosa, cheia, com janelas que dão para dentro, barulhenta, enviesada, tecnológica, dialética, crítica, bem humorada e séria.

O núcleo “Os presidentes”, por exemplo, apresenta objetos pessoais, fotografias e dezenas de bustos de ex-presidentes amontoados, sem ordem cronológica, sem um sentido aparente. Eles olham o horizonte e os seus olhares nos conduzem à silhueta do super-homem reproduzida numa parede de vidro azul. Ao lado dos objetos pessoais dos presidentes, dentro de duas pequenas vitrines, está um fuzil AR-15 com o cano para cima, como se fosse um monumento, e um par de tênis *Nike*.

O núcleo “O poder do sertão” estabelece um diálogo entre o MST, Canudos e Contestado. Como se estivéssemos na outra margem do rio, podemos olhar por três janelas para um retrato, uma mesa e um conjunto de cadeiras de ex-presidentes.

O núcleo “O Poder dos Vivos” mostra as condecorações, insígnias, medalhas e símbolos da República em construção. Retrata a classe política e denuncia o poder dos mais vivos.

Mais adiante o núcleo “A Rua” indica que por esse espaço alternativo trafegam outras memórias e outros poderes, além da história, da vida, do carnaval, do futebol e do povo da rua.

O núcleo “As armas” discute o uso da força armada, da violência e da tortura nas relações sociais e políticas. Outros núcleos se sucedem.

A equipe da exposição, além de dar visibilidade para um enorme conjunto de objetos guardados há anos na Reserva Técnica, criou vários objetos, adquiriu e incorporou o inusitado, por exemplo: uma Bíblia, um Livro dos Espíritos, um Alcorão, uma imagem em gesso de Iemanjá, uma fantasia de baiana da Escola de Samba Mocidade Independente de Padre Miguel, um Cazumbá do Maranhão, uma escultura em isopor de Pomba Gira e outra de Zé Pilintra, uma navalha de malandro, um par de chuteiras, um Pau de Arara (autêntico, original e utilizado) e muito mais.

A iluminação é teatral. Cada núcleo tem uma trilha sonora própria. Textos bem humorados e *back-lights* pontuam o circuito do princípio ao fim. Um monitor de imagens passa trechos de filmes de Glauber Rocha, outro, propagandas publicitárias e outro finalmente está conectado a uma rede de televisão com 24 horas de notícias. Um único cômodo foi mantido com a ambientação que

apresentava nos anos 50: o quarto onde Getúlio Vargas suicidou-se. O sacralizado foi retrabalhado e assumido como tal. Uma voz pausada e solene recita a Carta Testamento e um véu negro barra a passagem do público, mas não o impede de ver o local do acontecimento trágico.

A instalação $\frac{1}{4}$ de memória, de Marcello Dantas, complementa a exposição. O próprio autor descreve sua obra: “O quarto de dormir de grande parte dos presidentes do Brasil. Nesse quarto, na própria cama onde passaram muitas de suas noites de sono e sem ele, está a imagem de um homem velho, sem identificação, dormindo, flutuando projetado sobre os lençóis. Em torno, os móveis do quarto e uma enorme cortina esvoaçante, nessa cortina branca, a memória do Brasil em chamas, uma centena de fotos e trechos de filmes históricos sendo consumidos pelo fogo e esquecidos. Nos pés da cama, um genuflexório, onde o público que se ajoelhar será brindado com uma pequena surpresa sobre o sonho de quem um dia pode escrever a história, que todos nós passamos o resto da vida esquecendo $\frac{3}{4}$ e sofrendo com outro $\frac{1}{4}$ de memória que nos resta”.

Esses dois exemplos — testemunhos da renovação museal após o fim do regime militar — demonstram como os recursos iconográficos, textuais, sonoros, luminotécnicos, arquitetônicos, escultóricos, cinematográficos, eletrônicos e outros são combinados para produzir um determinado resultado. Como foi indicado não se trata de uma linguagem de objetos, como no caso relatado nas Viagens Gulliver, mas sim de uma escrita complexa, que permite várias abordagens e várias leituras. O processo de comunicação pela “linguagem museal” é híbrido e tem múltiplas entradas e saídas.

Nestes dois exemplos identificamos o esforço para a concretização de um discurso, de uma narrativa poética que mistura razão e emoção, ciência e arte, mito e história. Estamos diante de concepções expográficas diferentes. Elas operam com o espaço de maneira diferente, tratam os objetos de maneira diferente, dirigem-se a públicos diferentes, mas, no entanto, para além das diferenças, há um compromisso visível com a atualidade. Há um interesse claro no outro e uma vontade de comunicação.

Nos dois casos, temos conteúdos fortes, corajosos que quebram com a expografia domesticada, abrem espaços de arejamento, rompem com o silêncio em relação ao saber excluído.

Se for possível enxergar um certo ar barroco na *A ventura republicana*, talvez seja possível identificar um certo classicismo na *Expansão, ordem e defesa*. A primeira é turbilhão, dança, movimento e som alto, a segunda é clareza, precisão, sobriedade e som baixo. Uma isola o público

do contato com o mundo exterior, apaga os traços arquitetônicos e atrai o visitante para um mergulho onírico, mítico; a outra mantém viva a presença arquitetônica, dialoga com o exterior, e oferece uma espécie de ponte para a travessia do visitante. O Museu da República enfatiza a emoção, sem desprezar a razão; o Museu Histórico Nacional faz o movimento oposto. As duas repudiam o caminho fácil da apresentação de coleções lineares e comprovam que o conformismo museológico vigente não é hegemônico, ali mesmo dentro do organismo oficial há espaço para a contramemória, para a resistência. As duas exposições, com diferenças de estilo, provocam e emocionam, tratam os temas com poesia e permitem experiências poéticas; além disso elas usam (uma mais do que a outra) as novas tecnologias na contramão da banalização dos conteúdos, da violência e da exploração. Nas duas exposições misturam-se contemplação e ação, narrativa e relato histórico, mito e história. De qualquer modo, cabe observar que a potência sónica de alguns objetos, independente da vontade daqueles que organizam os discursos, rompe com as amarras dos leitões discursivos e transborda para outras margens. Esse é o caso, por exemplo, no Museu da República do quadro Compromisso Constitucional, do Pau de Arara e da Bandeira do Brasil, que segundo a tradição foi bordada pelas filhas de Benjamin Constant; e no Museu Histórico Nacional do quadro Combate Naval do Riachuelo, das Traves de uma forca do século XVIII, da Bandeira do MST e do Trono do Imperador Pedro II.

Para que o processo de comunicação museal se desenvolva não basta, como já foi dito, estar em exposição, é preciso que homens e mulheres descubram-se e reconheçam-se ali. É no processo de comunicação que eles terão condições de perceber a si mesmos e ao real colocado à sua frente. Como esclarece D’Amaral: “Só a intervenção da linguagem, por sua própria conta, independente da intenção do ‘sujeito’, independente da pressão do ‘objeto’, faz emergirem figuras como sujeito, objeto, realidade, natureza.”

A investigação até aqui conduzida permite entender que a natureza do processo museológico é a linguagem/comunicação. Se a museologia, como queria Waldisa Russio, estuda a relação entre o homem (sujeito que conhece) e o objeto (bem cultural) num determinado espaço (cenário) denominado museu, tudo isso participando de uma mesma realidade, ela (a museologia) há de ter como núcleo de interesse a comunicação. Conclusão: a “linguagem museal” (já não precisamos das aspas) é a essência do processo museológico. No entanto, é preciso não esquecer que nem o dicionário, nem as regras de sintaxe são a linguagem.

O entendimento de que a museologia estuda uma relação específica entre o homem e a realidade, mediada pelo objeto/bem cultural, coloca-nos no seio da linguagem, que é a casa do homem. Sendo o museu, como vimos, produto do homem e manifestação da linguagem, somos obrigados a admitir que a museologia pode muito bem ser entendida como o “estudo dos museus”. Nesse caso, fica claro que o problema foi apenas transferido, posto será preciso perguntar: o que é museu. E se o museu for compreendido, por exemplo, como o espaço/cenário propício para o estudo da relação entre o homem/sujeito e o objeto/bem cultural, o problema em termos teóricos está provisoriamente resolvido.

As coisas da Casa e as coisas da Rua: musealizações e re-significações de objetos no contexto de comemorações euclidianas¹

Regina Abreu

Carmen Cecília Trovatto Maschietto

¹ Este ensaio foi originalmente apresentado na Reunião da Associação Brasileira de Antropologia em Gramado em 2002. Agradeço as sugestões dos participantes do Fórum de Pesquisa "Objetos, Coleções, Museus e Formação da Subjetividade", especialmente as do colega e amigo José Reginaldo Santos Gonçalves.

Por uma antropologia dos objetos

Os objetos podem ser excelentes indicadores dos valores de uma sociedade. Malinowski já havia chamado a atenção para este aspecto ao comparar as jóias da Coroa Britânica com os objetos permutados pelos trobriandeses no ritual do kula melanésio. Tanto num caso quanto no outro, o antropólogo se viu diante de objetos de grande valor simbólico para estas sociedades. A diferença era que, enquanto no caso das jóias da Coroa britânica, podia ser observado além do valor simbólico, um valor mercadológico ou puramente econômico, no caso dos colares e braceletes trocados nas ilhas Trobriand, pelo contrário, prevalecia o valor simbólico. De qualquer modo, os antropólogos sempre souberam da importância em prestar atenção nos objetos quando se trata de empreender uma análise antropológica. Um objeto cultuado e reverenciado, exibido na sala de um museu, pode dizer muito sobre um grupo social, seus valores, suas crenças, sua visão de mundo. Estudar os objetos emblemáticos de uma sociedade pode ser uma excelente metodologia para se ter acesso a toda uma rede de significados de uma sociedade. Quando pensamos em termos dos objetos eleitos para representar sociedades nacionais, esta metodologia de análise revela-se especialmente frutífera.

O caso que focalizamos aqui diz respeito às “reliquias” e a outros tipos de objetos evocativos de um escritor, eminentemente lembrado por sua condição de “grande escritor nacional”: Euclides da Cunha, autor de obra considerada seminal da “literatura nacional” — *Os sertões*. Os mecanismos capazes de consagrar uma obra literária do ponto de vista do critério do nacional já foram analisados por Regina Abreu em outro trabalho.² No espaço deste ensaio, gostaríamos de nos deter no lugar dos objetos na construção da memória deste escritor e de sua obra, bem como nos diferentes significados a eles atribuídos.

Detectamos dois tipos de objetos que convivem no contexto da construção da memória euclidiana: as “reliquias” propriamente ditas, onde pesa fortemente a noção de autenticidade — são objetos que pertenceram ao escritor ou a pessoas de seu convívio —; os objetos criados a partir da evocação do escritor de forte conteúdo alegórico. Estamos sugerindo uma diferença entre os objetos considerados autênticos, onde predomina uma relação metonímica do objeto com seu possuidor originário, e os objetos considerados criações ou reproduções, cujo compromisso com o original foi rompido. Neste caso, a relação com o possuidor originário, a fonte ou razão última do processo de construção da memória social é de ordem alegórica. Embora nos dois casos, esteja presente o sentido evocativo dos objetos, no segundo caso, haveria um potencial maior de criação, onde novos elementos entram em cena. Estamos diante de duas formas diferentes de construção da memória social.

Duas noções são fundamentais para nossa análise: autenticidade e alegoria. A noção de autenticidade pode ser pensada no sentido desenvolvido por Walter Benjamin numa reflexão sobre as modernas técnicas de reprodução e os objetos de arte. Para este autor, os objetos autênticos seriam aqueles identificados com o original, enquanto que os inautênticos estariam associados à idéia de cópia ou reprodução. A noção de autenticidade estaria também relacionada a uma concepção positivista no contexto das Ciências Humanas. A historiografia moderna, por exemplo, no afã de buscar “o que realmente se passou”, tendeu a reificar o documento considerado original, visto como prova e testemunho de uma “verdade histórica”. Da mesma forma, os cientistas sociais e os antropólogos buscaram na prática do colecionismo a reunião de objetos tridimensionais e outros documentos considerados “autênticos”, capazes de expressar “verdades” sobre diferentes culturas. Os ideólogos da “nacionalidade” também buscaram o autêntico por intermédio da construção de monumentos nacionais e da invenção da própria idéia de patrimônio nacional. Nestes casos,

| ² Abreu, Regina. *O enigma de Os sertões*. Rio de Janeiro: Rocco, Funarte, 1997.

como assinalou José Reginaldo Santos Gonçalves, uma relação metonímica entre proprietário e propriedade e entre monumento e passado é estabelecida. A propriedade passa a ser considerada parte do proprietário e vice-versa. “Os monumentos são considerados parte orgânica do passado e, na medida em que os possuímos ou os olhamos, estabelecemos, por seu intermédio, uma relação de continuidade com esse passado.”³

Embora em última instância, o objeto autêntico seja considerado o objeto único, raro, original, Gonçalves sugere que possamos pensar uma outra forma de autenticidade, onde os objetos são reproduzidos, porém guardando uma relação íntima com o original. Gonçalves sugere que a noção de autenticidade pode se revestir de duas formas distintas. A primeira ele denomina de “autenticidade aurática”, uma concepção centrada no princípio da não reproduzibilidade dos objetos, e voltada para a originalidade, singularidade e permanência destes. A segunda seria a “autenticidade não aurática”, onde os objetos são reproduzidos e transitórios, embora mantenham um vínculo estreito com o original.⁴

Já a noção de alegoria está associada a um debate no campo da arte. Walter Benjamin associou esta noção à visão de mundo barroca. As alegorias seriam por excelência a expressão desta visão de mundo. Segundo Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti, embora a denominação barroco abranja esforços artísticos muito distintos em diferentes países e esferas culturais, haveria alguns traços que a definiriam como um estilo criado na arte ocidental do século XVII com um sentido geral de mundo, internacional, relacionado à nova ciência natural e à filosofia por ela orientada: “a substituição do absoluto pelo relativo; a valorização do incompleto, do instável ou do desconexo; o caráter improvisado, a tendência a apresentar o mundo como um espetáculo transitório no qual o espectador teve precisamente a sorte de participar do momento...”⁵

As alegorias barrocas trazem como característica fundamental esta qualidade de ir além do tema proposto, apropriando-se de diferentes elementos e criando novos e imprevisíveis significados. A partir de um ou mais elementos inspirados num tema qualquer, as alegorias produzem algo diferente e permitem múltiplas e variadas leituras. Elas são livres para misturar elementos que a primeira visa poderiam parecer distantes entre si. Outro aspecto que as caracteriza é o seu

³ Gonçalves, José Reginaldo Santos. Autenticidade, memória e ideologias nacionais. In: *Estudos históricos*. São Paulo: Ed. Vértice, 1988/2.

⁴ Gonçalves, José Reginaldo Santos. Coleções, museus e teorias antropológicas. Reflexões sobre conhecimento etnográfico e visualidade. Mimeografado.

⁵ Cavalcanti, Maria Laura Viveiros de Castro. *O rito e o tempo*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1999.

caráter transitório, evanescente e efêmero. As alegorias são também o resultado de uma criação coletiva e um lugar de interação social.

Ao tomar as noções de autenticidade e de alegoria para analisar o conjunto de objetos relacionados à construção da memória do escritor Euclides da Cunha, pretendo refletir sobre estas duas tendências procurando entender os mecanismos que tornam possível a convivência entre objetos autênticos e alegóricos.

As coisas da Casa

O ritual de rememoração do escritor Euclides da Cunha e de sua principal obra, *Os sertões*, ocorre desde 1912 na pequena cidade de São José do Rio Pardo no interior de São Paulo durante os dias de 9 a 15 de agosto. O evento foi batizado com o nome de “Semana Euclidiana” e tem início com um desfile onde toda a cidade participa homenageando o escritor. O dia 9 de agosto, dia de abertura do evento, foi o dia em que Euclides da Cunha faleceu de forma trágica, após um duelo com o amante de sua esposa. Neste dia, é feriado municipal e o desfile de abertura constitui a grande festa anual da cidade, destacando-se um grande espírito de conagração entre os cidadãos rio-pardenses que, após a participação no desfile de abertura da Semana Euclidiana, aproveitam para almoçar nos restaurantes da cidade.

As “Semanas Euclidianas” foram sendo construídas ao longo dos anos lideradas por um grupo de admiradores do escritor de dentro e de fora da cidade que se sucedeu no tempo de 1912 aos nossos dias, completando, portanto, 80 anos. Atualmente, a coordenação fica a cargo do Diretor da Casa Euclidiana, a casa onde o escritor morou com a família e que hoje foi transformada em museu. Euclides da Cunha morou em São José do Rio Pardo de 1898 a 1901, quando para lá foi designado pela Superintendência de Obras de São Paulo para prestar serviços na área

de engenharia reconstruindo uma ponte de ferro, erguida em 1896, que havia ruído após uma enchente. Em São José do Rio Pardo, Euclides da Cunha exerceu a dupla tarefa de engenheiro e escritor, trabalhando numa parte do dia na reconstrução da ponte e na outra parte escrevendo o livro que mais tarde o consagraria nas letras nacionais. Para realizar ambos os ofícios, mandou edificar uma pequena cabana de zinco e sarrafos à beira do rio Pardo.

Quando o escritor faleceu, a cabana estava abandonada e no local funcionava um mata-douro. Os admiradores do escritor iniciaram o trabalho de construção da memória euclidiana pela restauração da cabana. Limparam a área ao redor e, em 1912, fizeram uma homenagem ao escritor no terceiro aniversário de sua morte com uma romaria da sede da Prefeitura até a cabana restaurada, lembrando assim o momento sagrado da criação de *Os sertões*. A homenagem ao escritor representava também um protesto pela absolvição do assassino do escritor que ocorrera naquele ano. Tinha início um movimento de heroificação e immortalização do autor e de suas obras realizadas na cidade: a ponte e o livro, movimento que se articulava com o culto ao escritor por legiões de admiradores em outras regiões, especialmente no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Neste primeiro movimento de salvar do esquecimento um objeto relacionado à trajetória do escritor — a cabana —, prevaleceu a idéia de autenticidade. O objetivo foi o de reconstituir o ambiente que cercou a criação de *Os sertões*. Na cabana, foi instalada a mesa onde Euclides escreveu e o banco de madeira onde ele se sentou para escrever. Procurou-se resgatar o clima sagrado da criação, preservando cada detalhe do entorno. Passados alguns anos de homenagens à beira do rio, constatou-se a morte de uma velha paineira em cuja sombra o escritor descansava. Procurou-se então plantar uma outra no mesmo local, para que o ambiente mágico da criação do livro pudesse ser preservado.

Este primeiro movimento foi crucial para estabelecer uma relação direta entre o escritor, sua obra consagrada e a cidade de São José do Rio Pardo que a partir de então passou a se auto-intitular “berço de *Os sertões*”. Como foi assinalado em outro ensaio sobre o tema, dessa forma, a cidade foi magicizada. Com a invenção de uma terra santa de um grande escritor nacional, São José do Rio Pardo adquiriu feição incomum: a paisagem bucólica da cabana à beira do rio Pardo indicava que tinha sido ali, e não em qualquer outro lugar do Brasil, que Euclides da Cunha tinha escrito *Os sertões*. E *Os sertões* era o grande livro nacional.⁶

Na invenção da tradição euclidiana, estabeleceu-se uma relação metonímica entre proprietário e propriedade e entre monumento e passado. Neste caso, a cabana, enquanto monumento,

⁶ A noção de “grande clássico nacional”, “Bíblia da Nacionalidade” tem sido frequentemente atribuída a *Os sertões*. Este tema foi explorado em Abreu, Regina, 1997, op. cit.

era considerada parte orgânica do passado, e o simples fato de olhar a cabana, a mesa, o banco e a paisagem à beira do rio Pardo passou a gerar a sensação de uma relação de continuidade orgânica com o passado. De forma ampliada, por intermédio da cabana e demais objetos do escritor, a cidade de São José do Rio Pardo passou a ser o principal testemunho material da presença de Euclides da Cunha, evidenciando uma relação íntima entre coisas e espíritos. Preservando os objetos mais “autênticos” do escritor preservava-se sua memória em íntima conexão com a construção de uma memória nacional. A relação metonímica dos objetos preservados com o passado do escritor era assim ampliada para uma relação metonímica do escritor e da cidade de São José do Rio Pardo com a identidade nacional.

A preocupação com a “autenticidade” disseminou-se ao longo dos anos: o escritor “autenticamente” nacional, a obra que expressaria a “autêntica” nacionalidade, a preservação do exato lugar onde o escritor escreveu o livro consagrado (a cabana “autêntica”, a paisagem “autêntica” que o escritor via enquanto escrevia), enfim, um conjunto de associações que terminavam por criar e difundir um novo fato de memória: São José do Rio Pardo, pequena cidade do interior de São Paulo, guardava uma relíquia valiosa da nacionalidade. Desse modo, a cidade ganhou destaque nacional (como Aparecida, como Ouro Preto). Ao longo dos anos, intelectuais de diversas partes do país e do exterior passaram a freqüentar a cidade que se tornou a “Meca do Euclidianismo”.⁷

Ampliada para a cidade de São José do Rio Pardo, a “terra santa” de Euclides foi sendo esculpida aos poucos. Além da restauração da cabana, outros lugares foram sendo produzidos para testemunharem de forma material a presença do escritor. Em 1918, foi construída, próxima à cabana, a “herma de Euclides da Cunha”. Na ocasião, o jornal *O Estado de S. Paulo*, onde o escritor havia trabalhado como repórter e articulista, mandou fixar ao monumento um medalhão de bronze com dizeres do escritor onde ele procurava se auto-representar: “misto de celta, tapuia e grego”. Em 1946, a casa onde o escritor morou com a família em sua passagem pela cidade foi transformada em museu e sede das Semanas Euclidianas e do movimento euclidianista. Os procedimentos de organização da “Casa Euclidiana” seguiram os mesmos princípios adotados durante a restauração da “cabana”. A intenção foi preservar as “relíquias” do escritor ou a ele associadas,

⁷ Em trabalho recente, defendido como Dissertação de Mestrado em Memória Social e Documento, Carmen Maschietto analisa o processo de construção da cidade de São José do Rio Pardo enquanto “meca do euclidianismo”. Ver: Maschietto, Carmen Cecília Trovatto. *A construção da identidade euclidiana em São José do Rio Pardo: uma ponte entre a história e a memória*. Rio de Janeiro: Unirio, 2002. Mimeografado.

ou seja, os objetos considerados autênticos testemunhos de sua vida e de sua obra. Como grande parte dos pertences do escritor se dispersou após sua morte, os euclidianos empenharam-se em resgatar objetos e documentos ainda preservados, como balas e armamentos usados em Canudos, fotografias do escritor e de sua família, árvores genealógicas da família do escritor, fotografias dos militares e dos sertanejos de Canudos, cartas e uma importante coleção com as sucessivas edições de *Os sertões* e suas traduções em diversas línguas. Ao lado destas “reliquias”, o museu passou a abrigar doações de artistas riopardenses, tematizando a cabana e a ponte reconstruída pelo doublé de escritor e engenheiro. Além disso, o museu passou também a exibir objetos antigos doados por famílias de riopardenses. A “Casa Euclidiana”, nesse contexto, emergiu como um misto de museu e arquivo do escritor e antiquário da cidade. E foi a partir de sua criação enquanto lugar de memória oficial, legitimado pelo governo do Estado de São Paulo, com funcionários exclusivos pagos pelo governo estadual, que o euclidianismo consubstanciou-se definitivamente.

Mas, se a “Casa Euclidiana” centralizava o movimento, os dois símbolos principais do euclidianismo em São José do Rio Pardo eram a “cabana” e a ponte reconstruída pelo doublé de escritor e engenheiro, motivo de orgulho da cidade. Cultuada com símbolo maior da engenharia, a ponte passou a figurar no próprio emblema da cidade e tem sido tema para pinturas e reproduções de artistas locais. No ano de 2001, comemoraram-se efusivamente os 80 anos da reconstrução da ponte por Euclides da Cunha.

Mais emblemática ainda é a história da “cabana”. Em 1928, a Prefeitura Municipal construiu uma redoma protetora ao seu redor, protegendo-a dos efeitos corrosivos do tempo e convertendo-a definitivamente em relíquia sagrada. Em 15 de agosto de 1975, deu-se sua elevação à condição de Monumento Nacional, quando foi também incorporada ao acervo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, pelo Decreto-Lei Federal nº 25, de 30 de novembro de 1937. Todo um culto à idéia de artista moderno, com seu potencial único e singular de criação, é reverenciado neste ato. Na “terra sagrada” de Euclides da Cunha foram trazidos em 1992 os restos mortais do escritor num ritual espetacular de re-enterramento que contou com representantes da Academia Brasileira de Letras, do Governo do Estado de São Paulo, da Prefeitura de São José do Rio Pardo, da família do escritor, entre outros. No contexto da “Casa Euclidiana”, da “cabana” e da terra sagrada do escritor, incluindo a ponte, não há lugar para criações coletivas, apenas o testemunho de um homem, um artista sui-generis. É o indivíduo que é cultuado.

As coisas da Rua

No contexto das “casas” de Euclides da Cunha e de sua “terra sagrada”, a participação popular é contida. Trata-se de espaços sacralizados, de reverência e culto. A “Casa Euclidiana” é muito freqüentada por intelectuais e estudiosos em busca de referências de pesquisa ou de estudantes em visitas escolares. O mesmo não ocorre no espaço dos desfiles de abertura. Anualmente, tem sido este o espaço de maior participação dos moradores da cidade. Pode-se dizer que é neste lugar que, de fato, a cidade se engaja no evento de homenagem ao notável escritor.

A comemoração euclidiana começa em ritmo de festa, no dia 9 de agosto, anunciada por um desfile matutino, uma alvorada anunciativa pelas ruas centrais e históricas da cidade. Inicialmente era um desfile escolar e esportivo. Com o tempo foi modificando sua estrutura, adquirindo forte dinamismo, tornando-se aberto às transformações da própria sociedade que o promove, em harmoniosa sintonia com a mentalidade de cada época.

Da década de 40, ao final dos anos 50, época de sua criação e consolidação, foi o desfile da ordem e da hierarquia, desfilando, exclusivamente, pelotões de estudantes ordenados e enfileirados em três colunas. Marchavam em ritmo marcial de forma impecável e respeitando rigorosas hierarquias: primeiro os rapazes e as séries mais adiantadas, depois as moças e os estudantes menores. Os do sexo masculino vestiam uniformes em estilo militar de brim cáqui. As moças usavam saias semi-longas de tecido azul-marinho. Os uniformes diferenciavam os estudantes dos não estudantes e refletiam um ideal educacional a ser alcançado: respeito, disciplina, recato, submissão às autoridades e à palavra dos mais velhos.

O desfile foi modificando-se com o tempo. Aos poucos, foram sendo introduzidos na linha de marcha pelotões de esportistas, jovens alegoricamente vestidos com representações de valores clássicos: Sabedoria, Verdade, Beleza, Justiça. A partir dos anos 80, o desfile adquire características de carnaval, especialmente após a inauguração do “Sambódromo”, no Rio de Janeiro, quando passou a ter um “tema” a ser respeitado por todos os grupos participantes, agora não mais restritos aos estudantes.

Hoje, o desfile de abertura da Semana Euclidiana é uma encenação polissêmica. Apresenta-se na sua marcha procissional como um teatro em movimento, que representa pública e ritualmente a história de Euclides da Cunha e a própria história da cidade, que se deseja valorizar e preservar. O desfile é ainda um movimento privilegiado para grupos, pessoas, empresas e instituições mostrarem suas realizações, produtos e serviços de interesse social. O desfile pode ser interpretado como um “texto” construído por inúmeros autores, procurando cada grupo desfilante comunicar-se com o público espectador por meio de alegorias, da imaginação criativa e de muita fantasia. Objetos e idéias são representados e expressados por meio de imagens simbólicas, desenvolvendo uma “linguagem” comunicativa muito interessante de ser analisada.

A interpretação desse desfile demonstra que ele tem sido um espaço crítico onde é possível pensar, criar e aprender. Observa-se que sendo um lugar de interações sociais, ele é impulsionado por forças interiores — forças políticas e mediadores culturais, e por forças exteriores — os atores-participantes e o público espectador. São estas duas forças que impulsionam esse ritual e a própria tradição comemorativa. Estas forças propulsoras costumam estar divididas quanto às características a serem imprimidas ao desfile e à própria comemoração. Uma parte delas defende posições progressistas e ousadas. Outra parte é mais conservadora, adota posturas que defendem a preservação da identidade euclidiana “primitiva”, “original” e “autêntica”. Os progressistas procuram valorizar o “visual”, o “espetáculo”, apresentando motivos que justificam a necessidade de “mudanças”, de “evolução”, de “transformação”.

Sendo assim construído e impulsionado, sob o controle de forças oficiais, mas com relativa autonomia organizacional, o desfile resulta tanto de inspiração e criatividade pessoais quanto de interesses políticos e sociais, movendo-se em diferentes e contraditórios universos da coletividade que o promove: o público e o privado, o racional e o emocional, o individual e o coletivo, o popular e o erudito. Essa posição ambígua explica por que seu “discurso” ora expressa a visão da ideologia dominante, ora posiciona-se como o guardião da verdade, da liberdade e porta-voz das injustiças sociais.

Sob muitos aspectos, esse desfile apresenta-se como uma “vitrine” onde se expõem valores, interesses e comportamentos pessoais e coletivos, ritualizados teatralmente ao lado de encenações e ritualizações históricas e culturais. De qualquer maneira, o desfile teatraliza pública e dramaticamente um tema ou enredo “sobre-determinado” pelo desejo de cultuar a memória de Euclides da Cunha e da própria cidade, em forma de “marcha-balé” ambulante e festiva.

O tema da comemoração e do desfile deve ser sempre a história do escritor e suas obras, já transformada em mito. A este tema integram-se, anualmente, outros motivos de comemoração: os 500 anos do descobrimento do Brasil, o centenário do nascimento de Gilberto Freyre, o centenário da Ponte de Euclides, os 100 anos de *Os sertões*. Para interpretá-los convenientemente, são construídos carros e cenários alegóricos, figurantes dos diversos participantes apresentam-se com uniformes personalizados especialmente para aquele momento, ou então devidamente fantasiados para caracterizar e encenar o enredo proposto. Todas essas alegorias e fantasias destinadas a encantar, a educar e a instruir os espectadores, despertando em todos o sentimento de devoção aos mitos, nesse momento reatualizados e comemorados, são expressões da cultura local, uma forma de “arte comemorativa”, que pode ser entendida como identidade ou patrimônio cultural dessa coletividade. Trata-se de uma “arte efêmera”, produzida para ser consumida durante o desfile, sendo logo em seguida esquecida ou descartada, mas que se encontra preservada em fotografias ou em crônicas e reportagens publicadas nos jornais da cidade.

As alegorias do desfile “falam” e emocionam, cumprindo sua função de renovar e avivar a memória do euclidianismo, revivificando, anualmente, as lições sobre Euclides da Cunha e seus “feitos heróicos”, garantindo a continuidade dos mitos e da própria comemoração, preservando e realimentando a memória e a história da própria cidade. A cada comemoração e a cada novo desfile, temas novos e esforços criativos são renovados e integrados às solenidades e rituais de rua e de salão, constantemente imaginados e concretizados por professores, arte-educadores, decoradores, artistas plásticos, pessoas anônimas, coordenadores, todos envolvidos entusiasticamente num trabalho simultâneo e coletivo em busca do resultado final — a performance do desfile.

Cada instituição participante é responsável pela produção e execução da teatralização do seu enredo, o que envolve gastos individuais e coletivos, administrados por equipes de professores, parentes, amigos ou especialistas contratados. A participação no desfile exige conhecimentos e técnicas que são desenvolvidas e transmitidas informalmente, observando-se que existe mesmo uma certa “descendência simbólica”, muito visível no interior do discurso euclidiano rio-pardense como um todo, sendo específico no caso do desfile, que acaba sendo uma excelente oportunidade de aprendizado prático — sobre o euclidianismo e sobre práticas do desfile.

Para organizar, coordenar e dar forma ao desfile são necessários meses de trabalho preparatório. Esse ritual é imaginado e sonhado com bastante antecedência e deve ser concretizado,

adquirir vida, cor, movimento, sentido e significado. Para transformar esse sonho em realidade há uma seqüência de atividades, de recomendações, de necessidades a serem supridas, de interesses a serem atendidos, até que a imaginação de cada grupo se concretize numa realização coletiva, que explode durante o desfile, causando nos espectadores novas interpretações simbólicas e imaginativas que causam encantamento e clima de magia, mas que também instruem e educam, renovando a memória dos “mitos fundadores”.

Os objetos do desfile incluem carros alegóricos, fantasias, adereços e elementos diversos como bandeiras, faixas e até imagens de santos que são carregadas e exibidas. Um dos elementos de destaque é o próprio livro *Os sertões* carregado como um objeto sagrado. Os grupos criam livremente todos estes objetos, respeitando o tema anual e recriando passagens da vida e da obra de Euclides da Cunha. No tema dos 500 anos da descoberta do Brasil, por exemplo, viam-se caravelas desfilando ao lado de alegorias relacionadas aos portugueses e aos índios; já no centenário de Gilberto Freyre representou-se a casa grande e a senzala em referência ao livro deste escritor. Há grande liberdade poética para representação dos temas propostos. Os carros alegóricos são toscos e grosseiros, assim como os personagens e suas fantasias. Nada é feito para durar e os materiais utilizados são descartáveis como papéis, isopor, tecidos. O importante é a ênfase na participação e no empenho coletivos. Os objetos do desfile estão longe de qualquer intenção com autenticidade ou reprodução de originais. Há dezenas de crianças fantasiadas de Euclides da Cunha, cada qual à sua maneira, representando o escritor de forma criativa, sem grande preocupação com a fidelidade ao modelo original. Algumas alegorias extrapolam o tema proposto, inventando correlações e fazendo livres associações de idéias. Muitas faixas com dizeres chamam a atenção para problemas vividos pelos próprios riopardenses ou para questões contemporâneas, apropriando-se de fragmentos de textos do escritor de maneira *sui-generis*. Em meio a estas alegorias, desfilam bandas e fanfarras muito atuantes nesta região de São Paulo. Algumas destas bandas e fanfarras são luxuosas e nenhuma delas está preocupada em ter uma inserção direta com o tema anual proposto para o desfile e muito menos com a vida e a obra do escritor.

O desfile chama a atenção pela visualidade. Os objetos neste contexto clamam por serem vistos de longe. Há um clima de disputa entre os grupos que procuram se fazer notar. Trata-se efetivamente de uma festa da cidade, onde a homenagem ao escritor parece ser um motivo para comemorar.

Conclusão

Se, de um lado, “as coisas da Casa” — os objetos relacionados ao “lugar sagrado” do escritor — são diferentes das “coisas da Rua” — os objetos do desfile de abertura das Semanas Euclidianas protagonizados pelos cidadãos riopardenses —, de outro lado, percebe-se que em ambos os casos é crescente a força dos objetos no contexto do movimento euclidiano em São José do Rio Pardo. Estes objetos, seja por seu caráter de autenticidade, seja por seu potencial alegórico, impõem-se cada vez mais como signos estabelecendo diferentes modalidades de comunicação entre os participantes deste ritual comemorativo. Chama a atenção o crescente apelo de comunicação visual a partir dos objetos. Mais do que representar exclusivamente a memória de um escritor, o que estes objetos parecem estar sinalizando é para a construção de representações variadas e polissêmicas: da cidade, de grupos sociais e/ou profissionais específicos, e de muitos outros.

Neste contexto, o livro *Os sertões* ganha novo sentido, não como texto, mas como objeto propriamente dito. Carregado e envergado como um precioso tesouro por meninas e meninos que exibem suas mais variadas traduções, trajando roupas típicas dos lugares em que foi traduzido, ele nos remete aos objetos sagrados do kula melanésio descritos por Malinowski e Mauss. No ritual do euclidianismo, eles perderam sua função original, não estão ali para serem lidos, mas para serem olhados, cultuados, reverenciados. Assim, a observação do circuito de objetos sagrados deste ritual celebrativo sui-generis nos traz pelo menos uma indagação: não estaríamos diante de uma cultura que privilegia crescentemente o olhar?

Sobre os autores

Joaci Pereira Furtado, graduado em História pela Universidade Federal de Ouro Preto, é mestre e doutor em História Social pela Universidade de São Paulo. Autor de *Uma república de leitores: história e memória na recepção das Cartas chilenas - 1845-1989* (Hucitec, 1997), obra pela qual recebeu os prêmios Moinho Santista Juventude 1996 e Jabuti 1998, organizou, para a Companhia das Letras, edição das *Cartas chilenas*, de Tomás Antônio Gonzaga. Atualmente é editor assistente de livros na Editora Globo S/A.

Thábata Araújo de Alvarenga, bacharel e licenciada em História pelo Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, é mestre em História Social pela Universidade de São Paulo, com a dissertação intitulada *Homens e livros em Vila Rica - 1750-1800*. Atua como professora assistente do Centro Universitário Newton Paiva, em Belo Horizonte, sendo co-autora da publicação *História: 5ª Série – ensino fundamental*, Coleção Pitágoras, editada em 2003.

Cláudia Cristina Mol, graduada em História pela Universidade Federal de Ouro Preto, é mestre em História Social da Cultura pela Universidade Federal de Minas Gerais com a dissertação *Mulheres forras: cotidiano e cultura material em Vila Rica - 1750-1800*. Atualmente coordena e é professora do Curso de História na Faculdade Vale do Piranga, em Ponte Nova/MG, tendo publicado o artigo “Para adornar e proteger: o uso de jóias pelas mulheres forras de Vila Rica” na revista *História e Perspectiva* (Universidade Federal de Uberlândia, 2002).

Renato Pinto Venâncio, doutor em Demografia Histórica na Universidade de Paris/Sorbonne, é professor adjunto do Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto, consultor científico do Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina e pesquisador do CNPq. Possui vários artigos e capítulos em livros publicados no Brasil e na França, sendo autor do livro *Famílias abandonadas* (Papyrus, 1999), e co-autor do livro *Ancestrais: uma introdução à história da África Atlântica* (Campus, 2003).

Augusto Silva Telles é arquiteto, livre-docente e doutor em Arquitetura pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, foi professor nessa instituição entre os anos 1952-1982. Relevante contribuição prestou ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, tendo desempenhado funções estratégicas na gestão do órgão entre 1957-1991, tornando-se membro do Conselho Consultivo do IPHAN (1994-2002). Atuou também como delegado brasileiro no Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO e membro fundador e presidente do Comitê Brasileiro do ICOMOS. Dentre os vários trabalhos de sua autoria destacam-se: *Vassouras: estudo da construção residencial urbana*, 1975; *Atlas dos monumentos históricos e artísticos do Brasil*, 1980; *Guia dos bens tombados da cidade do Rio de Janeiro*, 2001, e artigos publicados em revistas, a exemplo de “Le Brésil baroque”, 1999, e “Brazil: body and soul”, 2002.

Márcio Eurélio Rios de Carvalho, graduado em História pelo Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, é doutor em História pelo Programa de Pós-graduação do Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais, com a tese *Afirmção de uma esfera pública de poder em Minas Gerais no século XIX – 1821-1851*. Nesta Universidade atuou como professor substituto das disciplinas Teoria da História e Historiografia Brasileira no curso de graduação em História.

Mário de Souza Chagas, professor assistente do Departamento de Estudos e Processos Museológicos da Universidade do Rio de Janeiro. É mestre em Memória Social e Documento pela UniRio, com a dissertação *Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade*, e organizador, com Regina Abreu, da publicação *Memória e patrimônio; ensaios contemporâneos* (DP&A, 2003). Atualmente é doutorando no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Pesquisador do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/MinC.

Regina Abreu é doutora em Antropologia Social pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) do Museu Nacional - Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde, em 1990, defendeu a dissertação de mestrado *Sangue, nobreza e política no templo dos imortais*. É também organizadora, com Mário Chagas, da publicação *Memória e patrimônio; ensaios contemporâneos* (DP&A, 2003). Atua como professora adjunta de Antropologia Cultural do Departamento de Filosofia e Ciências Sociais e do Programa de Pós-graduação em Memória Social da Universidade do Rio de Janeiro.

Carmen Cecília Trovatto Maschietto é graduada em História e Pedagogia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Pardo, onde lecionou como professora no curso de História. É mestre em Memória Social e Documento pela Universidade do Rio de Janeiro. Autora de *A tradição euclidiana: uma ponte entre a história e a memória* (Arte&Ciência, 2002), atualmente é diretora do campus da Universidade Paulista / São José do Rio Pardo e professora adjunta do curso de Turismo.

Instrução aos colaboradores

Artigos inéditos, relacionados com as áreas de atuação desta revista — história, museologia, patrimônio, restauração, literatura, musicologia, arte brasileira, sociologia e antropologia de Minas Gerais, além de assuntos mais estreitamente vinculados às atribuições do Museu da Inconfidência — serão acolhidos para publicação.

O material deve ser enviado até 31 de julho de cada ano e serão examinados com a participação do Conselho Editorial. Os editores reservam-se o direito de introduzir alterações na redação dos originais para garantir a homogeneidade e qualidade da publicação, sem prejuízo de conteúdo, estilo e opiniões dos autores.

Para apresentação dos trabalhos, deverão ser observados os seguintes procedimentos:

Texto – original digitado em espaço duplo, de aproximadamente 30 laudas, acompanhado de disquete, pequeno resumo em português e inglês e uma síntese do currículo do autor, com indicação das funções que exerce profissionalmente, referência sobre as áreas de seu interesse e sobre suas publicações mais recentes.

Notas e referências bibliográficas – deverão acompanhar o padrão da ABNT, podendo, por exigência da linha editorial da revista, sofrer alterações.

Museu da Inconfidência, Praça Tiradentes, 139

CEP: 35400-000 - Ouro Preto – MG – Brasil

Telefax: (31) 3551-1121 - (31) 3551-1378

E-mail: museuinc@ouropreto.feop.com.br

Esta edição, com tiragem de 1.000 exemplares, foi composta em caracteres Gatineau e Zurich e impressa em papel Pólem Soft 80g pela Rona Editora em dezembro de 2003.